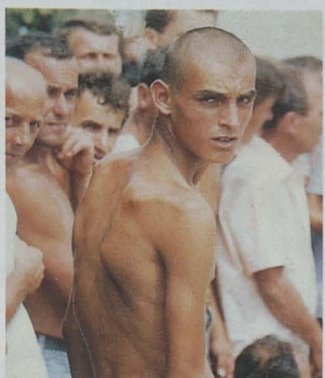


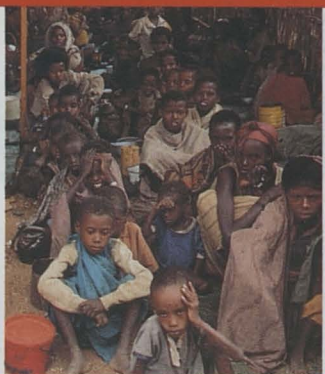
ESPECIAL CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

**EXCLUSIVO:
OS BAILES
"FUNK"**

156



RETROSPECTIVA



1992



O QUE ESPERAR DE 1993?

Argamassa Armada.



O modo mais concreto de construir com rapidez e baixo custo.



A argamassa armada é um processo pioneiro, desenvolvido pela Riocop que combina areia, cimento e tela de aço.

O resultado são peças pré-moldadas que garantem, além de um custo 30% mais baixo do que as estruturas convencionais de concreto, maior rapidez na montagem e uma adequação perfeita a qualquer tipo de terreno.

Graças a esta revolucionária tecnologia, em apenas 5 anos a Riocop já construiu 2 CIACs (tem mais 3 em andamento, com uma previsão de 21 para 1992), mais de 50 escolas, 30 casas da criança, 30 postos de saúde, diversas casas comunitárias, creches, CIEPs e uma série de outras obras em benefício da população.

Hoje a Riocop fabrica mensalmente 900m³ de argamassa armada que equivalem a 6 mil m² e produz, além de peças para edificação, abrigos de ônibus, caixas d'água, bancos de jardim, diversos equipamentos urbanos e componentes para saneamento básico.

Da próxima vez que você for construir, contrate os serviços de

quem lidera a tecnologia da argamassa armada no País.

E se você quiser, a Riocop também instala em poucas semanas uma fábrica da argamassa armada em seu estado.

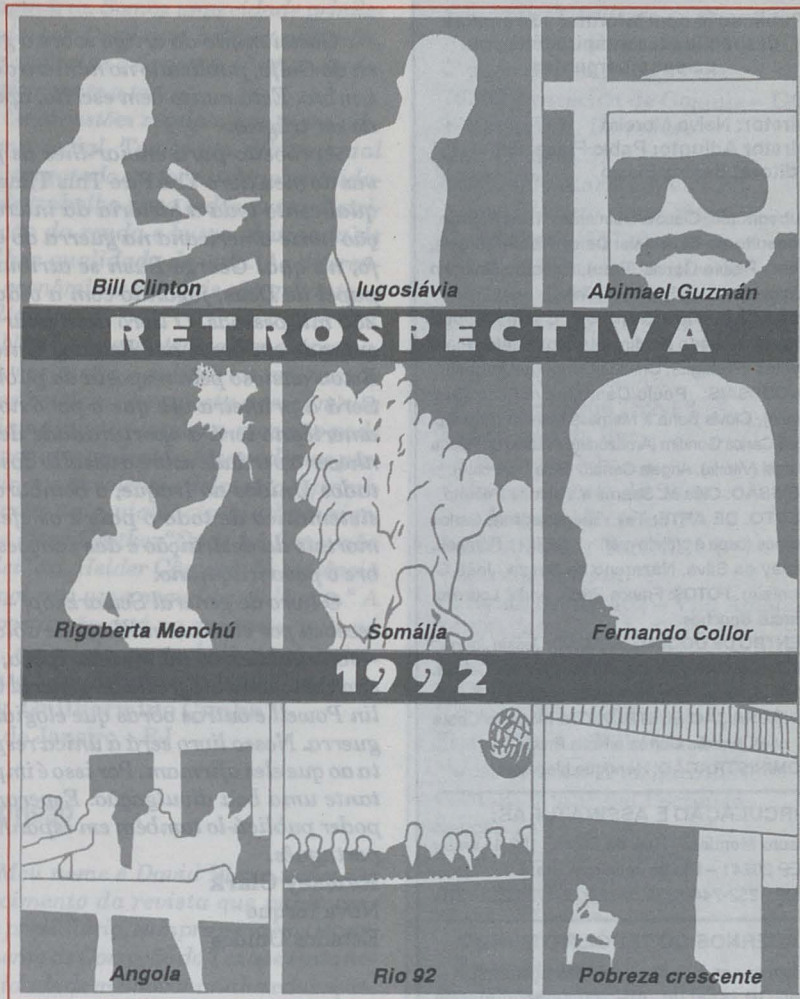
Para seu esclarecimento, escreva para o nosso endereço e solicite, sem compromisso, maiores informações.

RIOCOP

COMPANHIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

FÁBRICA DE ARGAMASSA ARMADA E EQUIPAMENTOS URBANOS
BR 101 - Km 1 - Rodovia Rio-Santos - Santa Cruz - Rio de Janeiro
CEP: 23560 - Telefone: (021) 395-4550 - Fax: (021) 395-3965

SUMÁRIO



Bill Clinton

Iugoslávia

Abimael Guzmán

RETROSPECTIVA

Rigoberta Menchú

Somália

Fernando Collor

1992

Angola

Rio 92

Pobreza crescente

Capa

Página 24

Alguns dos fatos políticos ocorridos em 1992 – que ocuparam um lugar de destaque em nossas páginas – podem ser considerados históricos.

O fim da era Reagan, o racismo e a crise da união européia, a saída de cena dos partidos únicos na África, o novo contexto político no Brasil pós-impeachment, entre outros temas, são analisados neste número especial de retrospectiva, sob a ótica dos países do Sul.



2 CARTAS CULTURA

4 Cinema brasileiro: A volta ao futuro

COMPORTAMENTO

10 Bailes 'Funk'

SAÚDE

16 Amazônia: Fronteiras insalubres de um país doente

20 Surge uma esperança

CAPA

RETROSPECTIVA/92

BRASIL

24 Política: O desafio da explosão social

26 Economia: Os grandes grupos na economia do país

32 Violência: Arrastão, racismo e modernidade

INTERNACIONAL

34 Estados Unidos: Sepultada a era do neoliberalismo

39 Racismo: O muro invisível

42 Europa: Integração em xeque

44 América Latina:

Democracias ameaçadas

46 África: Da crise à esperança

48 Ásia: Um novo perfil

49 FOTOS

AMÉRICA LATINA

52 Guatemala: Um diálogo difícil

ORIENTE MÉDIO

56 Israel: Ministra atrai ira de rabinos

ÁFRICA

58 Tanzânia: Privatizações questionadas

PÁGINA ABERTA

59 Estados Unidos: A face desconhecida

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Publicação com informação e análise das realidades e aspirações dos países emergentes

Diretor: Neiva Moreira
Diretor Adjunto: Pablo Piacentini
Editora: Beatriz Bissio

Subeditores: Claudia Guimarães, Elias Fajardo
Consultores Especiais: Darcy Ribeiro (Brasil), Henry Pease García (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavía (Chile)

REDAÇÃO: Aldo Gamboa, Carlos Lopes (Brasil), Roberto Bordini (México), Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)
SUCURSAIS: Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clóvis Sena e Memélia Moreira (Brasília), José Carlos Gondim (Amazônia), Antônio de Pádua Gurgel (Vitória), Angela Carralo (Belo Horizonte).

REVISÃO: Cléa M. Soares e Valdenir Peixoto.
DEPTO. DE ARTE: Tell Vilhena (editor), Carlos Gomes (capa e projeto gráfico), Sílvia H. Pompeu, Zaney da Silva, Nazareno de Souza, João C. Monteiro. FOTOS: France Press, André Louzeiro, Marcus Sanches.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: Jessie Jane V. de Sousa (diretora), Juliana Iooty, Alba Caldas, Sílvia Arruda, Mônica Pérez e Marcelo Knupp
EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA: Macário Costa (chefia), Andréa Corrêa e Kátia Prado
ADMINISTRAÇÃO: Henrique Menezes

CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS:

Mauro Mendes - Rua da Glória, 122 1º andar
CEP 20241 - Rio de Janeiro - Brasil
☎ (021) 252-7440/232-3372/232-1759/222-1370

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

utiliza os serviços das seguintes agências:
ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (Inter Press Service), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas: *Africa News* (Estados Unidos), *Tempo* (Moçambique), *Altercom* (Itália-México-Chile), *Third World Network* (Malásia), *Israel and Palestine Political Report* (Paris) e *Against the Current* (EUA)
Fotos: Agence France Press (AFP)

SUCURSAL DE LISBOA:

Diretor: Artur Baptista
Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro 10/1º andar. Lisboa, 1.200 - Tel.: 32-0650.
Telex: 42720 CTM-TE-P

Uma publicação da Editora Terceiro Mundo:

Rua da Glória, 122 Grupos 101/102 - 105/106
20241 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
☎ (021) 242-1957/222-1370 - Redação
☎ 232-1759 / 232-3372 - Administração
☎ (021) 507-2203 - Publicidade e Marketing
Fax: 55 21 252-8455 - Telex: (021) 33054 CTMB-BR
Correio Eletrônico - Geonet: Terceiro-Mundo
Alternex: Caderno

cartas

Iraque: história trágica

Gostei muito do artigo sobre a guerra do Golfo, publicado no número de setembro. Está muito bem escrito, apesar de ser trágico.

Aproveito para enviar-lhes as provas do meu livro The Fire This Time, no qual conto toda a história da intervenção norte-americana na guerra do Golfo, na qual George Bush se atribuiu o papel de Deus, jogando com a vida de 250 mil pessoas. O livro deve estar circulando em breve nos Estados Unidos. Estou ansioso pela resposta do público. Será a primeira vez que o povo norte-americano terá a oportunidade de conhecer a verdade sobre o assalto dos Estados Unidos ao Iraque, o bombardeio sistemático de todo o país e os efeitos mortais da destruição e das sanções sobre o povo iraquiano.

O livro do general Swarzkopf - que recebeu por ele cinco milhões de dólares - será publicado na mesma época, assim como uma biografia do general Colin Powell e outras obras que elogiam a guerra. Nosso livro será a única resposta ao que eles afirmam. Por isso é importante uma boa divulgação. Esperamos poder publicá-lo também em espanhol e português.

Ramsey Clark
Nova Iorque
Estados Unidos

Pró-Vida

Queremos parabenizar a vocês pela matéria "Os deserdados, miséria nas grandes cidades", publicada no nº 154. Oxalá sejam publicadas, em outra edição, as alternativas para enfrentar esta situação.

Antecipo para falar do Instituto Pró-Vida que estamos iniciando, depois de uma longa experiência com a "família na rua" e a família vítima de maus tratos, reafirmando que lugar de criança é com a família. Nosso objetivo é possibilitar a reabilitação e reintegração da criança e do adolescente e dos membros atingidos pela violência e acompanhá-los para a reestruturação do núcleo familiar.

O trabalho com crianças e adolescentes vítimas de maus tratos no pára no atendimento emergencial hospitalar ou jurídico. O Programa Pró-Vida:

Atender faz o tratamento e acompanhamento das vítimas e também de seus agressores, pois tanto na vítima como em seus familiares e nos agressores ficam sequelas que demandam proteção, defesa e atendimento sócio-psicológico.

O Pró-Vida: Família Provisória aponta para uma solução alternativa para os casos de crianças que não podem ficar em casa, até que se elimine a situação de risco e permita o retorno seguro da criança a seu núcleo familiar.

Outro programa em desenvolvimento é a capacitação de profissionais para atuarem nesta causa.

Sabemos que a raiz de toda essa problemática está na injustiça social e na estrutura do Estado brasileiro que fracassou como administrador do bem comum. Nosso trabalho visa também à recuperação da dignidade da pessoa humana e da cidadania.

Maiores informações pelo telefone (021) 205-8890.

Creuza Maciel
Coordenadora Geral do Pró-Vida
Rio de Janeiro - RJ

Ética moral

Infelizmente, nosso país está marcado por páginas negras no curso da história. É preciso dar um basta.

É necessário que façamos uma revolução dentro de nós mesmos, rever nossos conceitos, resgatar nosso direito de usufruir, de uma forma honesta, danosa cidadania. Precisamos eliminar de nossas mentes a "lei de Gerson".

Este país precisa de uma revolução ética e moral. Devemos nos indignar, plantar hoje a semente da ética moral, para que nossos filhos e netos possam colher seus frutos no futuro.

Atrás das jovens caras pintadas de alegria e carnaval há solidariedade, respeito, indignação diante de tamanho descaso na administração pública. Orgulho-me de fazer parte dessa juventude que trabalha, estuda e deseja progredir. Eu ainda acredito no meu país. Tenho certeza de que posso contribuir para que o Brasil, e o mundo, sejam cada vez melhores. Basta que eu faça a minha revolução interna, nos conceitos de paz e harmonia.

Jô Pessanha
São João de Meriti - RJ

Privatização



Há três meses que sou assinante da *Revista do Terceiro Mundo* e não sei se já foi feita uma matéria sobre a privatização das estatais no Brasil. Por isso, venho pedir que vocês façam uma matéria sobre o assunto, pois hoje muitas pessoas não sabem se a privatização é boa ou ruim para o país, ou quem sai ganhando ou perdendo. Acho importante sabermos o que está por trás desse tipo de atitude adotada pelo governo.

Esta revista é um dos poucos meios de comunicação que passa as informações do fato como elas realmente são.

Terezinha Ferreira Nunes

Santo André - SP

Já foram publicadas matérias sobre a privatização das estatais brasileiras nos n.ºs 142 e 144. Sendo um assunto importante e de interesse geral, pretendemos publicar mais artigos sobre ele. Qualquer número atrasado de nossas revistas podem ser adquiridos através de nosso Departamento de Circulação.

Arrastões

A divisão da cidade do Rio de Janeiro em Zonas Norte e Sul remonta à época da Intentona Comunista, em 1932, quando se pretendeu criar um ódio e uma revolta entre os moradores privilegiados do litoral e os moradores dos subúrbios, criando um divisor de águas. Na verdade, há pessoas prósperas, cultas e de bem na Zona Norte, assim como há favelas acumuladas na Zona Sul.

Portanto, esta divisão é ideológica e imaginária. Somos uma cidade privilegiada por Deus com belezas naturais, lindas praias e florestas abertas democraticamente a todos.

Os arrastões revelam um grave problema social. Temos um débito social não-resgatado em forma de oportunidade de trabalho para todos, justa distribuição da renda e busca obstinada de melhor qualidade de vida. As diferenças econômicas e sociais são gritantes e aviltantes.

Não basta assistencialismo, precisamos ser justos e solidários em nossas ações práticas. A resposta a esses males sociais é muito complexa, mas não pode ser por atos violentos. Não podemos permitir que a violência deles seja reprimida com uma violência ainda maior. Vale citar Goethe: "Onde há fome, não há lei" e d. Helder Câmara: "A violência do pobre é uma segunda violência." A resposta não está no cassetete, mas no pão, na escola, no trabalho e, especialmente, na salvação em Jesus Cristo.

Rev. Guilhermino Cunha

Rio de Janeiro - RJ

Da prisão

Meu nome é David Vier e tomei conhecimento da revista que publicam. Sou presidiário, cumpro pena no Departamento de Correção do Texas e sinto necessidade de melhorar minha educação.

Espero que possam enviar-me um exemplar, ou talvez uma assinatura grátis. Não tenho condições de oferecer nada em troca, no momento, mas quando recuperar a liberdade, pretendo agir de forma correta. Eu realmente espero que me dêem uma chance para mostrar meus verdadeiros valores.

Tenho algumas coisas escritas, mas não é nada mais do que "poesia de prisão". Tenham a certeza de que o seu tempo e a sua consideração serão muito apreciados.

David Vier

602333 - Pack-1, RT 3 Box 300
Navasota, Texas, 77868

ASSINATURAS: REPRESENTANTES DOS DIFERENTES ESTADOS

Aracaju 211-1912, Alagoas 241-5311, B. H. 271-3757, Belém 235-2446,

Brasília 226-2202, Ceará 281-4242, Cuiabá 321-3529 / 322-7442,

Curitiba 223-3290, Florianópolis 44-7683, Paraíba 322-7536,

Pernambuco 224-4486 / 224-1421, P. Alegre 27-1025, R. de Janeiro

252-7440 / 252-1742, São Paulo 573-8562 / 571-9871, Vitória 229-9247

INTERCÂMBIO

• **Elizabeth Tavares de Souza**
Rua Gilberto Freire, Qd 30 Lote 6
Cidade Satélite - São Luís
75300 Aparecida de Goiânia - GO

• **Sônia M.B. Ferreira**
Caixa Postal 31
87480-000 Maria Helena PR

• **José Clarício G. da Silva**
Caixa Postal 61119

21610-220 Rio de Janeiro RJ

• **Elisete do Nascimento**
Rua Boreal 90/203 - Caiçara

30750 Belo Horizonte MG

• **Sady Siena Becena**
Calle 47 n.º 5206 / 52y54

San Nicolis de Bari

La Habana Cuba

• **Carlos Alberto da Silva**

Rua Miguel Medeiros 26

59400-000 São Tomé RN

• **Márcia Cardoso**

R. Santo André 462 - Vila Amélia

14030-240 Ribeirão Preto SP

• **Inocencio Raúl S. Machado**

Carretera Central 83

Reperto Brisas del Oeste

Santa Clara - Villa Clara - Cuba

• **José Manuel Andrade Bielso**

Câmara Municipal Portimão

Secção 14

8500 Portimão Portugal

• **Paulo José Pedro**

Caixa Postal 29

Luanda - Angola

• **Paulo Duarte**

Rua Antonio Pasinato 153

06400 Barueri SP

• **Marco Antonio Martins Duarte**

Caixa Postal 94147

25800 Três Rios RJ

• **Fauto Evaldo Strassburger**

Rua Parobé S/N

99890 Maximiliano Almeida RS

• **Aluisio Pinheiro de Oliveira**

Rua Padre Pedro de Alencar 1720

Bloco A apto 111

Messeijana

60825 Fortaleza CE

• **Clério José B. de Sant'Anna**

Rua dos Pombos 2

Eurico Salles - Carapina

29164 Serra ES

• **Antônio Alves Gualberto**

Caixa Postal 2177

29001 Vitória ES

• **Bruno Mattos da Silva**

Rua Cicinato Braga 414/32

Bela Vista

01333 São Paulo SP

A volta ao futuro

José Louzeiro

Seis personagens em defesa do cinema: Luiz Carlos Barreto, Mariza Leão, Zelito Viana, Lucy Barreto, Sylvio Back e Sérgio Rezende. Aqui, eles falam dos seus projetos e da luta comum em defesa de uma indústria cinematográfica organizada e levada a sério, que o país nunca teve.

Isso acontece no momento em que o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Marcello Alencar, deixa como uma das heranças do seu governo a RioFilme, empresa que tem tudo para substituir a Embrafilme.

Mariza Leão, presidente da RioFilme, já está preocupada em direcionar a distribuidora, ligada à Prefeitura do Rio, para a linha da produção. Ela anuncia que, no ano que vem, o Rio produzirá entre seis a oito longas-metragens.

Luiz Carlos Barreto desenvolve intenso trabalho político no sentido de aperfeiçoar a Lei 8.401, que sofreu 11 vetos de Collor, mas ainda pode se transformar em instrumento eficaz da cinematografia nacional, tudo dependendo da regulamentação.

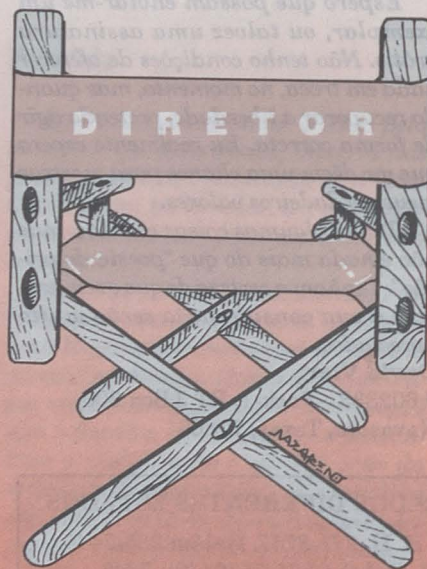
Zelito Viana e Sylvio Back insistem no

princípio de que a televisão deve participar, ativamente, do processo cinematográfico desde o início, como coprodutora.

Lucy Barreto tornou-se embaixatriz do nosso cinema. Preside a Associação de Produtores Cinematográficos Latino-Americanos, com sede em Miami, e procura despertar, nos produtores dos Estados Unidos e da Europa, o interesse pelas produções latinas. Entre seus companheiros de luta estão Roberto Farias, David Sonnenschein, Ruth Albuquerque e Marco Altberg, entre outros.

Sérgio Rezende, que passou em Moçambique e Londres boa parte do ano de 1991, onde dirigiu o filme *A criança do Sul*, co-produção da televisão inglesa, trabalha em novo projeto: *Lamarca, o coração em chamas*.

Aqui, o cinema brasileiro é analisado por dentro, através da palavra de quem tem contribuído para que o país deixe de ser mero receptor de imagens e, como diz Luiz Carlos Barreto, passe a produtor de audiovisuais, tendo o Rio de Janeiro como Zona Franca da Cultura.



Luiz Carlos Barreto: a era do audiovisual

Os dois produtos mais consumidos, hoje, são alimentos e informação. O Brasil consome mais de dois milhões de horas de imagens e sons por ano. Precisamos produzir parte disso. Somos receptores de imagens alheias, e isso acaba provocando desapego às tradições, desnacionalização, violência de grupos do tipo *skinheads*. É pela comunicação de massa que isso acontece. O audiovisual é hoje, no mundo, um negócio tão grande quanto o petróleo e a indústria automobilística.

O Brasil gastou 25% da sua dívida externa – ou seja US\$ 25 bilhões – montando a Embratel. E tudo isso para transmitir produtos importados. Nem US\$ 1 bilhão foi destinado à produção.

Futuro do Rio – Ainda bem que o Rio não se industrializou e se manteve na prestação de serviços. Isso lhe reserva posição única. Quem teve a sorte de escapar da industrialização vai virar pós-industrial, pólo de produção de idéias. O Rio pode ser um grande centro de produção de imagens; essa é a vocação da cidade. Aqui se concentra a criatividade. Isso pode atrair investimentos internacionais inimagináveis.

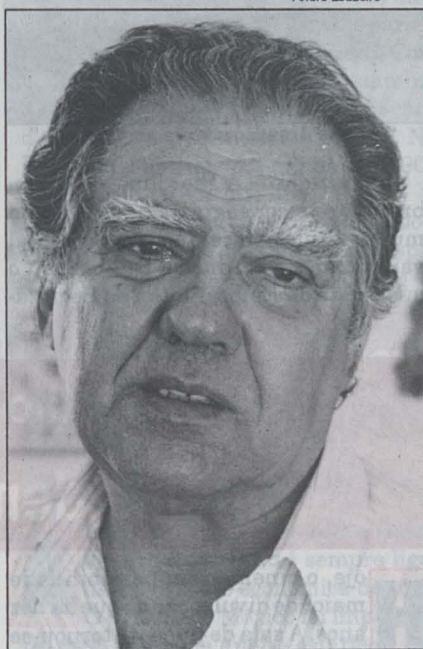
Os japoneses andam procurando espaços para investir na produção de imagens. Nos últimos cinco anos, colocaram US\$ 30 bilhões nos Estados Unidos e se deram mal, pois lá a produção é muito cara. No Rio, temos mão-de-obra artística e técnica, infra-estrutura e exuberância paisagística. Podemos produzir imagens. Isso, comparado ao pólo petroquímico que o governo estadual anterior pretendia instalar aqui para gerar 100 mil empregos, é simplesmente ridículo. O setor audiovisual pode empregar muito mais gente, sem poluição.

Zona Franca da Cultura – Estou envolvido com o Bureau do Audiovisual, que visa reunir as entidades de cinema do país e criar a Zona Franca Cul-

tural do Rio. O que os artesões das escolas de samba fazem em cenografia é tão bom quanto o que se produz em Hollywood. Esse pessoal podia trabalhar em oficinas permanentes, prestando serviço a cinema, teatro, shows. No Parque Lage devia haver uma escola de dança, música, teatro e cinema.

Cinema Novo – Com o Cinema Novo, desenvolvemos métodos próprios de produção e criação. Esse grupo, com Gláuber Rocha à frente, ganhou prestí-

André Louzeiro



“O Rio tem vocação cinematográfica”

gio e conquistou espaço político. Mas veio o golpe de 64 e os militares, não podendo frear o movimento enquanto projeto artístico e ideológico, trataram de enfraquecê-lo industrialmente. A relação cineasta/Estado, que começava a ser institucional, voltou ao paternalismo. A situação só melhorou no período do general Ernesto Geisel que, justiça seja feita, tentou mudar esse enfoque graças ao ministro João Paulo dos Reis

Velloso. No governo Geisel o cinema brasileiro se consolidou, frutificou.

Inimigo do cinema – No governo Sarney, o ministro da Cultura Celso Furtado achava que o cinema era uma corporação a ser desmantelada. Por ter permanecido longo tempo no exílio, pensava que os cineastas que ficaram aqui haviam sido cooptados pelos militares. Mesmo assim, nossa expansão no mercado interno e na América Latina era forte. Conquistamos espaços, o que ameaçou um pouco a hegemonia da indústria internacional, que reagiu e criou condições na mídia brasileira favoráveis à desmoralização do processo cinematográfico. *A Folha de S. Paulo* fez seis meses de campanha contra nosso cinema.

O Estado brasileiro ainda não se definiu em relação à indústria cinematográfica. Tudo que seja animação cultural do cinema – curta-metragem, pesquisa de linguagem, veiculação das idéias, editoração, memória – deve ser obrigação orçamentária do Estado.

A lei desfigurada – Com muita luta, aprovamos no Congresso a Lei 8.401, sancionada em janeiro deste ano, com o veto de 11 artigos, no que continua de mais importante. Como fora proposta, a lei definia que o Estado tinha obrigações diretas com a cultura cinematográfica.

Na hora de sancionar a lei, orientado por seu secretário de Cultura, Sérgio Rouanet, o então presidente Fernando Collor terminou por mutilar o projeto. Rouanet achava que a lei beneficiava demais o cinema. Queremos recolocar, na lei desfigurada, os seguintes artigos:

1. O que cria o incentivo fiscal para investimentos em cinema, incluindo-nos nos incentivos fiscais, ao lado da Sudele e Sudam.

2. O que determina que os recursos da remessa de lucros das companhias estrangeiras – inicialmente recolhidos pela Embrafilme; depois encaminhados ao Tesouro Nacional – fiquem com as empresas estrangeiras durante um prazo de seis meses, para ser aplicado na produção brasileira.

3. Edição de um ato do Banco Central regulamentando a conversão da dívida externa para aplicação em cinema. Já está na lei. Precisamos só de uma portaria que regulamente. ➤

Mariza Leão: o papel da RioFilme

A estrutura da atividade cinematográfica apóia-se em produção, distribuição e exibição. Nosso cinema nunca teve circuito exibidor. Mas tornou-se um grande produtor e passou a ter, a partir dos anos 70, uma distribuidora: a Embrafilme.

Com a liquidação da empresa, desmantelou-se a exibição do filme brasileiro no mercado. Esse desmantelamento aconteceu aos poucos, pois nos anos 70 chegamos a fazer entre 30 e 35% da bilheteria. Nossas fitas concorriam com as estrangeiras.

Nos anos 80, assistimos ao desmonte do nosso cinema. As pessoas do meio foram afastadas da Embrafilme e surgiram os burocratas de plantão, indicados pelos mais variados motivos.

Lançamentos - A RioFilme é uma distribuidora, que nasceu da necessidade de se ter um agente de vendas que representasse os filmes brasileiros junto ao exibidor. Quem tem poder junto aos exibidores é o fornecedor contínuo. A importância do cinema americano advém do fato de ele ser o maior produtor de títulos do mundo. Quem mantém as salas exibidoras funcionando durante o ano todo é o produto americano.

Estamos lançando uma campanha intitulada Rio, Capital Cinema. E vamos lançar três longas brasileiros: *Sua excelência, o candidato na casa da doida*, de Ricardo Pinto e Silva, uma sátira política; *Maldição de Sampaku*, de José Joffily; e *Conterrâneo velho de guerra*, um documentário de Wladimir Carvalho, que trata da construção do Brasil, uma obra-prima e uma metáfora do país.

Eu já tinha ido a Brasília muitas vezes, mas nunca tinha subido as escadarias da Câmara dos Vereadores do Rio. E foi lá que encontrei espaço político para construir a coisa mais importante para o cinema nos últimos anos. A RioFilme vai colocar nossas fitas nas telas e o filme brasileiro reencontrará seu público.



"O filme brasileiro volta ao mercado"

Produção - A RioFilme só vai sobreviver se conseguir trabalhar com muitos títulos. Para que isso aconteça, vai entrar na produção. Ela herdou o que existe da Embrafilme e da Secreta-

ria de Cultura de São Paulo. São uns 20 filmes, e hoje há espaço fácil no mercado para oito a dez. Em 1993, vamos começar a fazer o que se chama avanço sobre a distribuição. Entraremos na produção de algumas fitas. A RioFilme baseia-se em duas coisas: distribuir e fazer avanços para garantir produções.

Política - Espero que a RioFilme se mostre capaz de pôr em prática o que se comprometeu a realizar. É um veículo de divulgação cultural desta cidade, no país e no exterior. Por onde os filmes forem, lá estará a logomarca da prefeitura associada às imagens do Rio.

Assim, o cinema brasileiro passa a ter de novo um espaço para ficar. Há pessoas dispostas a trabalhar, e a empresa pode ser um elemento de aglutinação. Ela simboliza uma luta comum, uma bandeira que vale a pena defender.

Desafio - Nosso orçamento para 1993 está aprovado: vamos ter condições de fazer uns oito filmes. Com isso, tiraremos o cinema carioca da crise. O técnico, o artista, o laboratório, o equipamento, tudo volta a funcionar.

A televisão tem adquirido filmes nacionais, mas isso não basta. Ela não pode entrar apenas no final do processo. Tem que apostar junto conosco, desde o início, na produção das fitas. A RioFilme é o desafio. ➤

Zelito Viana: cinema democratizado

Hoje, o cinema tem possibilidade maior de divulgação do que há dez anos. A sala de projeção tornou-se uma vitrine. Você põe lá seu filme para ter uma semana de exibição e ganhar apreciação crítica. Depois, ele poderá ser visto por um amplo sistema, que inclui TV e vídeo. Se um cineasta mostra seu trabalho na TV Cultura de São Paulo, será mais visto, em uma noite, do que em sua exibição num circuito de salas comuns.

O pré-capitalismo é um problema que devemos superar, ainda que nos falte uma legislação liberal. O verdadeiro capitalismo tem regras rígidas

que, por aqui, não funcionam. Você não pode ser ao mesmo tempo dono de um jornal, de emissoras de rádio, editoras e de uma rede nacional de televisão. Isso é um abuso de poder econômico. É imperialismo. A TV Globo produz 100% do que exhibe. Se eu gravar o papa dançando vestido de baiana, não posso colocar na Globo. No máximo, ganharia uma janela no *Fantástico* de 30 segundos.

Exageros - Quando minha geração começou, o cinema tinha uma atuação política forte. Conseguimos boas conquistas, mas em geral fazíamos as coi-

sas com o sinal trocado. Havia na legislação uma coisa curiosa: nenhum filme podia ser negociado com o exibidor a menos de 50%. Essa exigência deveria ser feita ao estrangeiro e não ao exibidor brasileiro. Para ele, quanto mais barato o filme, melhor. Resultado: éramos obrigados a negociar a 50%.

Por essa e outras, passamos a imagem de pessoas dependentes do Estado, mas não era nada disso. Quem se locupleta são os grandes industriais, que vivem às custas dos subsídios. Na verdade, éramos explorados. De um lado pela Embrafilme, que colocava um percentual na fita; e do outro pelo co-produtor, que esperava o seu de volta, se possível com lucro. Por isso, enquanto a Embrafilme tornava-se poderosa, as empresas independentes de cinema faliam.

Identidade - O cinema é feito orquestra sinfônica: não pode existir sem o Estado. Os filmes vendem a imagem do país no exterior, coisa que os norte-americanos sabem muito bem. A história de Hollywood é também a história do Estado americano. O Brasil, pelo seu tamanho, tem dificuldade de difundir sua identidade cultural. Por isso, deveria usar o cinema.

O futuro do cinema é democrático. O avanço tecnológico faz com que os custos caiam. A qualidade vem da quantidade. É mais fácil fazer uma obra-prima em várias tentativas do que numa só.

A RioFilme vem preencher um vazio, mas sou contra. Entendo que o Estado deva criar condições para que o produto exista. A distribuição e a exibição são intrinsecamente da iniciativa privada. A Embrafilme ficou prejudicada porque uma fita como *Pátria amada* tinha a mesma divulgação que *Dona Flor e seus dois maridos*. Há um valor comercial diferente para cada fita, e isso deve ser levado em conta.

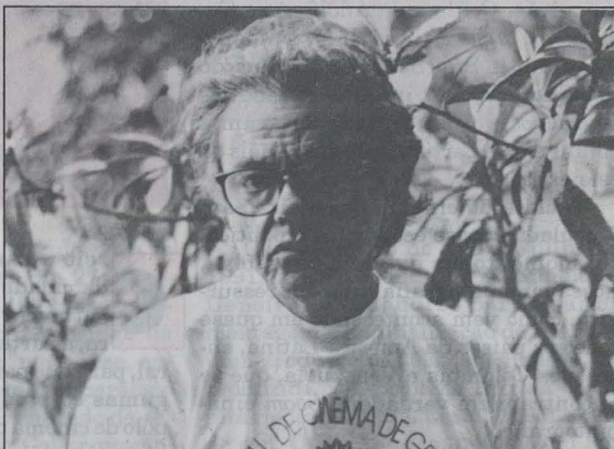
Para mim, o Estado deveria financiar exibidores para melhorar o som, dar incentivo de importação, subsidiar a produção. O mal do Estado brasileiro é tratar os diferentes de forma igual. Esse é meu medo da RioFilme. Mas, no momento em que nossa situação é das piores, a RioFilme se faz necessária. Há filmes a serem distribuídos e é preciso investir na credibilidade do cinema.

Paranóia - Nosso modelo de relação Estado/Cinema foi a Comissão de

Auxílio à Indústria Cinematográfica (Caic). Fisicamente, a instituição se desenvolvia numa salineta, onde uma senhora recebia os processos e os empilhava. Uma vez por ano, uma comissão de cinco pessoas elegia 20 ou 30 daqueles projetos para ser financiados. O Estado dava a partida. O investimento era a fundo perdido.

Hoje, tenho uma proposta: apresento um roteiro e um orçamento a uma comissão técnica que, sem analisar o mérito do roteiro, vai dizer se aquele orçamento é compatível com o roteiro. Se for, o Estado me dá um percentual do orçamento, quando meu filme estiver na lata. E eu vou para a rua conseguir o resto do dinheiro. Com o trabalho pronto, a comissão examina e verifica que a fita é o roteiro. Recebo o dinheiro, penso em outro projeto. Na Espanha é assim: você ganha US\$ 900 mil por cada filme que faz.

No caso do meu projeto *Villa-Lobos*, eu tinha parceiros na França e na Espa-



"Pelo fim do abuso de poder econômico das grandes redes"

nha. Mas eles queriam saber do meu apoio no Brasil. Perguntavam: com quanto entra o Brasil? E eu era obrigado a responder: nada. Então, eles preferiram financiar filmes sobre Debussy e Ravel.

Inconsciente do mundo - Uma vez, um cineasta português me disse: vocês não sabem o que têm nas mãos, quando tocam no inconsciente do mundo. Não há novelas holandesas, inglesas ou suecas sendo exibidas na Europa. As novelas que interessam aos europeus são as do Brasil. Pena que os políticos ainda não tenham consciência disso. >

Lucy Barreto: nas telas latinas

A indústria cinematográfica, sendo de alto risco, estará sempre ligada à sanidade econômica do país. O cinema do México foi importante, mas, à medida que se estatizou, decaiu. A situação mudou e, no ano passado, os mexicanos produziram 120 filmes. O saneamento econômico fez-se de 1986 para cá: a indústria cinematográfica acompanhou a saúde econômica do país. O México tem hoje a mais expressiva cinematografia da América Latina.

Podemos citar também o Chile, que sempre teve produção muito limitada, mas em 1991 produziu 12 filmes. Em Cuzco, no Encontro de Cineastas Andinos, encontrei Miguel Litin. Ele me falou das mudanças na administração

chilena e da sua volta do exílio. Quando chegou a Santiago, ficou surpreso ao ver uma porção de vídeos ótimos: o cinema chileno não havia parado. Fazia-se dentro das condições possíveis, ou seja, em vídeo. E ele conseguiu que os ministros da Cultura e da Economia liberassem, em junho do ano passado, US\$ 6 milhões para o cinema. Este ano o país está em plena produção. O filme *La Frontera*, de Ricardo Larain, que ganhou o Festival de Biarritz e foi exibido em Gramado, é dessa safra.

A Argentina também passou por um período complicado mas, de dois anos para cá, o Instituto de Cinema liberou financiamento para 20 filmes. E a cinematografia local entra em fase de res-

surreição. O filme de Adolfo Aris Tarrain, *Un lugar en el mundo*, ganhou o Festival de San Sebastian. Além do apoio do governo (o incentivo é dado nos ingressos), os cineastas passaram a contar com a participação dos canais de televisão locais.

A crise do cinema brasileiro está vinculada à crise econômica e política. No momento em que isso se resolve, nossa cinematografia também ressurgirá, como vem acontecendo em quase todos os países da América Latina, entre eles Colômbia e Venezuela, que se encontram em verdadeiro *boom* cinematográfico.

As elites não gostam do cinema brasileiro porque são, de maneira geral, colonizadas. Falam francês, inglês, mas não sabem espanhol. O povo prefere o seu cinema, embora não tenha dinheiro para adquirir ingressos. Por isso, o mercado exibidor foi fechando as salas que recebiam o povo. Hoje, temos mil e poucas salas, quase todas voltadas para o público A.

Consciência nacional – O cinema nos Estados Unidos é uma indústria sólida desde os anos 20. E os norte-americanos têm consciência do que ele significa para a sociedade.

A relação da nossa cinematografia com o governo dá-se através das associações de classe, dos sindicatos, sem qualquer ressonância. Não há vontade política de que o cinema se transforme em indústria de verdade. Os cineastas mantêm-se distantes do poder e não influem nas decisões governamentais.

André Louzeiro



"Boom de fitas latino-americanas"

Sylvio Back: profissional da esperança

Creio que a nova administração da cidade do Rio de Janeiro não vai brear esse projeto. Falta, agora, a participação do governo federal, para que possamos implementar algumas co-produções, pois já existe o pólo de cinema do Espírito Santo, do governador Albuíno Azeredo; o de São Paulo, onde a prefeitura disse a que veio (há dois ou três filmes sendo rodados); existe o pólo de Brasília, que enfrenta algumas dificuldades mas está se articulando. De repente, abrem-se outras frentes no Rio Grande do Sul ou no Paraná.

Acho que 1993 pode ser o ano do renascimento do nosso cinema. Mas esse renascimento só vai vingar se conseguirmos criar condições de produzir 20 a 30 filmes por ano, com co-produções internacionais.

O exemplo é a nossa seleção de futebol. Quando joga apenas com os craques que nunca saíram do Brasil, ganha mal ou perde. Quando pega nossos jogadores que estão na Europa, que aprenderam a malícia de fazer faltas sem serem expulsos, que estão com bom preparo físico, juntando isso tudo à nossa criatividade, a coisa é diferente.

Devemos aliar nosso imaginário, nossa língua, nossos romances, nossos roteiristas à tecnologia que temos. É bom notar que ninguém reclama dos nossos filmes quando passam na TV. Reclama-se que o som do filme brasileiro é ruim porque nossas salas de projeção têm de 20 a 30 anos, e sua aparelhagem não foi atualizada.

Se ajustarmos esse *know-how* cultural brasileiro ao estrangeiro – sabemos que temos platéias na França e nos Estados Unidos – nosso cinema explode outra vez. Mas é necessária a participação do Estado e das emissoras de televisão.

Conquista da TV – Na próxima etapa do cinema brasileiro, vamos ter que desmobilizar essa verticalização da televisão. Ela está entre as melhores do mundo. O jornalismo é bem-feito, as novelas também. Todas têm elevado padrão de qualidade, herança da Vera Cruz, que trouxe para o Brasil esse pa-

Sérgio Sade



"Aliar o imaginário à tecnologia"

drão do cinema internacional. Mas as TVs são uma concessão do Estado e, por isso mesmo, têm compromisso com a expansão do mercado de trabalho. São grandes suas responsabilidades sociais.

O cineasta brasileiro terminou adquirindo complexo de rejeição. Há uma separação entre os produtores do imaginário e a televisão. Nos vemos pelo vidro mas não nos falamos. Aqui, as emissoras produzem tudo, do telejornalismo ao show, o que faz com que não existam produtores independentes. Para evitar essa inibição do mercado criador, há o Código de Telecomunicações. Este é o momento exato. Com o Congresso renascido junto à opinião pública, chegou a hora de insistirmos na regulamentação do Código de

Sérgio Rezende:

estratégia perversa

Telecomunicações. Tenho quase certeza de que o Estado voltará a fomentar a participação cultural.

Apoio necessário – Sem o Estado não há cinema. Muitos dizem que Hollywood não precisa do Estado norte-americano mas Jack Valenti (representante dos distribuidores) vive dentro da Casa Branca. Hollywood, para chegar ao ponto em que chegou, foi subsidiada pelo governo norte-americano. O cinema deles é uma espécie de braço ideológico da sociedade, da sua indústria e do seu pensamento.

Hollywood produz, anualmente, em torno de 150/180 filmes. Mas as inúmeras empresas cinematográficas espalhadas pelo país produzem quase o dobro disso.

Assim sendo, quase a metade ou um pouco menos que a metade da produção acontece fora de Hollywood. E é totalmente subsidiada pelo Estado. Subsidiada através das televisões a cabo, das TVs públicas, de fundações e até de uma espécie de Embrafilme, que funciona em Washington e atende não só ao cinema mas a outros ramos da cultura.

Que o Estado nos desse o que os americanos chamam *seed money*, o dinheiro-semente. Esse dinheiro-semente espalha-se na sociedade e faz com que a iniciativa privada também participe. Quando o empresário sabe que o Estado financia a cultura ele se sente estimulado a colaborar.

Anticultura – A RioFilme veio na hora certa. A Embrafilme, ao longo dos anos 80, foi perdendo o bonde da história. O fim da Embrafilme foi determinado, realmente, pelo ministro da Cultura Celso Furtado, no governo Sarney. O presidente não teve sensibilidade para avaliar nosso cinema e o entregou ao economista que nos odeia, por considerar que o cinema era uma criação da ditadura militar, embora os filmes que ele não viu revelem exatamente o contrário.

Seu fechamento colocou definitivamente o cinema nacional numa UTI. Daí a importância da RioFilme. Ela surge no momento em que o mercado brasileiro está integralmente ocupado pelo cinema estrangeiro. Noventa e cinco por cento das videolocadoras do país não trabalham com filmes brasileiros. A RioFilme é nossa volta para o futuro. ➤

Nosso cinema está parado. Mas se pensarmos que no dia 27 de setembro apenas 1.100 pessoas assistiram no Rio a um jogo de futebol entre Vasco e Fluminense, então concluímos que quem está parada é a sociedade brasileira, resultado do extermínio que Fernando Collor promoveu na cultura e do caos que instalou na economia.

Há dois cinemas brasileiros: o que foi interrompido e um outro que está sendo elaborado, quase na clandestinidade.

Quando Collor acabou com a cultura dizia-se que era revanchismo contra a classe artística, que havia apoiado

André Louzeiro



"Reencontro brasileiro com o cinema"

Lula. Hoje, vejo que ele agiu não como consequência da nossa posição política, mas para limpar a área. Na verdade, Collor retirou as armas dos artistas e dos intelectuais. Fez tudo de forma premeditada. Concluiu que meios de comunicação independentes seriam uma ameaça ao seu governo.

Em 1990 éramos vistos como aproveitadores. Vivíamos às custas da Embrafilme, do dinheiro público. Hoje, deu para perceber, nesses dois anos em que pesaram acusações contra as pessoas ligadas à produção de filmes, que não há milionários no cinema.

De dezembro de 1990 a julho de 1991, fiquei filmando em Moçambique. Depois, fui a Londres participar da montagem e da finalização da fita. Era uma produção da televisão inglesa, coproduzida com pequena parcela de capital moçambicano. Esse filme me caiu do céu. O Rui Guerra, nascido em Moçambique, foi quem criou o Instituto de Cinema.

Lamarca – Quando voltei da Inglaterra, em julho, retomei o projeto *Lamarca, o coração em chamas*. Este filme mostrará o revolucionário brasileiro Carlos Lamarca, um personagem que, com todos os eventuais erros e equívocos, imprimiu sua marca no sentido ético mais profundo. Como ainda não foi possível levantar a produção, reestudamos bem o roteiro.

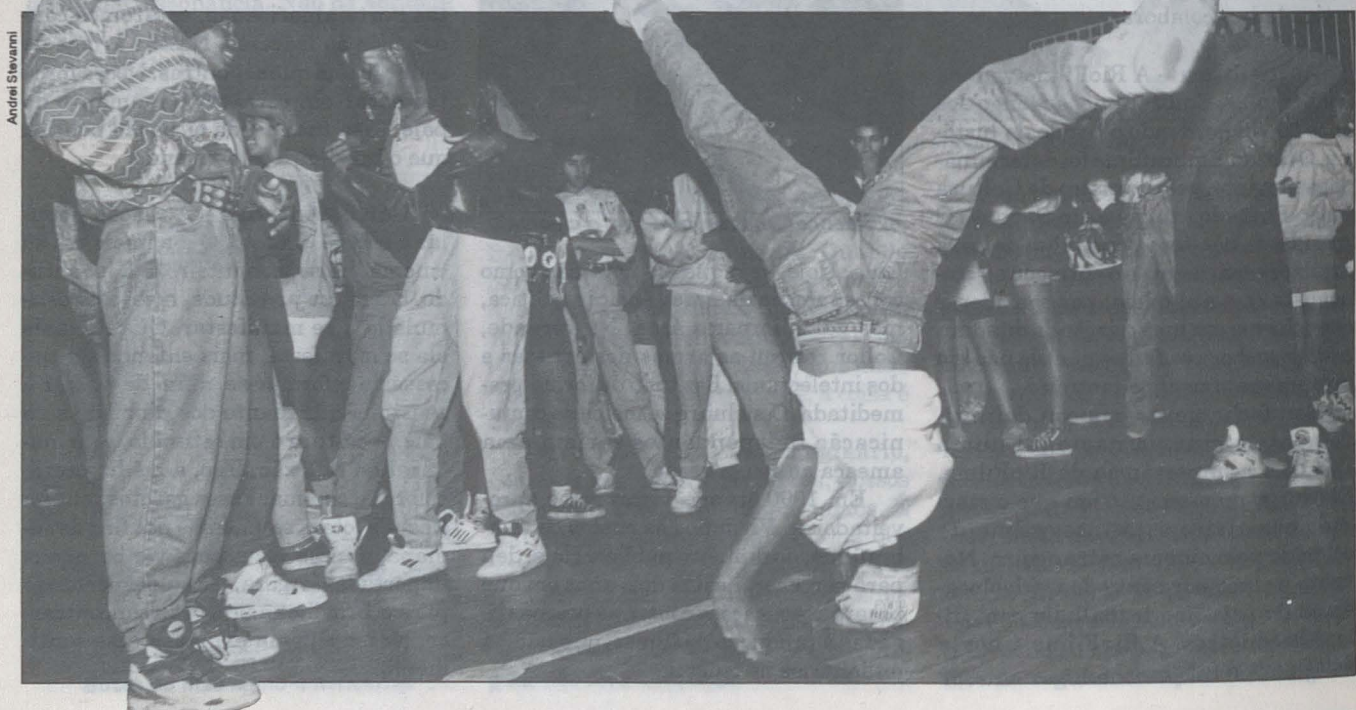
Retratar o país – É necessário descobrirmos o caminho do nosso cinema. Certamente, não será o do *show business*, do *entertainment*. Se pretendermos fazer filmes para competir com fitas norte-americanas, estaremos condenados ao fracasso. Nossas armas de sedução têm que ser outras. Nossa força vai estar em retratar o momento do país, essa intrincada situação política que o brasileiro está vivendo.

Caras-pintadas – A reação popular à crise é um fato. Quem mais vai ao cinema, no mundo inteiro, é a juventude. E a nossa juventude, hoje, está estimulada a se manifestar. Quanto mais ela se manifesta, mais entende ser necessário informar-se, a fim de aguçar a sensibilidade diante dos problemas do país. A cultura é um estímulo e um material de reflexão. Isso, a médio prazo, reforça o cinema. Esses garotos pintam a cara e lotam os cinemas nos fins de semana, muitas vezes para ver bobagens importadas. Agora, estão despertando para o Brasil que procura reencontrarse. Nosso cinema expressa esse sentimento. ■

BAILES 'FUNK'



A dança é uma expressão tão antiga quanto o homem, e, ao mesmo tempo, tão moderna quanto tudo aquilo que possa ser chamado de novo. Nas grandes cidades, os jovens moradores da periferia vêm descobrindo há tempos um jeito novo de dançar, que vai se tornando quase um estilo de vida. A cada final de semana, os bailes funk atraem milhares de moças e rapazes, biscateiros, assalariados ou desempregados, mas sobretudo pobres; malvistas, marginalizados, mas sobretudo exímios dançarinos. Nas danceterias improvisadas, a música explode na alma dessa gente, que modela o corpo na dura academia da vida. Mas os bailes funk criaram fama de centros de pancadaria coletiva, ringue para duelos entre gangues. E os jovens funks, da noite para o dia, passaram a ser considerados um perigo para a sociedade. **Cadernos do terceiro mundo** percorreu alguns redutos de 'funkeiros' no Rio, Belo Horizonte e Belém, e convida o leitor a discutir a questão.



Andrei Stevanni

Rio de Janeiro

Patrícia Costa

Tornou-se comum pensar nos bailes *funk* dos subúrbios do Rio de Janeiro como lugares onde só existe violência e vandalismo. Mais recentemente, o fenômeno dos arrastões nas praias da Zona Sul também é encarado como uma consequência dessa violência nascida nos bailes. Os meios de comunicação têm se esmerado em divulgar esta teoria, sem levar em consideração que a grande maioria das pessoas que frequenta bailes *funk* são estudantes e trabalhadores pobres que só têm este tipo de lazer para usufruir.

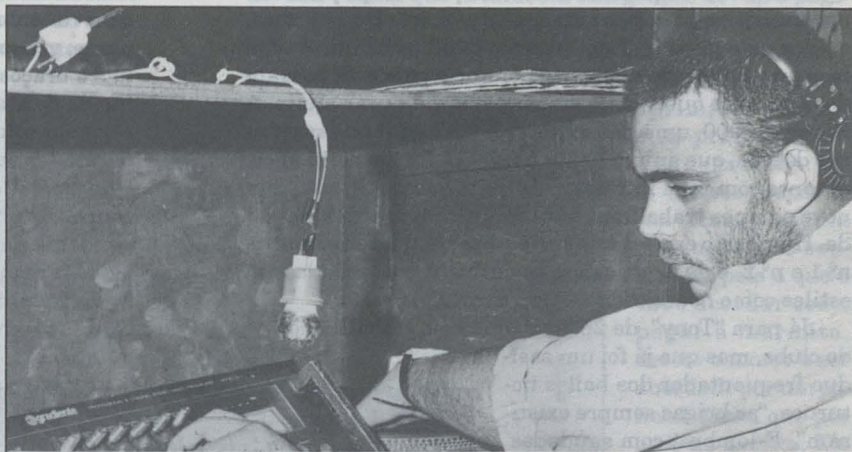
Nem todas as festas, porém, correspondem a tal perfil violento. Os bailes *funk* de sábado à noite promovidos pelo Sport Clube Pam de Pilar, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, são uma tranquilidade. A violência e a luta entre gangues de bairro, que vêm crescendo dentro dos clubes da região, não chegaram ao Pam de Pilar.

Para "Carlinhos", gerente do clube que realiza bailes há nove anos, isso se deve à conjunção de três fatores bem simples: os bailes dali são frequentados por adolescentes, em sua maioria; não existem gangues organizadas nas redondezas; e a segurança do clube é muito eficiente.

Essa eficiência é notada logo na porta do clube. André Ramalho, um dos seguranças, revista minuciosamente

cada rapaz que entra. "O pessoal que vem aqui é mais calmo, não dá trabalho", comenta. "Mas, mesmo assim, já peguei arma, faca; tudo que pode ameaçar a vida de alguém, eu barro." Graças a esse zelo, não acontecem brigas no salão há, pelo menos, um ano. Os jovens sabem que podem dançar em segurança.

Aline Santos é um exemplo: tem 14 anos, e vai ao clube com o marido Cid Clei, 21, e seu irmão Júnior, de 15, para dançar até cansar. Na sua opinião, a violência é provocada por alguns "manés" que já saem de casa com von-



Marcinho DJ, líder da equipe Flash Dance, anima bailes há mais de cinco anos

tade de brigar. "O *funk* não é violento; o *funk* é para dançar, não dá pra ficar parado", diz. Apesar de não haver gangues no bairro, Aline e seu irmão se dizem membros da turma do Babaloo, que tem, mais ou menos, 20 integrantes. "Mas ninguém fica junto, a gente se espalha pelo salão", explica.

Da Zona Sul à Zona Norte

A pesar de ser uma manifestação tipicamente suburbana, o primeiro baile *funk* do Rio de Janeiro de que se tem notícia surgiu em plena Zona Sul, no Canecão — hoje uma das mais respeitadas casas de show do país —, no fim dos anos 60, e se chamava Baile da Pesada. Chegava a reunir cerca de 5 mil pessoas por baile, gente tanto da Zona Sul como da Norte.

Quando o Canecão resolveu tornar-se uma casa de shows, os Bailes da Pesada foram transferidos para o subúrbio, onde viraram coqueluche. Comandado pela dupla DJ Big Boy e Ademar, os "funkeiros" daquele tempo dançavam ao som de Mr. James Brown, o *soul brother number one*.

Ao longo dos anos 70 e 80, os bailes *funk* proliferaram. Hoje, existem mais de

300 equipes de som animando clubes e salões de festas.

O perfil social dos subúrbios cariocas não se alterou, todavia, ao longo destes últimos 20 anos. A pobreza e a violência com as quais os habitantes daquela região sempre conviveram cresceram e se apoderaram do *funk*.

As bandeiras de afirmação política dos anos rebeldes, trazidas pela influência da música negra norte-americana, que continha letras que falavam do orgulho da raça, da vontade nascente de lutar contra o racismo, deram lugar à violência gratuita. As turmas, que se juntavam para dançar, foram substituídas por gangues armadas com revólveres e correntes, que vão para o baile com o único intuito de provocar tumulto e, às vezes, até morte.

Adolescência funk —

Os bailes *funk* estão recebendo cada vez mais adolescentes com idades entre 12 e 18 anos. Talvez seja porque esta é a única diversão acessível a eles. Numa época em que um ingresso de cinema custa três vezes mais do que o dos bailes, estes se tornam a opção mais em conta e, é claro, a mais divertida.

Dançar também se revela como uma maneira de escapar dos problemas e da injustiça social que sofre essa faixa tão grande da população fluminense. Alguns pessimistas dizem que a violência dos bailes é a extrapolação dessa válvula de escape, e que a situação só tende a piorar se o



rumo da economia brasileira continuar em direção à recessão. Outros afirmam que a música agressiva esquentando os ânimos dos frequentadores, e um pisão no pé pode tornar-se motivo para pancadaria. "Humberto DJ", 18 anos, o líder da equipe nº 7 da Furacão 2000, acha que é uma fase, um reflexo do momento por que o país está passando, e garante que o baile violento não vai durar muito. A Furacão 2000, uma das maiores e mais conhecidas equipes de som, que anima bailes e festas há mais de 15 anos, já conta com uma infra-estrutura de microempresa, com nove equipes trabalhando simultaneamente pela Baixada. Humberto explica que sua equipe, juntamente com as nº 1 e nº 2, é de *funk*, sendo as outras especializadas em estilos como *house*, *dance mix*, *disco*, *charm* etc.

Já para "Tony", de 26 anos, que hoje trabalha no bar do clube, mas que já foi um assíduo frequentador dos bailes noturnos, "as brigas sempre existiram". E lembra, com saudades, dos seus tempos: "A gente vinha com a turma para fazer baderna, e chegava, às vezes, a acabar com o baile. Mas era diferente, a gente brigava no braço, 30 contra 30. Não tinha covardia. Hoje, com revólver, qualquer um é macho. Está tudo mudado." Ele admite que o Clube Pam é exceção, no momento atual: "O Recreativo, no Centro de Caxias, por exemplo, é um dos melhores bailes da Baixada, mas é muito violento, rola muita droga."

Funk histórico - Válvula de escape ou não, o fato é que o *funk* existe desde a década de 60 e continua com força total. Márcio Braga, o "Marcinho DJ", 23, líder da equipe Flash Dance, que anima os bailes do Clube Pam há cinco anos, diz que violência existe em qualquer lugar, até dentro de casa. Essa onda de notícias diárias sobre brigas em bailes ele considera como uma espécie de campanha para acabar com o *funk* (e, conseqüentemente, com a indústria do *funk*, que movimenta milhões de cruzeiros por mês). "Isso é preconceituoso e exagerado. Eu já recebi a rede Manchete de televisão num baile que fiz no Jardim Primavera. E vi quando eles pagaram os ingressos de uma turma rival para ela se confrontar com a turma do bairro. Tudo isso só para filmarem a pancadaria", denuncia o DJ, indignado.

Deixando as mágoas de lado, "Marcinho" fala do *funk* como um filho que cresceu ouvindo o pai, James Brown, cantar para ele no berço: "O *funk* é tradição. *Dance mix*, *new wave*, tudo passa, é moda. O *funk*, não, nunca vai morrer." Apaixonado pelo *funk* tradicional - "aquela coisa primitiva" -, o DJ acha que a evolução descaracterizou o estilo, a alma do movimento negro dos anos 60. "Mas isso faz parte do jogo; no fim das contas, *funk* é *funk*, e o que vale é dançar", diz.

A moda - É o modo de dançar que mais caracteriza o movimento *funk*, além das roupas. Ninguém dança aos pares; grupos se formam e elaboram coreografias de pernas e braços cada vez mais complicadas. Homens e mulheres dançam em grupos separados. As roupas devem ser bem coloridas. Para os meninos, bonés, camisetas, bermudas ou jeans, tênis, colares e anéis de prata. O cabelo "mola" é a marca do "funkeiro". As meninas usam roupas com cores berrantes bem justas e decotadas, independente da idade.

Mas nem só de adolescentes vive os bailes *funk*. Adriano Silva tem apenas sete anos - no princípio jurava que tinha 13 -, mas já é um frequentador ocasional dos bailes.



A frequência dos bailes cariocas é predominantemente de adolescentes entre 12 e 18 anos

É que é proibida a entrada de menores em bailes noturnos, segundo o Código de Menores, de outubro de 1979. Mas, como em todo lugar, os adolescentes e as crianças compõem a maioria absoluta de frequentadores. "A lei é que tem de mudar", exclama André Luiz Galvão, de 16 anos. E explica: "A gente é que frequenta os bailes, os mais velhos vão para os bares. Os tempos são outros." E ele está certo. É só olhar para o salão cheio de um baile *funk* do subúrbio para constatar que esta lei está ultrapassada. O *funk*, assim como a violência e o trabalho, entram cedo nas vidas desses garotos e garotas da Baixada Fluminense.

Belo Horizonte

Fernanda Lamego

Quem vê o jovem mecânico Jurandir Silva trabalhando uniformizado numa loja da rede autorizada Volkswagen, dificilmente imagina que ele é dono, DJ e MC (*disc jockey* e “mestre-de-cerimônias” – cantor de *rap*) da Black Soul, uma discoteca *hip hop* situada na favela Santa Lúcia, Zona Sul de Belo Horizonte. Praticamente desconhecida por quem não mora no morro, a Black Soul é organizada por cinco rapazes integrantes de um grupo de *rap* que não espera que nenhuma gravadora vá “descobri-los”. Motivo: eles tocam o *def* nova-iorquino (um tipo de *rap* mais pesado e radical) com letras que falam com crueza sobre a realidade em que vivem.

A casa dispõe de cerca de 1.000 discos (só de James Brown são 60), muitos deles importados ou trazidos por um norte-americano negro, ex-integrante de um grupo de *rap* que jogava basquete profissionalmente em clubes esportivos de Belo Horizonte: “O Roger já nos trouxe um disco de James Brown que foi proibido lá nos Estados Unidos, uma raridade”, conta Jurandir, mais conhecido como o “Lili da Black Soul”. Na sua discoteca, os adolescentes que não têm dinheiro para frequentar bares e bailes entram sem pagar e podem se divertir sem medo de serem expulsos pelos habituais se-



Em BH, a classe média se rendeu ao funk e ocupa as pistas de dança da periferia

guranças de casas noturnas. São garotos que sobrevivem fazendo biscates ou praticando pequenos furtos durante a semana, e que não aceitam passar o sábado à noite sem fazer nada que não lhes dê alguma alegria. A falta de diversão pode jogar esses menores definitivamente na marginalidade, já que, segundo “Lili”, “eles levam uma vida de adulto e não encontram nenhum lugar que os respeite como são de verdade. Isso pode lhes trazer mais revolta ainda”.

Morador da favela da Serra, Cláudio “Neneco”, amigo de “Lili”, conta que lá também tem grupos de *rap* e pagode. O pagode é frequentado pelo pessoal da “maré mansa”, como define. Ele prefere o *hip hop* e fala da necessi-

dade de a juventude oprimida compor suas próprias canções de protesto:

“Esses grupos de *rap* classe média burguesa não sentem na pele o que é você acordar cedo, pegar a marmita, descer o morro e ser abordado por um policial assim que põe o pé no asfalto. Ele te diz: ‘Abre a marmita, negão!’, te humilha, te discrimina. As letras compostas pelo pessoal do morro falam disso. A gente se identifica com essa música,

e não com aquela babajada que toca no rádio o dia inteiro.”

Segundo “Neneco”, ir à discoteca é uma forma de libertação: a moçada canta, grita, pula e sai toda a raiva do governo, da burguesia e “de quem é pago pra te proteger e, ao invés disso, quer te exterminar”.

Na Black Soul ouve-se *soul*, *brown*, *hip house*, *hip hop* e um *def* mais radical com refrões como este: “Sou de menor/ Posso matar posso roubar/ Para o mundo nós não existimos/ Nós só vamos existir quando a gente crescer/ Pra virar escravos do poder/ Quando a gente servir pra trabalhar!”

Luís Carlos Ferreira, 19 anos, morador do morro do Papagaio (um dos mais temidos pelas classes média e alta da cidade), tem uma visão social bastante simples: “Sem a gente, a burguesia morreria de fome. Nós cozinhamos para ela, lavamos sua roupa, seu carro, educamos seus filhos. Em troca, ela não propõe nem alegria, nem divertimento, nem cultura, nada!”

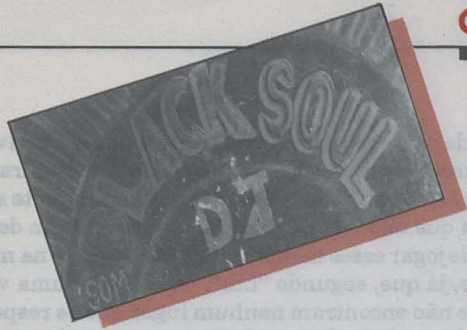
Apesar de vestir uma camiseta com a estrela do PT, ele diz: “Não sou petista, sou realista. Mas se fosse a gente lá em cima no

Algumas letras da Black Soul

“Então todo dia na favela/
Uma grande decadência/
A mesma cena de novela/
As pessoas saem procurando diversão/
Mas acabam encontrando um defunto no chão/
Na calada da noite tudo pode acontecer/
A próxima vítima pode ser você/
Querem te matar/
Querem te enlouquecer/
Se você entrar na deles tenho pena de você/
A justiça não encontra ne-

nhuma solução/
Para combater tráfico, morte, corrupção”.

“A política do país está errada/
Tem gente passando fome e ficando na miséria/
Onde está nosso dinheiro/
Isso é uma coisa séria/
Faça a coisa certa/
Faça pela paz/
Vamos destruir o poder/
O sistema está errado/
Nós ainda somos escravos deste país/
Só não sabe disso é quem não quer ver”.



poder, seria outra coisa. A nossa democracia é direta. A gente não é formado em Economia e Agronomia porque não nos deram oportunidade. A gente é formado no sentimento do povo.”

Estamos num bar na entrada da favela do São Pedro e todos os rapazes se dizem influenciados pelos grupos norte-americanos negros de *rap*. Eles acreditam ser possível alertar “o pessoal mais desinteressado” sobre o que está acontecendo no Brasil e no mundo. Um deles diz que a revolta dos negros em Los Angeles (resultante de um julgamento onde três policiais brancos que espancaram um rapaz negro foram absolvidos) sofreu influência das letras do Public Enemy: “Lá é igual aqui, é só pobre e negro que vai em cana.”

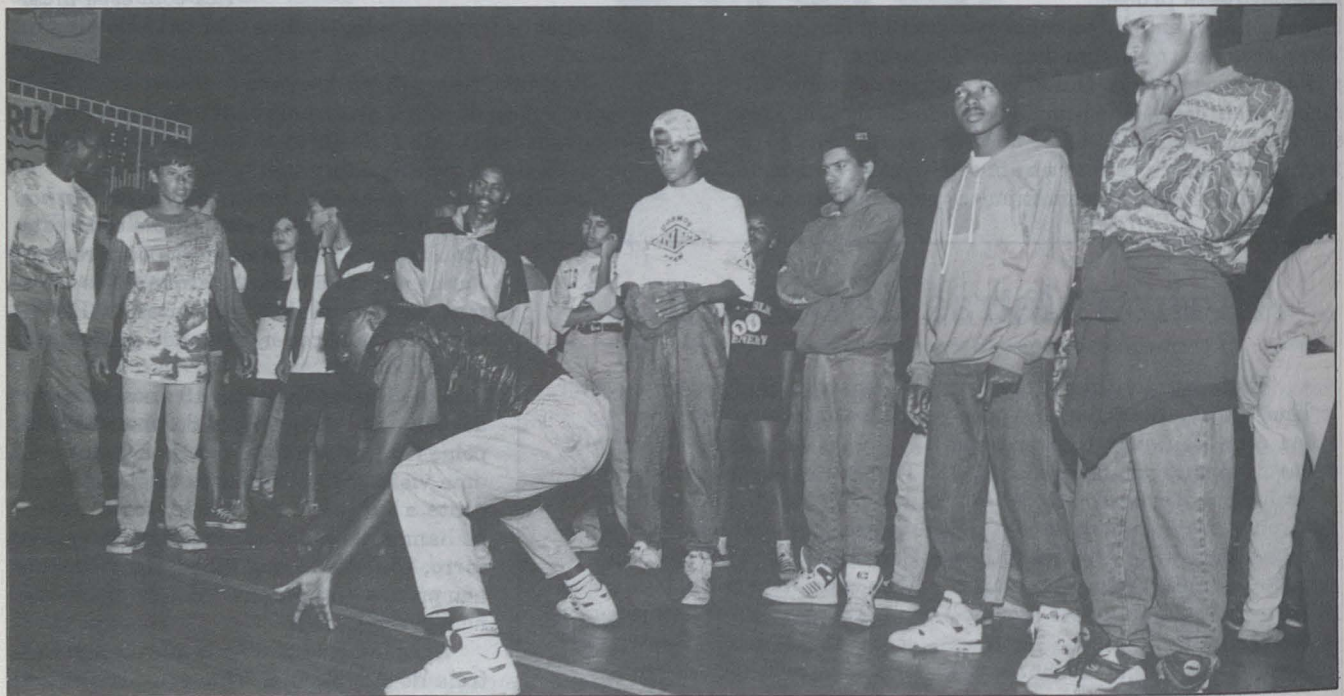
Cláudio “Neneco” diz que os menores querem se divertir, mas também estudar e ter um emprego digno. “Lili” intervém: “O problema é que os poderosos fizeram de nosso país um circo. Nós somos os leões e eles os domadores. Temos que mostrar para eles que basta as feras quererem para que os domadores sejam atacados.” Os MCs da Black Soul sabem que influenciam seu público, escancarando a realidade de que os jovens pobres enfrentam, mas também procuram transmitir-lhes um pouco de esperança.

Uma noite na Broaday – *black music* de qualidade, bebidas e sanduíches baratos, entrada quase de graça, e

exímios dançarinos negros. Tudo o que jovens curiosos da classe média gostariam de experimentar num sábado à noite. São geralmente universitários com pretensões artísticas e intelectuais abalados pelo tédio e pela crise que atinge o bolso deles e de seus pais. A Broaday é mesmo o lugar ideal: além de todas essas qualidades, fica no bairro Santa Tereza, a menos de 15 minutos do Centro da cidade.

Cansados de seus bares *off-broadway*, os filhos alternativos da pequena burguesia também querem dançar, mas fogem de discotecas caras e caretas como o diabo da cruz. No início do ano, eles chegavam timidamente em pequenos grupos interessados na boa música e no ambiente quase estrangeiro, domínio de jovens negros e pobres. Aos poucos, este público foi crescendo em proporção inversa à presença dos frequentadores tradicionais. Cláudio da Silva, DJ há três anos da Broaday, conta o que aconteceu com seu público: “Quando eu comecei, aqui só vinha lavador de carro, o pessoal mais ‘pinchado’, ‘orelha seca’, pessoal do morro. Os gente fina começaram a vir agora, né?” O DJ se surpreende com o novo público, que não corresponde ao estereótipo da burguesia: “Me impressiona quando esse pessoal branco vem aqui pedir pra colocar um *brown* mais pesado, música negra e dançar. Eles tinham medo. Antes, isso aqui era 100% do morro.”

O caixa da Broaday, ex-frequentador da casa, opina sobre a mudança do público: “Eu acho chique, me amarro. Tem toda aquela mistura – nível baixo, nível mais ou menos, nível superior, tudo. O pessoal que vinha aqui hoje representa só 20% da frequência. Mas eu acho muito melhor, tanto pra trabalhar quanto pra frequentar. Antes, vinha mais homem, mulher tinha até medo de entrar. Agora, a segurança é da PM e o pessoal



Vale tudo para extravasar o jeito tunk de dançar, até acrobacias mirabolantes e criativas

da alta quer mais é curtir a noite, não cria confusão nenhuma.”

Proprietário há seis anos da Broadway (a falta do “w” veio a calhar, mas se deve a um erro do plaqueiro), José Pinheiro afirma que nunca houve nenhum atrito de classe: “O humilde geralmente dança muito melhor do que o intelectual, e tem um tremendo prazer em ensiná-lo.” José Pinheiro coloca os ingressos mais baratos aos sábados, “porque só no sábado o humilde pode vir, já que não trabalha no domingo. É para eles continuarem tendo a chance de participar. No sábado, aqui vira o verdadeiro Bronx de Belo Horizonte”.

Apesar de um certo interesse de ambos os lados conhecerem e penetrarem num círculo social estrangeiro, a Broadway parece ser uma garrafa de água e óleo que acaba de ser agitada. Depois da festa, cada um volta para o seu território. Descoberta ou invadida pela classe média, dependendo do ponto de vista, o fato é que os amantes pobres e negros do *funk*, *brown*, *hip hop* perderam seu antigo espaço de diversão. A maioria se retirou. Para onde? Ninguém sabe. Ninguém se importa.

Belém

João Vital e Heitor Menezes

Um grande salto no escuro. Vários saltos no escuro. A pista de dança da boate Censura Livre, em Belém do Pará, é uma síntese do embalo das noites de sábado, numa cidade de um milhão e meio de habitantes, abaixo da linha do Equador.

A cidade tem seus momentos de frenesi cultural, pelo menos os patrocinados oficialmente – promoções do governo do estado e da prefeitura, que têm levado muita gente às praças e estádios. Mas outro tipo de diversão, em lugares menores, tem seu próprio público garantido. As poucas discotecas de Belém não passam um fim de semana vazias. Uma tribo sem nome surge em algum ponto para uma celebração quase ritualística: dançar. Não importa como nem onde, e tampouco o tipo de música. Aliás, importa: tijoladas tecnológicas, música ultradançante, a decibéis históricos que se repetem feito mantra a noite inteira.

As discotecas – que variam em qualidade, cenários e fauna de acordo com o nível social de cada bairro – são agitadas praticamente pelas mesmas batidas e ritmos

musicais, tanto numa danceteria improvisada na periferia de Belém, onde mais de cem adolescentes dançam alucinadamente entre quatro paredes de uma construção vedada com folhas de zinco, como na boate Crog, numa área mais nobre da cidade.

Com poucas variações no repertório, a música é a mesma também na discoteca Censura Livre, no Centro de Belém. A diferença está nos carros que param à porta, nas roupas e nas carteiras de dinheiro de quem paga para entrar. “Eu venho aqui para dançar, e gosto de fazer isso num lugar que oferece música dançante. E, para isso, nada melhor do que o rock”, diz o economista Paulo Fernandes, 26 anos. Ele paga pelo prazer e diz que frequentar lugares mais caros não expõe o pagante aos shows de luta livre que ocorrem em outras casas.

Em Belém, os locais eleitos por turmas de bairros tornaram-se ponto de confraria nem sempre tão divertida. A danceteria Company B, na área de influência de uma avenida usada para rachas de automóveis, reúne grupos que já deram motivos para que a discoteca ficasse conhecida pelo nome de “Company Briga”. Atentos às turbulências que podem estragar os lucros de uma casa de drinques variados, decoração requintada e uma parafernália concorrida de luzes, os gerentes do Censura Livre submetem todos os frequentadores a um detector eletrônico de metais. “Ninguém entra armado. Ninguém sai morto”, justifica o porteiro.

Mas a violência não é a melhor tradução dos embalos de sábado em Belém. A maioria dos jovens desacompanhados chega às discotecas com ar de caçadores pacíficos.

Para tais objetivos, “dançar é um protesto”, o primeiro passo na tática de aproximação que, para eles, só é possível em lugares onde todos estão com o mesmo objetivo: viver as aventuras da noite.

Mas mesmo que o cenário e a quantidade de luzes estroboscópicas estejam ligados às posses, a dança preferida parece ser uma só: fugir do tédio. Belém guarda um secular traço provinciano. A distância que separa a cidade de outros centros mais favorecidos ainda é fator determinante para o seu desenvolvimento. A periferia – a área da baixada onde mora 65% da população – tem poucas opções. E o que podem pobres jovens fazer a não ser dançar, pois em Belém não há espaço para o novo? A frase antiga, à la Rolling Stones, serve para resumir a *night fever* dos fins de semana. A estudante Selma Freitas, 16 anos, nem precisa pensar muito para arrematar: “Enquanto a gente dança, os problemas não existem. A gente fica em transe e sente bem melhor. É por isso que vale a pena.” A diversão, aqui, não precisa de explicação. ■

Na porta, um detector de metal procura identificar as armas. No salão a maioria usa a dança como pretexto para arranjar companhia. O cenário é uma cidade de um milhão e meio de habitantes abaixo da linha do Equador



Fotos: Ricardo Beliel

Através da fronteira do Brasil com o Peru e a Colômbia, as doenças circulam livremente

Saúde na Amazônia

*Fronteiras insalubres
de um país doente*

Beatriz Cardoso

Elas não usam passaporte, “viajam” em qualquer meio de transporte, “falam” um idioma universal e não fazem distinção social, racial ou religiosa. Há séculos percorrem os sete mares, alastrando-se por todos os continentes. Silenciam durante algum tempo para ressurgir em qualquer ponto do planeta, principalmente no Terceiro Mundo, onde a miséria e as precárias condições sanitárias são um “convite” para estas sinistras “viajantes”.

São as chamadas doenças tropicais, – que ceifam milhares de vidas anual-

mente. O Brasil ocupa uma trágica posição: é o campeão incontestável de malária nas Américas e tem uma das mais altas incidências mundiais de hanseníase e tuberculose.

Silenciosamente, outras enfermidades crescem, sob o descaso das autoridades. A hepatite B “devora” mais vidas no mundo que a Aids, embora haja vacina contra ela. Até mesmo uma zoonose tipicamente animal, como a leishmaniose, está proliferando assustadoramente. É na Amazônia, onde o Brasil tem sua maior extensão de fronteiras secas, que vamos encontrar um diagnóstico aterrador: o pulmão do mundo

está doente, e não há barreiras contra os inimigos invisíveis.

Peste anunciada – A cólera desembarcou na América Latina no início da década de 90, pelos portos do Peru, fazendo milhares de vítimas. Esgueirou-se por rios e florestas até chegar ao Brasil, onde já atingiu mais de 25 mil pessoas.

O vibrião colérico não entrou sorrateiramente pela tríplice fronteira amazônica – Brasil-Peru-Colômbia. Sua chegada foi amplamente anunciada. Quando a cólera já rondava os limites de Tabatinga (Brasil), Ilha de Santa Rosa (Peru) e Letícia (Colômbia), o governo brasileiro alegou que “as portas do país estavam fechadas para a doença”.

A morosidade governamental na prevenção e o deficiente sistema de assistência médica e sanitária, aliados à miséria, acabaram por abrir espaço para este microscópico inimigo. O vibrião desceu o rio Amazonas e se disseminou pelo Norte e Nordeste brasileiros.

Hoje, atinge cerca de 450 municípios (mais de 10% das cidades do país). Em 1991, pouco mais de duas mil pessoas contraíram a doença. No entanto, os números podem chegar a 30 mil ainda este ano.

Nestes dois anos, segundo os registros oficiais da Fundação Nacional de Saúde, menos de 310 pessoas morreram de cólera. Mas os especialistas e agentes sanitários, que atuam no campo real – o das populações carentes do Norte e do Nordeste – acreditam que o vibrião atingiu um maior número de pessoas que pressupõe a “vã” estatística.

No Amazonas, Pará, Roraima, Acre e Rondônia, há centenas de cidades ribeirinhas ou do interior da selva onde a assistência médica é um luxo ocasional. O mesmo ocorre no Nordeste. São locais onde as vítimas não esperam um diagnóstico. Registros, só os de óbitos.

Segundo o epidemiologista Ney Bahiense de Lacerda, que há mais de 35 anos atua na região Norte, a cólera é apenas a ponta do iceberg. Segundo ele, esta epidemia anunciada pelo menos serviu para desnudar o quadro sanitário do país – principalmente no “inferno verde”, que é um canal de mão dupla para o “livre trânsito” de milhares de vírus, bacilos e bactérias, que até podem mudar seus “hábitos selvagens” para se “instalarem” nas cidades.

De um Brasil para o outro – Uma das primeiras moléstias “importadas”

pelo país foi a febre amarela. Ironicamente, segundo registros sanitários, a moléstia “desembarcou” nos portos brasileiros em 1849, pelo navio *Brasil*, oriundo de Nova Orleans (EUA).

Já fez milhares de vítimas, principalmente no processo da “conquista do Oeste” (a Amazônia). Aliada à malária, a febre amarela promoveu o fracasso de inúmeros projetos como o da ferrovia Madeira-Mamoré, além das vilas satélites criadas pelo milionário americano Henry Ford para produzir borracha de seringueira – Fordlândia e Belterra guardam apenas as cruces de seus mortos.

O transmissor urbano foi descoberto no início do século pelos sanitaristas Adolfo Lutz e Emilio Ribas: um mosquito chamado *Aedes aegypti*. No campo, é o *Haemagogus*. Há décadas, a vacina é produzida – e até mesmo exportada para vários países – pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

A doença foi erradicada no início do século, graças a uma campanha comandada por Oswaldo Cruz. Desapareceu nos centros urbanos, mas ainda persiste em pequenos surtos epidêmicos, na Amazônia. A febre amarela – mortal na maioria dos casos – pode ressurgir com força no Brasil. Desde o início da década

de 80, com a disseminação do dengue pelo mesmo *Aedes aegypti*, paira a ameaça de uma epidemia.

“Já há 14 estados das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste infestados pelo mosquito. Temos todas as condições para o desenvolvimento de uma epidemia: o vírus (levado por turistas que visitam a Amazônia), o transmissor – o *Aedes* – e o homem não vacinado nas áreas endêmicas de febre amarela, afirma Amélia Travassos da Rosa, chefe do Departamento de Arbovírus do Instituto Evandro Chagas, de Belém (PA).

O Ministério da Saúde registrou 15 casos no ano passado: seis em Mato Grosso do Sul, dois no Pará e sete entre os índios ianomâmis de Roraima, com um saldo total de nove mortos. “A Amazônia é um grande laboratório de doenças. Mas vergonha maior é o país ser auto-suficiente na produção do antídoto e não ter uma programa nacional de vacinação”, diz a sanitarista.

A campeã – Mal secular, a malária ocupa há décadas a liderança entre as enfermidades amazônicas: na região ocorrem em média 98% dos quase 600 mil casos detectados no país anualmente. Em 1990 foram registrados 573 mil casos, segundo o Ministério da Saúde.

Pulmão sem fôlego

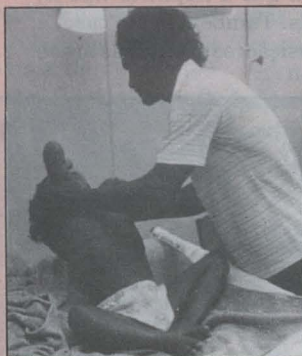
Segundo estimativas do Ministério da Saúde, o Brasil tem 90 mil casos novos de tuberculose por ano, embora seja auto-suficiente na produção da vacina BCG, com durabilidade de até 20 anos.

Com a desativação da Campanha Nacional Contra a Tuberculose no ano passado, e a subnotificação de novos casos, é difícil fazer um diagnóstico real. No entanto, está claro que “o mal dos românticos” saiu das cidades rumo ao campo.

Amazonas e Roraima detêm uma infausta liderança. Anualmente, entre os mais de 2,2 milhões de

amazonenses e roraimenses há mais de cem casos em cada 100 mil pessoas – uma incidência de 2.200 tuberculosos ao ano.

Na segunda fila de incidência estão Rondônia e Amapá (1,4 milhão de habitantes), onde há 80 portadores de tuberculose em cada 100 mil pessoas – cerca de 1.200 casos ao ano. O Rio de Janeiro está neste mesmo grupo: em números absolutos registra em torno de 13 a 15 mil casos de tuberculose (a incidência é menor do que no Amazonas devido à grande concentração populacional).



São dados assustadores, até mesmo para a rica São Paulo, a campeã de tuberculose em números absolutos – cerca de 16 mil ocorrências novas ao ano –, mas dentro de uma população duas vezes e meia superior à de toda a Amazônia. Na realidade, a região apresenta as condições

propícias à propagação do bacilo (desnutrição, precárias estruturas sanitárias e de moradia), além de não dispor de vacinação e atendimento médico nas cidades ribeirinhas.

Somente a vacinação e o tratamento médico poderiam alterar este quadro, pois há mais de uma década o país desenvolveu um método quimioterápico – associando três antibióticos – capaz de curar a maioria dos casos de tuberculose em seis meses. Inclusive os cerca de 72 mil que apresentam a moléstia na forma pulmonar, dos quais 45 mil podem transmitir o bacilo, liberados no ar durante acessos de tosse.

O Brasil já está respondendo por 52% da incidência global do continente americano: 1,1 milhão de casos em 1989, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS). Mais pessimista, a Sociedade Brasileira de Medicina Tropical estima que cerca de um milhão de brasileiros contraem malária a cada ano, com a ocorrência de até 20 mil mortes.

Transmitida pela fêmea do mosquito anofelino (*Anopheles darlingi*), a doença foi controlada através da dedetização, em meados deste século. Mas "explodiu" nos últimos 30 anos, com o êxodo crescente de migrantes para a região.

"Hoje, estamos correndo atrás do prejuízo, devido à interrupção de programas de erradicação do mosquito. Ou seja, apagamos o fogo das endemias ou epidemias. Mas acredito que agora é impossível erradicar o anofelino, a não ser que transformemos a Amazônia em uma selva de pedra", constata, frustrada, Maria das Graças Alecrim, 47 anos - 15 dos quais dedicados à pesquisa no

Núcleo de Malária do Instituto Hospital de Medicina Tropical, em Manaus.

A malária é o carro-chefe do ambulatório da instituição, que atende a vários estados da Amazônia Oriental, como Rondônia e Pará - os mais infestados pelo anofelino.

Para o médico Bernardino Cláudio de Albuquerque, o assustador é que a malária está se urbanizando: mais de 9.180 casos ocorreram em Manaus, em 1989. Quatro vezes mais que em 1985, enquanto a população sofreu um aumento de apenas 50% no mesmo período.

Esta tendência se repete em outras cidades amazônicas, embora os registros ainda sejam precários, como as estatísticas de mortes por malária, estimadas pelo Ministério da Saúde em apenas três mil no ano passado.

O núcleo chefiado pela sanitarista auxilia a chefe do departamento de Biologia Molecular, da Universidade de Nova Iorque, Ruth Nussentwelg, no estudo de uma vacina para bloquear a infecção do parasita na "porta de entra-

da": a inoculação (picada do mosquito). Já Manuel Patarroyo está fazendo pesquisas experimentais em Costa Marques, Rondônia, com uma vacina que atua depois do parasita ter passado pelo fígado, atingindo o sangue. Enquanto a vacina definitiva não surge, a malária continua a correr à solta na Amazônia.

Novos males - Para agravar este quadro, novos vírus "viajantes" foram isolados no país. Alguns, apenas na região amazônica; outros se apresentam mais nocivos na floresta tropical do que em suas áreas de origem, como o mayaro e o oropouche, importados do Caribe.

O oropouche foi descoberto em 1955 em Vega de Oropouche, Trinidad. No Brasil, surgiu em 1961, na cidade de Belém (PA), e até agora já atingiu a mais de 300 mil pessoas no país. "Sua ocorrência no Pará parece cíclica: houve surtos nos biênios 68/69 e 79/80. Por isso, tememos nova epidemia",

Inimiga subestimada

Para muitos, a hepatite não chega a provocar pânico. No entanto, poucos sabem que a hepatite tipo B, hoje, mata tanto quanto a Aids. Também neste caso, a Amazônia tem uma inglória posição: está entre as áreas de maior densidade mundial de hepatite B, ao lado da África e do Sudeste Asiático. Anualmente são detectados 200 mil doentes na região, onde se morre mais de hepatite do que de malária: a taxa é de quatro pessoas por mil habitantes só na Amazônia Ocidental.

Nas vilas ribeirinhas, a soma dos atuais portadores do vírus B aos dos doentes crônicos e aos imunes por infecção anterior chega bem perto dos 100%. Segundo a virologista Gilberta Bensabath, do Instituto Evandro Chagas, só no estado do Amazonas o total de portadores seriam um milhão de pessoas - metade de toda a população amazonense.

Mas há outra sombra mortal, com a lenta dissemi-

nação de uma rara hepatite fulminante, fruto da combinação de dois vírus - o B e o Delta (descoberto em 1977) - que pode matar em até 78 horas. Trata-se da "febre negra de Lábrea", descoberta no país pela equipe da virologista do instituto, e sobre a qual não há estatísticas oficiais.

Esta moléstia, ainda desconhecida, está misteriosamente restrita, no Brasil, à região de Lábrea e Boca do

Acre, no Amazonas, e Sena Madureira (AC). No entanto, já surgiram registros na Colômbia (1975), Venezuela (1984) e Peru (1985), o que demonstra que o vírus já atravessou as fronteiras amazônicas. O súbito aparecimento desta enfermidade em Roraima, entre os ianomâmis e garimpeiros, demonstra que a "praga" avança.

Mas ela pode ser evitada através da vacinação contra hepatite B (disponível em hospitais), uma vez que o vírus Delta raramente se manifesta de forma isolada. Risco maior são os portadores crônicos da hepatite B, vulneráveis não só à febre de Lábrea como também ao câncer hepático e à cirrose.



Más condições de higiene favorecem a contaminação

Um mal à flor da pele

A cada 20 minutos, é detectado no Brasil um caso novo de hanseníase. Por ano, há 20.403 novas ocorrências, segundo o Centro Nacional de Epidemiologia (CNE) do Ministério da Saúde. O microbácio da lepra também saiu dos limites urbanos para a selva, avançando pela Amazônia. Pelos números da Fundação Nacional de Saúde (1990), há cerca de 54,5 mil hansenianos registrados oficialmente na Amazônia (não computando Roraima, Acre, Tocantins e Mato Grosso).

Ou seja: pouco menos de um terço dos 185,5 mil casos brasileiros de hanseníase ocorreu em uma área onde vivem pouco mais de 10% da população do país. Na raiz desta "epidemia" está o grande fluxo de nordestinos, levados para a região no início do ciclo da borracha. Eles tiveram de acostumar-se a um clima totalmente distinto do Nordeste, a uma dieta alimentar desconhecida, além das condições miseráveis de vida.

Os números podem aumentar: chegariam a 262,4 mil os doentes em todo o país, quase 50% a mais que os registros ativos. A taxa de prevalência da doença acima de um doente por mil habitantes é considerada alta pela OMS. Com as últimas estimativas, esta taxa nacional ficaria em torno de 1,74/mil e, na Amazônia, 3,4/mil habitantes.

Estima-se em 28.881 os casos novos da doença, cerca de 30% só na região Norte, que não engloba a totalidade da Amazônia. A taxa de detecção, portanto, pode chegar a 19,20 casos por 100 mil habitantes – enquanto os critérios toleráveis considerados pela OMS são de dez por 100 mil habitantes.

Cerca de 85% de todos os hansenianos das Américas (que têm 20% da população mundial), estão em território brasileiro, e representam 2,5% dos 12 milhões portadores desta moléstia em todo o mundo. O Ministério da Saúde prevê que até 1994

venham a ocorrer 175.903 novos casos. Na ilha amazonense de Aramaçá, fronteira com a Colômbia, a hanseníase deixou suas marcas em 80% dos habitantes. A ilha tem a maior incidência do país.

Quilômetros de vítimas – Na esteira das ocupações humanas e dos grandes projetos, outra doença de pele, que está atingindo mais de 20 mil pessoas por ano, segundo o Ministério da Saúde, disseminou-se insidiosamente pela Amazônia. "Cada quilômetro de estrada construído no projeto Carajás custou no mínimo um caso de leishmaniose", afirma Ralph Lainson, do Instituto Evandro Chagas.

Como calcular o custo de estradas como a Transamazônica e outras obras megalomânicas desenvolvidas na região Norte, onde ocorrem 40% dos casos de leishmaniose do país? "Sem dúvida, é a doença ocupacional da Amazônia, 'conquistada' nos últimos 30 anos. É uma infecção típica em animais, mas que passou a atingir o homem, nos processos de desmatamento para implantação de projetos. Ao avançar sobre a mata, o homem entra em contato

acidental com a fêmea do flebótomo – o transmissor mais conhecido como mosquito-palha, tatuquira, birigui ou cangalhinha", explica o pesquisador, formado pela Escola de Higiene e Medicina Tropical de Londres, e hoje uma das principais fontes de referência desta moléstia.

Além do alto custo do tratamento, há o agravante sócio-econômico, uma vez que os doentes dificilmente são absorvidos como mão-de-obra, devido às lesões cutâneas deformantes. Por isso mesmo, a OMS passou a considerar a leishmaniose como uma das seis doenças tropicais de maior relevância mundial, tendo registrado mais de 400 mil casos novos ao ano na última década.



Ilha de Aramaçá: recorde de hanseníase

diz Pedro Vasconcelos, do departamento de Arbovírus, do Instituto Evandro Chagas (Belém). Em apenas três meses de 1981, cerca de 97 mil pessoas contraíram a doença em Manaus. Vários casos foram registrados em Mazagão (AP). Depois disso, o vírus permaneceu quieto até 1988, quando se manifestou no sul do Maranhão e no atual estado de Tocantins. Em 1991, o oropouche retornou ao Pará e infestou Rondônia, onde a Secretaria de Saúde estima que mais de 55 mil pessoas (cerca de 30% da população) foram atingidas pela doença. "Transmitida pelos maruins que infestam toda a Amazônia, a moléstia não causa a morte, mas torna a pessoa vulnerável a uma meningite virótica, tão perigosa quanto a causada por bactérias", observa Vasconcelos.

Já o mayaro é um vírus rural, ocorrendo em áreas onde há mata densa. Isolado pela primeira vez em 1954, em Mayaro, Trinidad, no ano seguinte chegou ao Brasil, em uma comunidade do rio Guamã, 200 quilômetros a leste de Belém. Reapareceu em 1978, em Belterra, no rio Tapajós. De 1984 para cá já alcançou o baixo Amazonas, Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

"Pensávamos que era rubéola, até haver mortes fulminantes. Detectamos o mayaro e a febre amarela, doenças que andam de mãos dadas, pois têm o mesmo transmissor silvestre, o *Haemagogus*", explica o pesquisador.

Muitas vezes a doença confunde-se com o dengue africano, mais raro na Amazônia, embora tenha sido detectado no país, pela primeira vez, em Boa Vista (RR), em 1982. O mosquito foi eradicado, mas ressurgiu dois anos depois no Rio de Janeiro.

No início desta década, o Rio de Janeiro "importou" o dengue hemorrágico (dengue 2/FHD), o mais perigoso dos quatro sorotipos isolados, além da síndrome do choque do dengue. No ano passado, o dengue 2 "chegou" a Araguaína (TO).

"Foi aberta uma via de mão dupla entre as fronteiras da Amazônia e o resto do país: o dengue hemorrágico, rumo ao interior, e a febre amarela, a caminho do litoral. E ninguém pode prever os resultados disso", diz Pedro Vasconcelos.

A sorte é que, embora as doenças viróticas sejam as grandes vilãs da medicina, 98% dos vírus promovem a imunização – excetuando-se a Aids, a herpes, a gripe e o dengue.

Surge uma esperança

Cinco anos após o acidente com o Césio-137 em Goiânia, as vítimas conseguem uma atenção especializada na Cidade dos Pioneiros, em Cuba

Cláudia Thomé

No dia 13 de setembro de 1987, um cilindro de chumbo foi encontrado por um catador de ferro velho na capital de Goiás. Aberto a marteladas, dentro dele estava uma pequena ampola contendo um pó fluorescente que aguçou a curiosidade de várias pessoas. Houve quem espalhasse a purpurinã pelo corpo, quem a levasse para casa e quem a comesse. A ampola era uma cápsula do radioisótopo Césio-137, fonte radioativa abandonada por três médicos e um físico, proprietários do já desativado Instituto Goiano de Radioterapia. Quatro pessoas morreram e 6.500 lutam até hoje contra as consequências do segundo maior acidente nuclear já ocorrido no mundo.

Ao longo destes cinco anos, estas pessoas ficaram sob a responsabilidade da Fundação Leide das Neves, sem receber atendimento especializado para atender à grande diversidade de sequelas.

Durante a Rio-92, a Associação das Vítimas do Césio-137 distribuiu um panfleto denunciando: "Ainda nos cobram um silêncio impossível de ser, pois há quase cinco anos, por causa do silêncio deles, tiraram-nos tudo, até mesmo o direito de sermos pessoas normais." Em 12 de junho, foi assinado um Protocolo de Cooperação Técnico-Científica entre Cuba e os governos dos estados do Rio de Janeiro e de Goiás, visando ao atendimento a estas vítimas e a um intercâmbio médico-científico na área de radiação nuclear. Graças a ele, 50

goianos receberam tratamento exemplar na Ilha. Segundo o pediatra cubano Carlos Dotres, coordenador do Programa Cubano de Assistência às Crianças de Chernobyl, o Brasil já tem agora condições para cuidar de suas vítimas de acidentes nucleares: "Cuba tem a experiência de ter atendido, ao longo de dois anos e meio, a 12 mil vítimas de Chernobyl." É essa experiência e a tecnologia de bons resultados que se pretende importar com o intercâmbio técnico-científico.

Uma equipe de médicos, chefiada pelo doutor Dotres, selecionou 50 vítimas de Goiânia (34 crianças e 16 adultos) que viajaram, no dia 14 de agosto, para a Cidade dos Pioneiros, a 20 quilômetros de Havana, em Cuba. Até

1959, era uma colônia de férias, e hoje é um dos melhores centros mundiais de atendimento a vítimas de acidentes nucleares, com cerca de 500 casas, hospitais e laboratórios. As passagens foram financiadas pelos governos dos estados do Rio, através da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - Faperj e de Goiás, através da Secretaria de Saúde do Estado. Cinco passagens foram doadas pela empresa Evasion Turismo. Todo o atendimento médico foi financiado por Cuba, a um custo total estimado em 250 mil dólares.

Eliseu Carvalho, biofísico da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj, foi a Pioneiros em setembro para acompanhar as análises dos testes moleculares. Em breve, virão especialistas de Cuba para desenvolver projetos com grupos de pesquisadores daqui, principalmente no Laboratório de Ciências Radiológicas da Uerj, num prédio que está sendo transformado no primeiro centro de referência do Brasil na área de medicina das radiações. O diretor superintendente da Faperj, Fernando Peregrino, espera que, "em curto espaço de tempo, não se precise mais levar ninguém para Cuba; que as vítimas de acidentes envolvendo produtos radioativos possam ser atendidas aqui no Brasil".

O Césio-137 permanece no organismo de uma criança por 50 dias e no de um adulto por 150 dias após a contaminação. Neste período, em que o radioisótopo está sendo eliminado, pode haver contaminação pelo suor, urina, fezes ou pelo leite materno. Hoje, o césio não está





As vítimas do Césio-137, que vinham tendo dificuldades de se tratar no Brasil, recuperaram a disposição de viver

mais nos organismos das vítimas de Goiânia, mas neles deixou marcas profundas. Há manifestações clínicas que surgem somente após o quinto ano do acidente. "A este tipo de investigação estes brasileiros ainda não haviam sido submetidos; são, acima de tudo, investigações preditivas, ou seja, têm por objetivo detectar precocemente qualquer processo que possa vir a ser desencadeado", explicou Dotres. Quanto aos danos já causados nos organismos pelo césio, não há solução, pois o processo já foi desencadeado.

A equipe cubana observou que há pessoas com problemas relacionados com as radiações. Outras têm dificuldades psicológicas, fruto do impacto do acidente, e há um grupo menor com diversos tipos de alterações (genéticas, imunológicas, hematológicas) que podem ser consequência da radiação. Das 34 crianças contaminadas, 28 estão com lesões cerebrais. "Para nós, foi surpreendente a enorme incidência de alterações eletroencefalográficas graves. Não acredito, sinceramente, que estas lesões cerebrais tenham sido causadas pela radiação. Precisamos pesquisar para saber se isso não é produto metabólico de uma alimentação deficitária de proteínas",

declarou Washington Loyello, professor de psiquiatria da Uerj.

Dotres está convencido de que as 50 pessoas que retornaram ao Brasil em outubro estão mais seguras e confiantes, possuem um novo ânimo, sentindo-se "renovadas não só no aspecto psicológico, mas de forma vital". Elas receberam um tratamento geral, incluindo botas ortopédicas, próteses e lentes de contato.

A atriz Joana Fomm, representante da Comissão Civil de Apoio às Vítimas, disse que só em Cuba estas pessoas conseguiram que fosse respeitado o direito de acesso aos resultados de seus exames, com a garantia de permanecerem anônimas. Segundo a atriz, na Fundação Leide das Neves, as vítimas não sabiam o que estava acontecendo com elas, o que causava uma angústia muito grande. Ela assinalou que o acompanhamento psicológico foi bastante falho.

Durante o Seminário Brasil-Cuba, realizado no dia 16 de outubro, no prédio da Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro, Fernando Peregrino denunciou o boicote feito pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - Cnen à realização do tratamento em Cuba. Como responsável pela atividade nuclear no Brasil, a Cnen tem, segundo vários juristas, de se responsabilizar pelas víti-

mas do acidente. A direção da Cnen desautorizou seus técnicos a comparecer às reuniões dos cientistas envolvidos neste convênio. Segundo Peregrino, 24 horas antes do embarque das vítimas, funcionários da Cnen fizeram declarações desaconselhando a viagem, alegando que Cuba não teria condições de realizar o atendimento proposto e que a Cidade dos Pioneiros era apenas uma estação climática. De acordo com o diretor-superintendente da Faperj, o presidente da Cnen negou-se até a servir de testemunha daquele convênio. "Não há justificativa para isso porque, mesmo depois, o Instituto Nacional do Câncer, por exemplo, aderiu aos objetivos do convênio. A Cnen não apoiou porque não quis. Este tipo de declaração, além de ser leviana, tinha o intuito de prejudicar, desorganizar o estado de espírito das vítimas na ida a Cuba", declarou Peregrino, acrescentando que o convite feito à Cnen teve a mesma antecedência com que foram feitas as conversações com Cuba.

Carlos Dotres disse que a preocupação, agora, é buscar recursos para que um novo grupo possa ir a Cuba. Afirmou que a parte cubana está sendo cumprida. Cabe ao Brasil financiar as passagens das outras vítimas. ■

COISAS DE VALOR

Para o Mercantil, o seu bem-estar e a sua tranqüilidade são da maior importância. E, para facilitar sua vida, o Mercantil oferece todos os produtos e serviços de que você precisa. As melhores opções de aplicação, facilidades no crédito e assessoria financeira para pessoas físicas e jurídicas.

O Mercantil quer cuidar de tudo para você. E, por isso, oferece um atendimento especial. Personalizado. Porque tudo que tem valor para você também tem valor para o Mercantil.

MERCANTIL 

O Banco que dá valor a você.

ESPECIAL CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

RE



TRO



SPE



CTI

VA



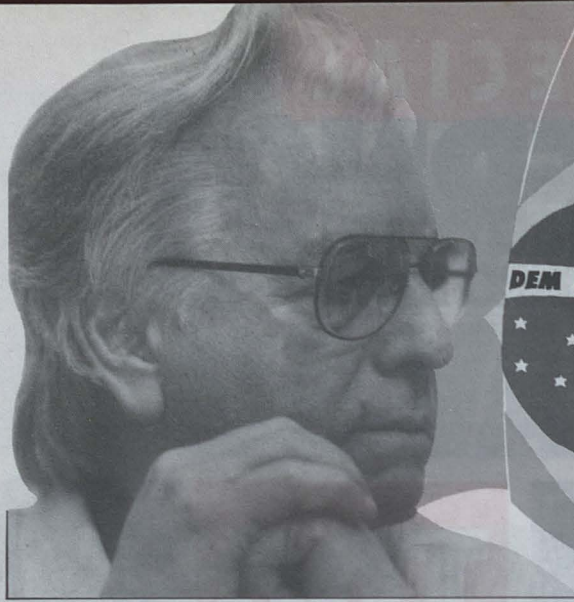
336



92



Os peões são derrubados no xadrez universal. No Brasil, sai o presidente, elegem-se prefeitos e a violência urbana explode. No mundo, ressurgem o neonazismo e a fome na Somália, enquanto os EUA assistem à vitória de Clinton.



DEM E PROGRESSO

O desafio social

Neiva Moreira

A democracia avançou com a solução da crise institucional mas a recessão transformou as cidades em um barril de pólvora

Cada país tem os seus tempos de bonança e os seus anos cruciais e, para o Brasil, 1992 foi um deles. O que se passou nesse período pode marcar os rumos da nossa história por muitas décadas.

É possível que a difusão intensa e cotidiana dos fatos e a amplitude das denúncias tenham levado as pessoas comuns a amenizar a sua capacidade de assombro. De qualquer maneira, cada escândalo, analisado mesmo isoladamente, é motivo para espanto e revolta. Um PC nos Estados Unidos ou na Europa, além de já estar numa prisão de segurança máxima tipo Bangu-1, já seria personagem de filmes policiais atualizando a vida e a "obra" de Al Capone.

A conceituação desse episódio, ensejada pela ampla divulgação, foi um fato marcante da nossa história republicana. O saldo mais expressivo e relevante foi, no entanto, a rebelião da sociedade, marcada pela decisiva participação da juventude "cara-pintada", e o basta que deu, nesse imenso movimento de opinião, a métodos nefastos e a procedimentos mafiosos que, desde a colônia e o império, impregnaram a vida pública brasileira e tiveram, no episódio Collor-PC, sua representação máxima.

O sentido e o poder de influência desse movimento marcaram o ano de 1992 e converteram a deposição de

um presidente comprovadamente prevaricador numa decisão da qual participaram não apenas centros de poder em Brasília mas a sociedade como um todo.

Foi enfrentado e legalmente destituído um mandatário autoritário que se isolou da nação e dos seus políticos e se caracterizou pelo seu estilo imperial e agressivo e a montagem de uma máquina de corrupção tentacular. O fato de que o *impeachment* tenha sido realizado dentro da Constituição e sem intervenção militar é um passo à frente na consolidação das nossas instituições democráticas.

No plano econômico, a experiência neoliberal do governo Collor deixou ao país sequelas profundas. Foi uma experiência nefasta para o povo brasileiro. A recessão, que já vinha dos anos anteriores, foi agravada e transformada em meta administrativa. Como o custo de vida manteve-se em um alto patamar, a economia entrou em depressão com um desemprego alarmante e sem precedentes. O nível de vida das classes médias caiu drasticamente e a fome passou a devastar as camadas populares.

Um dos fatos mais condenáveis do governo Collor foi o sistemático sucateamento da indústria nacional, em nome de uma "modernidade" que abriu as portas do país à pilhagem internacional e culminou com um programa de privatização que legaliza a entrega do patrimônio nacional a grupos privados, em troca de moedas podres. As privatizações da Usiminas e as da Acesita e da Siderúrgica de Volta Redonda são exemplos marcantes desse

processo inaceitável. Lamentavelmente, a segunda já foi vendida no governo Itamar Franco e a terceira está no mesmo caminho.

Embora setores privilegiados da classe média não queiram ver a realidade e se limitem a reivindicar o combate da violência com a violência, não há qualquer dúvida de que esse quadro de recessão, falências comerciais, desemprego e decadência dos serviços públicos alimentou e fez crescer a criminalidade, sobretudo nas grandes cidades do país, sem exceção.

Mas, nem tudo foi negativo em 1992. As eleições municipais, realizadas num ambiente de liberdade política e ao mais baixo custo financeiro na história eleitoral do país, foram um dado positivo sobretudo porque se realizaram no meio dessa grave crise institucional. Outro fato favorável do ano que se encerra está na administração de grande parte das prefeituras. Numa situação de virtual falência do tesouro da União e de extremas dificuldades para os estados, os municípios – graças a uma discriminação de verbas mais justa e a uma maior participação política das populações na escolha dos prefeitos – avançaram e melhoraram a eficácia administrativa. Essa situação contribuiu para dar novo sentido à disputa eleitoral de 3 de outubro e valorizar o voto não somente como instrumento de participação cidadã mas de desenvolvimento local.

O novo ano

E o que se espera de 1993? Seria frustrante supor que fosse pior do que 1992, mas, também, incorreríamos numa ilusão, se achássemos que pela simples destituição de Collor e a posse do presidente Itamar Franco à frente do Estado, tudo se modificaria milagrosamente.

É evidente que muita coisa mudou e ainda pode mudar. Itamar Franco é um político correto, afável, simples, que eliminou da presidência da República aquele olor a podre e modificou o ar de mistério e de pompa imperial do seu antecessor. Não apenas pelo seu exemplo, mas, também, pela vigilância que a sociedade e os meios de comunicação e setores políticos importantes passaram a exercer sobre o Poder, deve-se esperar que evolua para melhorar o perfil ético da República.

Há, no entanto, indícios preocupantes de que o fato do presidente ter sido sempre um nacionalista defensor do patrimônio nacional não é tudo. Verificamos no episódio das privatizações, Acesita, principalmente, que a reivindicação da Frente Parlamentar Nacionalista apoiada por vários governadores e setores importantes da sociedade, tendo à frente o dr. Barbosa Lima Sobrinho, presidente da ABI, não adquiriu força para conseguir o adiamento de leilões, sabidamente enquadrados nas normas antinacionais do governo Collor.

A composição política e parlamentar do governo, com um novo "centrão" já na estufa, não assegurará a Itamar condições de resistir às pressões internas e às outras, do exterior. Com o FMI à frente, já reaparecem as ameaças de dificultar as negociações sobre a dívida e bloquear cré-

ditos se as privatizações não seguirem o figurino Collor-Marcílio-Modiano.

Esse tema será dominante nos próximos meses, exigindo uma mobilização da sociedade. A preocupação com a justiça social do governo, sobretudo se sair das declarações verbais, é um bom sinal. Mas tão importante quanto se preocupar com uma mais justa distribuição da renda nacional é a luta pela defesa do patrimônio nacional e dos interesses do país. A desatenção a esses interesses é que gera a recessão e a miséria, ao tirar do Estado os instrumentos de que necessita para desempenhar o seu papel regulador.

Outras batalhas

Além do problema institucional, a consolidação do governo Itamar Franco e os rumos de sua política econômica, social e fiscal marcarão, sem dúvida, o novo ano.

Já em abril vamos votar no plebiscito sobre o regime de governo, escolher entre república e monarquia, presidencialismo e parlamentarismo. A escolha da República parece pacífica. Não há condições nem apoio popular para que se reimplante uma monarquia no Brasil. Por mais que se respeitem algumas figuras do reinado, seria um retrocesso inconcebível. Devemos continuar República.

O centro de luta está no regime do governo. Animados pela participação do Congresso no processo de *impeachment* os senadores e deputados parlamentaristas se lançaram à luta, que, apesar das aparências tranquilas, promete ser intensa e de difícil previsão.

A perspectiva de escolher um presidente da República – mesmo depois de imensa frustração de Collor – é muito atraente para o eleitorado, sobretudo porque serão eleitos, simultaneamente, governadores, dois terços do Senado, deputados federais e estaduais, como vai acontecer em 1994.

Passados o segundo turno das eleições municipais e a posse dos novos prefeitos e vereadores, não há dúvida de que essa batalha ganhará força já com o alvorecer do novo ano.

O horizonte de 1993 não é, contudo, tranquilo nem oferece muitas razões para otimismo. O clima social é ameaçador e os fatores da inconformação urbana aumentam rapidamente. O próprio presidente da República tem advertido a Nação para os graves perigos de uma explosão social motivada pela fome, a desesperança e o desespero.

Este é, sem dúvida, o desafio maior às classes dirigentes. A idéia de aumentar o bolo para depois dividi-lo soa, nestes dias, como uma figura de retórica das forças dominantes e um desafio às agruras da população. Mesmo na crise em que o país se encontra, o que há, hoje, para redistribuir já é considerável e pode minorar os sofrimentos do povo. É urgente fazê-lo, antes que a situação se agrave e as ruas, os campos e as favelas atinjam os níveis da explosão social para a qual o presidente da República tem chamado a atenção continuamente. ■



Os grandes grupos na economia do país

Reinaldo Gonçalves*

O último ano foi marcado pela quase destruição da capacidade de investimento das empresas estatais. Mas os setores de ponta da iniciativa privada conseguiram contornar a crise e até realizar importantes investimentos

André Louzeiro



O padrão de vida da maioria dos brasileiros é hoje inferior ao que era no início da década de 80

As investigações da CPI Collor-PC, um marco fundamental na nossa história política, pela primeira vez fizeram aparecer publicamente a participação de representantes de grandes grupos econômicos brasileiros e internacionais nos escândalos e, principalmente, nos crimes de tráfico de influência e suborno. Na realidade, a história brasileira é recheada de exemplos onde os grandes grupos atuam diretamente na política do país. Eventos importantes da história recente, como a ruptura do regime democrático (golpe de 1964), a configuração da ordem institucional (processo constituinte de 1988) e a campanha presidencial de 1989 assim o confirmam. Não há dúvida a respeito do poder do setor privado sobre o próprio funcionamento do aparelho de Estado.

Na formação do ministério do governo Itamar Franco, a escolha de Gustavo Krause para a pasta da Fazenda provocou grande reação, uma vez que o novo ministro não foi um nome indicado pelos grandes grupos privados. A preocupação, principalmente do empresariado de São Paulo, se deve ao fato de Krause ser um político nordestino, que trabalha com instrumentos e prioridades diferentes daqueles adotados por nomes que já estiveram à frente do gerenciamento da economia, como Mário Henrique Simonsen, Bresser Pereira e Maílson da Nóbrega – homens do mercado, balizados pelas regras do jogo.

Poder econômico – Ao longo do ano, a inflação crônica que persegue a economia brasileira esteve em discussão. Mas o que nem sempre esteve presente foi o tema da “oligopolização” dos mercados. Dados da última década demonstram que os grandes grupos se aproveitam até mesmo das situações de recessão para aumentar as margens de lucro, dificultando ainda mais o combate antiinflacionário e

causando perdas extraordinárias para outros atores econômicos e sociais.

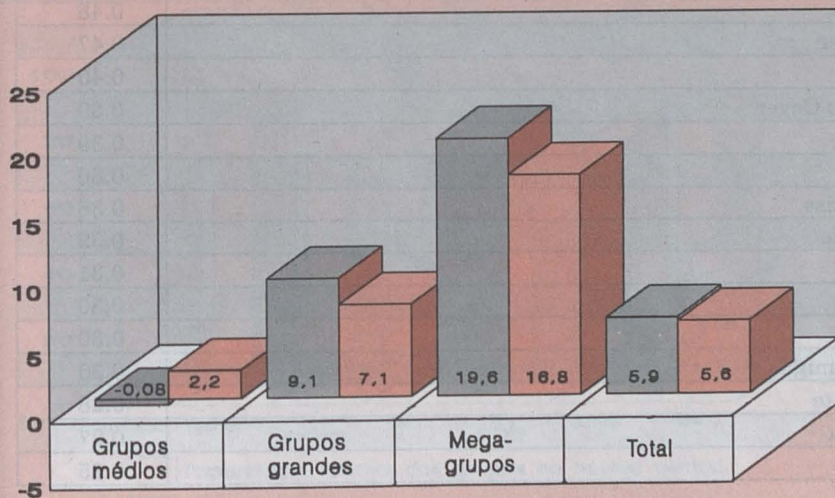
O capitalismo brasileiro é o campeão mundial da concentração de renda e riqueza. Os dados são irrefutáveis: 1% da população responde por cerca de 20% do fluxo de renda e mais de 50% do estoque de riqueza. Estes dados, todavia, não podem ser dissociados do processo de concentração e centralização do capital, que ao longo da última década beneficiou principalmente grandes grupos privados nacionais e internacionais.

A renda real e o padrão de vida da esmagadora maioria dos brasileiros são hoje inferiores ao que eram no início da década de 80. Mas os grandes grupos, mantendo sob controle o volume de lucro, dentro de um mercado protegido, conseguiram ir bem num período em que o país foi mal.

A última década também foi marcada pelo “flagelo da coisa pública”, com destaque para a deterioração e a quase destruição da capacidade de investimento das empresas estatais, pelo comprometimento das contas públicas e, mais recentemente, no governo Collor, pelo empenho na desorganização do aparelho de Estado.

Os grandes grupos desempenharam um papel-chave neste processo através de dois mecanismos. O primeiro consistiu na privatização do Estado brasileiro. Longe da tão proclamada “postura liberal”, existe uma luta cada vez mais acirrada entre esses grupos e os diversos segmentos sociais pelos recursos públicos, que são cada vez menores, já que estão comprometidos com a dívida externa e interna. Do “lado de fora”, os representantes dos grandes grupos privados, com destaque para a burguesia industrial paulista organizada em torno da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), têm estado na liderança da “crítica destrutiva” do Estado.

Crescimento real – década de 80 (Percentual – Taxa média anual)



Amostra de 118 grupos privados nacionais não-financeiros. Os grupos médios têm patrimônio líquido inferior a US\$ 100 milhões; os grandes têm patrimônio entre US\$ 500 milhões; e os megagrupos têm patrimônio superior a US\$ 500 milhões.

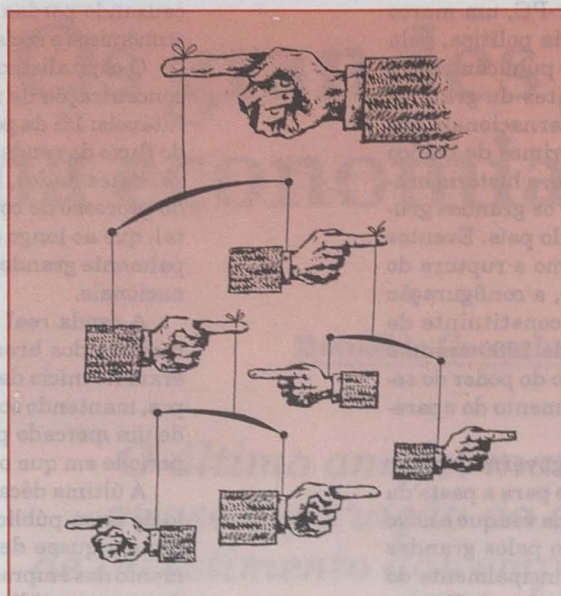
Nesta última década, parcelas importantes do setor privado, principalmente o pequeno e médio empresariado, também foram vítimas de estratégias e políticas governamentais que visavam a aumentar o poder econômico dos grandes grupos, através de financiamento dos seus projetos. O BNDES foi um importante financiador dos grupos econômicos, através de vários mecanismos de crédito. Assim, a renda do setor público, buscada na sociedade via impostos, foi canalizada em boa parte para os grandes grupos econômicos do país.

O fato concreto é que, embora a última década tenha sido perdida para a nação (a sua população e o seu Estado), os grandes grupos econômicos tiveram um desempenho nada desprezível em termos de acumulação de capital e de riqueza.

Os dados disponíveis para a década de 90 mostram que o desempenho – em termos de crescimento da receita e do patrimônio – foi tanto mais favorável quanto maior fosse o grupo econômico. Uma amostra de 118 grupos privados nacionais não-financeiros indica que a taxa de crescimento médio anual (em termos reais) dos megagrupos foi três vezes maior do que aquela do conjunto dos grupos relacionados.

Uma análise mais detalhada mostra que esta relação entre desempenho e tamanho é, de modo geral, válida qualquer que seja o setor principal de atuação dos grupos econômicos. Estas taxas significam que, a despeito da crise econômica, os megagrupos foram capazes de duplicar seu capital em períodos inferiores a cinco anos. Isto durante a “década perdida”.

Os megagrupos ainda foram capazes de reduzir significativamente seu endividamento, numa velocidade duas vezes maior do que o conjunto dos grupos econômicos privados. Na realidade, alguns destes grupos reconheceram a ciranda fi-



nanceira, que vigorou durante toda a década, como uma oportunidade extraordinária de lucros. Ademais, aproveitaram a criação dos bancos múltiplos para reciclar os seus excedentes de forma mais lucrativa. Este é o caso, por exemplo, do maior grupo industrial brasileiro, o Votorantim, de Antônio Ermírio de Moraes – que reconheceu na CPI ter contribuído para o “esquema PC” com mais de US\$ 200 mil em troca de maior “proximidade” com o poder. O grupo Votorantim já conta com seu braço financeiro próprio. É o caso também do grupo Vicunha (Banco Fibra) e do grupo Santista (Banco Santista).

Por outro lado, o setor financeiro continua com um elevado grau de concentração, à medida

que mais da metade das operações são de responsabilidade das dez instituições de maior porte. Além disso, os grandes grupos financeiros diversificaram seus investimentos, principalmente em direção ao setor industrial. O Bradesco comprou ações de várias empresas, além de continuar expandindo seus investimentos no setor agropecuário, sendo proprietário de aproximadamente 900 mil hectares de terra. O

Índice de poder econômico dos grandes grupos nacionais

Grupo	Índice
Gerdau	1.00
Votorantim	0.93
Antártica	0.69
Eluma	0.54
Laffer	0.52
Fontana	0.48
Whitaker	0.47
Iochpe	0.40
Sampaio Geyer	0.39
Bordon	0.39
Vidigal	0.36
Brandalise	0.36
Machline	0.32
Zogbi	0.31
Galante	0.30
Ling	0.30
P. Pizzamiglio	0.30
Gradiente	0.28
S. Arena	0.27
Ometto	0.25

ECONOMIA

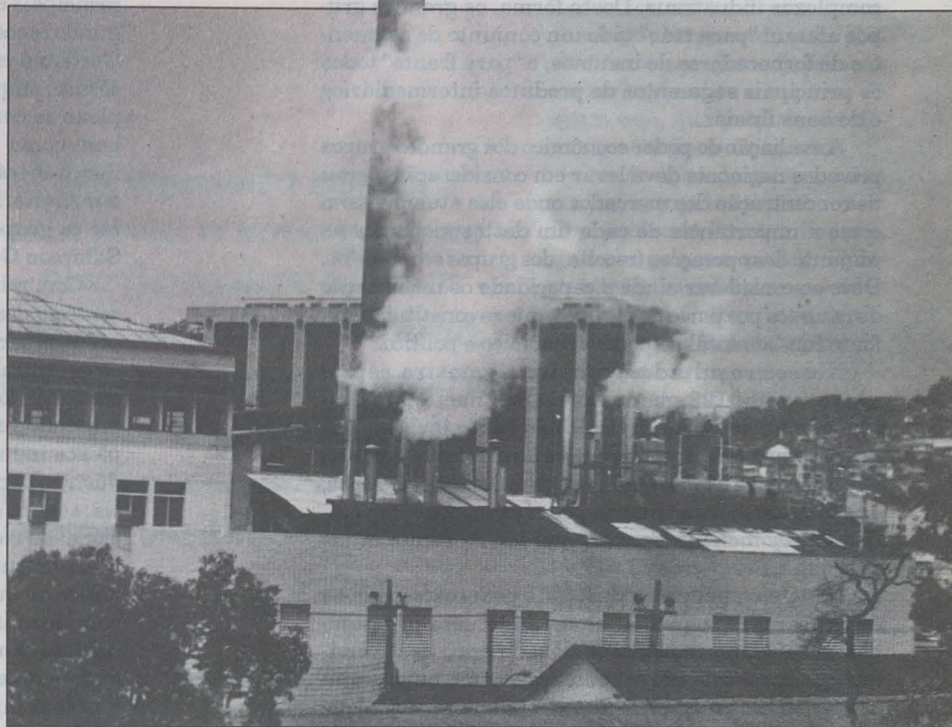
BRASIL

Bamerindus fez recentemente um investimento da ordem de US\$ 600 milhões (metade financiado pelo BNDES) no setor industrial, com a inauguração de uma fábrica de papel (Impacel) no Paraná, além de ser proprietário de mais de 250 mil hectares de terra.

Os megagrupos da construção (Andrade Gutierrez, Camargo Correa, C. R. Almeida, Mendes Jr. e Odebrecht) continuam diversificando suas atividades em decorrência da queda dos investimentos públicos em infra-estrutura econômica e social. Ao longo da última década, estes grupos enfrentaram enormes dificuldades nas suas estratégias de internacionalização. Com isso, os investimentos das empreiteiras têm se diversificado para o setor industrial (química e informática), agropecuária, turismo, transportes, finanças, comércio, etc.

Amostra ainda mais ampla, reunindo 260 grupos econômicos, indica que, entre 1980 e 1990, o patrimônio líquido dos 20 maiores grupos econômicos não-financeiros aumentou de 36,9% para 49,5%.

Dentre os megagrupos encontram-se, além das cinco grandes empreiteiras, um grupo do setor de serviços (Varig), dois grupos com operações bastante diversificadas e que são, na prática, grandes conglomerados (Itamarati e ABC Algar) e um grupo vinculado à mineração (Paranapanema). O restante são 11 grupos industriais, que se distinguem uns dos outros pelo próprio grau de diversificação dos investimentos: Votorantim, Nemofeffer, Belgo-Mineira, Klabin, Gerdau, Villares, Santista, Brasmotor, Ipiranga, Antártica e Vicunha.

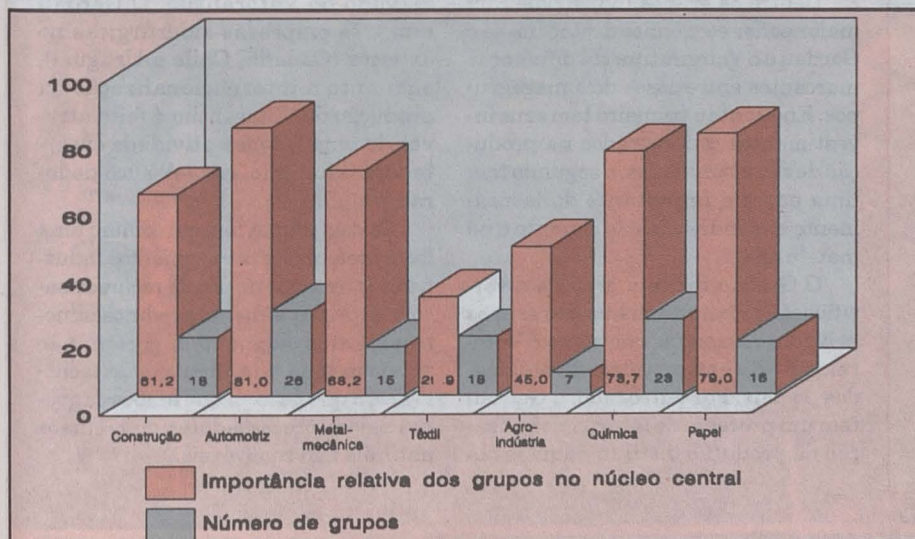


Os megagrupos costumam diversificar as suas atividades para enfrentar a queda de investimentos públicos em infra-estrutura

O Votorantim tem o coeficiente mais elevado de diversificação, enquanto o grupo Klabin se caracteriza pela concentração dos investimentos no setor de papel e celulose.

De um modo geral, os megagrupos (independentemente da atividade principal) são proprietários de enormes áreas de terra, produtivas ou improdutivas. Os grupos industriais Votorantim e Klabin possuem cerca de 500 mil hectares cada um, enquanto as empreiteiras Andrade Gutierrez e Camargo Correa têm aproximadamente 200 mil hectares.

A chave do sucesso – O desempenho do grande grupo econômico no Brasil está, em boa medida, associado ao poder que exerce sobre a economia do país. Neste sentido, existem dois mecanismos básicos através dos quais o grande grupo exerce o poder econômico. O primeiro refere-se à atuação nos mercados mais concentrados e com menor grau de rivalidade entre os competidores. Assim, em mercados monopólicos ou oligopólicos, os grandes grupos econômicos são capazes de se apropriar de uma maior parcela do excedente econômico. O segundo mecanismo refere-se ao controle dos núcleos centrais das principais cadeias produtivas ou



complexos industriais. Desta forma, os grandes grupos afetam "para trás" todo um conjunto de segmentos de fornecedores de insumos, e "para frente" todos os principais segmentos de produtos intermediários e de bens finais.

A avaliação do poder econômico dos grandes grupos privados nacionais deve levar em consideração o grau de concentração dos mercados onde eles atuam, assim como a importância de cada um destes mercados no conjunto das operações (receita) dos grupos econômicos. Deve-se considerar ainda a capacidade de mobilização de recursos por parte dos grupos, que se constitui numa fonte fundamental de poder econômico e político.

Nesses resultados (com uma amostra representativa de 122 grupos privados nacionais com atuação no setor industrial) não estão incluídos os grupos financeiros, comerciais e de serviços — como as Organizações Globo —, nem as grandes empreiteiras, que têm um extraordinário poder econômico, mas difícil de ser mensurado e comparado de forma inter-setorial.

Dentre os grupos industriais poderosos pode-se encontrar tanto aqueles que se constituem em verdadeiros conglomerados, com elevado grau de diversificação das atividades produtivas, como outros com alto grau de especialização. No primeiro caso cabe destaque para os grupos Iochpe, Fontana, Sampaio Geyer, Ometto e Ling. Dentre os grupos altamente especializados destacam-se Antártica (bebidas), Bordon (alimentos) e Gradiente (equipamento eletrônico).

Grupos estratégicos — Pelo menos 11 destes poderosos da indústria podem ser considerados "grupos estratégicos", com controle sobre o núcleo central dos

principais complexos industriais. Este é, de fato, o segundo mecanismo de exercício de poder econômico. O Gerdau é estratégico dentro do complexo metal-mecânico, enquanto o Votorantim é estratégico no complexo da construção (principal produtor de cimento), bem como no metal-mecânico. Ainda no complexo metal-mecânico são estratégicos o Eluma e o Salvador Arena. No complexo papel e gráfica estão presentes os grupos Laffer e Zogbi. No complexo químico o Sampaio Geyer tem posição dominante.

Com relação à origem da propriedade, nos núcleos centrais dos complexos da construção e têxtil tende a predominar o grupo privado nacional, enquanto nos núcleos centrais dos complexos automotriz a predominância dos grupos transnacionais é bastante evidente. Examinando o conjunto de núcleos centrais dos outros complexos industriais (química, metal-mecânica, agro-indústria, papel e gráfica), não há um nítida predominância, seja do capital público, seja do capital privado (nacional ou transnacional).

A influência dos grupos estratégicos é ainda maior do que indica o Quadro III, visto que em cada complexo industrial ou, mais especificamente, nos núcleos centrais de cada complexo, há uma desigualdade marcante entre os grupos.

No complexo da construção, por exemplo, há um núcleo central importante que é a indústria de produção de cimento. Mas, embora haja pelo menos 13 grupos econômicos de grande porte atuando neste setor, os três mais importantes (Votorantim, João Santos e Pereira da Silva) representam cerca de dois terços da produção industrial.

O mesmo acontece na indústria de laminados de aço, que faz parte do núcleo central da metal-mecânica, com a predominância do grupo Gerdau e das es-



Os mais poderosos entre os grandes

Dentre os grupos industriais com maior poder econômico destacam-se o Gerdau e o Votorantim. Há diferenças marcantes entre esses dois megagrupos. Enquanto o primeiro tem seus investimentos concentrados na produção de aço e laminados, o segundo tem uma parcela importante do faturamento nas indústrias de cimento e na metalurgia.

O Gerdau tem um grau de diversificação próximo à média dos grupos privados nacionais, enquanto o Votorantim está entre os mais diversificados do país. Por outro lado, o Gerdau tem um processo de internacionalização da produção distinto daquele ob-

servado no Votorantim. O Gerdau tem três empresas siderúrgicas no exterior (Canadá, Chile e Uruguai), enquanto a internacionalização da produção do Votorantim é feita através de uma intensa atividade exportadora (alumínio, níquel, suco de laranja etc.).

Os dois grupos têm em comum uma forte preferência por segmentos industriais intensivos no uso de recursos naturais (principalmente produtos minerais). Estes segmentos, porém, não possuem uma alta intensidade tecnológica, o que faz com que ambos os grupos sejam processadores de recursos naturais não-renováveis.

tatais (que estão sendo privatizadas); na metalurgia dos não-ferrosos com o Votorantim e a Alcan; e na produção de celulose, com os grupos Laffer, Feffer e Champion International.

Alavancar desenvolvimento

Embora se reconheça que os grandes grupos econômicos desempenham um papel importante na acumulação de capital e no progresso tecnológico, é fundamental ter em conta que uma institucionalidade permissiva afeta não somente o processo político interno, mas a própria dinâmica de longo prazo da economia. Não há dúvida de que, por um lado, os grandes grupos privados (nacionais e transnacionais) têm fontes muito importantes de poder econômico e que, por outro, as sociedades modernas com maior dinamismo têm se caracterizado pelo aperfeiçoamento de mecanismos democráticos e transparentes de regulação da conduta destes grupos, evitando assim a permissividade do mercado.

O ministro da Fazenda, Gustavo Krause, está empenhado na obtenção de um ajuste fiscal cuja perspectiva é arrecadar em torno de 3% do valor do Produto Interno Bruto (PIB), suficientes apenas para pagar os juros das dívidas externa e interna. Mas num país de grande concentração de riqueza como o nosso, concentração tanto produtiva quanto financeira, na forma de ativos monetários, ativos fi-

No momento em que está forte, o novo governo brasileiro deve refazer um pacto político interno, tendo como objetivo externo escapar do Plano Brady, para negociação da dívida externa do Terceiro Mundo

nanceiros, ativos físicos de empresas, de terras etc., seria possível fazer um ajuste fiscal mais ambicioso, sobre a riqueza de quem tem, que propiciasse alavancar o desenvolvimento.

Mudanças de governo são muito apropriadas para isso. O presidente Itamar Franco, que chegou ao poder independentemente dos grandes grupos econômicos, teria condições políticas (e do ponto de vista econômico é a única saída) de taxar o estoque de riqueza dos grandes grupos econômicos no Brasil. Durante os anos 50, isso foi feito sem traumas em todos os países que fazem parte da social-democracia europeia.

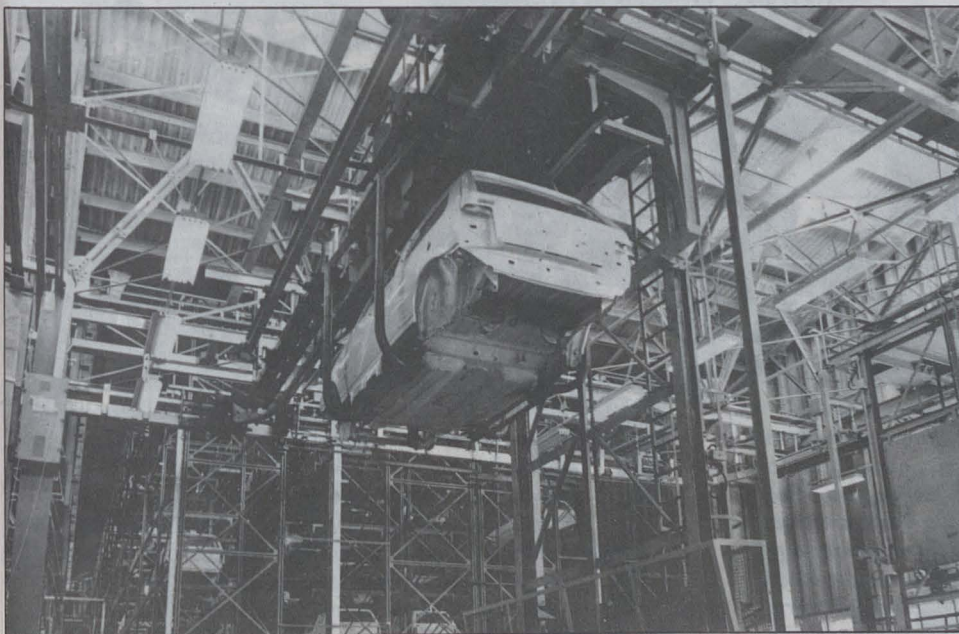
No Brasil, um imposto de 10% sobre o estoque de riqueza arrecadaria algo em torno de 15% do PIB, cerca de US\$ 70 bilhões. Com essa receita, o governo poderia fazer um programa

de investimentos que funcionasse como locomotiva ao próprio investimento privado. Na realidade, o setor público compraria cimento no sr. Antônio Ermírio de Moraes (líder do Votorantim), aço do sr. Gerdau, serviços de construção do sr. Camargo Correa e do sr. Mendes Júnior etc.

Se o governo Itamar Franco adotar essa fórmula em 1993, poderá alavancar recursos e canalizá-los para investimentos públicos, reservando um papel importante para a pequena e média empresa, a fim de ganhar em eficiência econômica, garantindo a geração de empregos.

No momento em que está forte, o novo governo brasileiro deve refazer um pacto político interno, tendo como objetivo externo escapar do Plano Brady — fórmula proposta pelo chefe do Departamento de Tesouro norte-americano, Nicholas Brady, para negociação da dívida externa dos países do Terceiro Mundo. Os principais objetivos internos são o combate à inflação, a reestruturação do setor público, o ajuste fiscal e a promoção do desenvolvimento, através de pesados investimentos em infra-estrutura econômica e social.

* Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador associado ao Fapes/Priles



Grupos estrangeiros conseguiram privilégios maiores do que os concedidos aos nacionais



Arrastão, racismo e modernidade

*É preciso repensar
nosso modelo
de desenvolvimento.
O conflito social
é um oráculo:
ouve quem tem juízo*

Joel Rufino dos Santos

O ano de 1992 trouxe uma novidade aos brasileiros: os recentes "arrastões" no Rio de Janeiro, que suscitaram uma contra-reação de fundo racista da boa sociedade. A boa sociedade inclui os que pagam impostos (ou deveriam pagar), os formadores de opinião e os responsáveis pela coisa pública. Todos eles brancos, moradores da Zona Sul e membros da classe média – eufemismo com que se designa no Brasil os ricos e meio-ricos. O fundo racista, como é da maneira brasileira, poucas vezes se explicitou nessa contra-reação, mas está lá, recalcado e real.

Na verdade, o Rio de Janeiro sempre foi mais do que uma cidade. Há um Rio nordestino – na feira de São Cristóvão, nas lanchonetes de uma só parte de Copacabana... Há um cigano, um árabe, um brega, um ipanemense (que vai além de Ipanema), um tijuicano (que vai além da Tijuca), mas há, sobretudo, um grande Rio negro. Um carioca da gema, o Gonzaga de Sá, criatura de Lima Barreto, se definia assim: "Sou



Sá, sou negro, sou tamoio e sou gaego também". O que talvez tenha ocorrido até hoje para mascarar essas diferenças é que as zonas de encontro – zonas erógenas, por assim dizer – predominaram sobre as de desencontro. A apartação nos era estranha. Os famosos humor e sensualidade cariocas nada mais eram do que subproduto fascinante da promiscuidade em que viviam as diferentes cidades. Em 1992, os arrastões, "para arrepiar a burguesia", decretaram a morte dessa promiscuidade.

Causa mortis – Conviria lembrar que a apartação existia em potencial. Os brasileiros não gostavam de vê-la: é a nossa maneira de sermos brasileiros. É fato que a miscigenação e o sincretismo caracterizam os nossos contatos raciais, mas a incompatibilidade também. Há uma zona dos contatos em que não se verificam trocas. São as zonas mais profundas, aquelas em que estão plantadas as distintas maneiras de ser instauradoras dos contextos culturais. Os padres jesuítas perceberam isso quando a portuguesa, louca por mours encantadas, se atirou sobre as moças tupinambás: está bem, amem, é um pecado menor, mas não se deixem contaminar pela *gentilidade* delas, ou desapareceremos como cristãos portugueses.

O cuidado de Anchieta, há 400 anos atrás, era o mesmo do delicioso Lamartine Babo: "(...) mas como a cor não pega, mulata, mulata eu quero teu amor!".

Conviria igualmente lembrar que a própria promiscuidade racial brasileira gerava uma sensualidade conservadora. Brancos e negras (mais do que brancas e negros) sempre se misturaram no Brasil, para os brancos continuarem gozando por cima – na cama, na fábrica, na rua, na televisão, em Brasília e assim vai.

Isto posto, temos o diagnóstico: a promiscuidade brasileira, que era nosso orgulho cínico, foi morta pela modernização. Ela matou também os parentes da promiscuidade: o "melhor futebol do mundo", a literatura, a universidade, a governabilidade e outros. Algumas destas mortes foram anunciadas há 50 anos, quando se esboçou o primeiro projeto nacional de modernização: a Revolução de 30. A imprensa negra, que então vicejou, advertiu que quanto mais capitalismo tivéssemos, mais competição, a ponto de os vendedores de mão-de-obra, no final, só terem uma vantagem: não serem pretos. Nesse dia, se voltariam contra os negros e adeus harmonia racial, mulata-eu- quero-teu-amor e outras hipocrisias.

Não foram ouvidos: o país embarcou na ideologia da democracia racial; a direita garantindo que nossa

índole era generosa; a esquerda, que a luta de classes embutiria os conflitos de raça. Laocconte avisou do perigo grego; os troianos o trucidaram.

Não se deve, de fato, confiar em *gregos*. A modernização e seu cavalão de pau que está à nossa porta, o neoliberalismo, só podem trazer miséria e apartação. Os arrastões são oráculos: ouve quem tem juízo. Se Tróia cair, não será por culpa deles, mas nossa, os ricos e meio-ricos que gostamos de nos chamar de *classe média*.

Significa então que devemos rejeitar a modernização? Não. Moderno vem de *hodiernus*, de nossos dias. Ninguém, nenhuma sociedade pode ser senão moderna. O termo, no entanto, virou categoria: nomeia o conjunto de características dos países capitalistas europeus ocidentais a partir do Renascimento. Inclui o individualismo (ou o indivíduo como exclusivo *lugar* de direitos), o racionalismo, o humanismo (o homem como medida de todas as coisas) e o tecnol

gismo, confiança cega na técnica como avalista do progresso humano. A esse conjunto, o Liberalismo acrescentou a fé nas leis do mercado; e o Iluminismo, a idéia simplória e ingênua de que todos os homens do mundo querem, sentem e pensam da mesma forma. Essa modernidade, que acoberta ou declaradamente serviu de base a todos os nossos projetos de desenvolvimento, é uma espetacular "idéia fora de lugar" – pois o nosso processo civilizatório não é semelhante ao ocidental euro-norte-americano. Essa contradição entre "o que projetam" as elites e "o que é" o povo brasileiro foi percebida há muito tempo. É ela, em última instância, quem separa a "classe média" e o Estado para um lado, o povo para o outro. Aqueles são brancos, este é negro.

O ódio racial que, até os arrastões, acreditávamos ser uma peculiaridade norte-americana, chegou ao Brasil. O que fazer? Primeiro, o que *não fazer*: não assumir a lógica da boa sociedade, pois é a lógica da apartação e do fascismo, que consiste em ficar sempre do lado mais forte. Os mais fortes somos nós, os que têm casa, escola, aplicações que nos defendem da inflação e shoppings para passeio seguro dos filhos.

Devemos, em seguida, repensar o desenvolvimento brasileiro e seus fundamentos – não amanhã, mas hoje; não apenas como política econômico-financeira a cargo dos governos, mas como maneira de estar no mundo de cada um. Nível de consumo não é qualidade de vida. No quadro histórico em que nos meteram as sucessivas políticas modernizantes, o preço das calculadoras eletrônicas, CDs e micros é a miséria atroz da massa.



"A promiscuidade racial brasileira, que era nosso orgulho cínico, está sendo morta pela modernização"



Sepultada a era do neoliberalismo



A vitória do democrata Clinton promove uma mudança de estilo e de prioridades, revalorizando o papel do Estado como distribuidor da riqueza nacional

Beatriz Bissio

Na falta de outra virtude, é válido afirmar que a vitória de Bill Clinton pode significar o fim da chamada *era Reagan*." Esta afirmação, em tom de brincadeira, do comandante sandinista Tomás Borge reflete o estado de espírito com que foi recebida em boa parte do mundo e, inclusive, nos Estados Unidos, a derrota de George Bush nas eleições norte-americanas de 3 de novembro passado, sem dúvida um dos fatos mais marcantes de 1992.

E não foi por falta de assuntos de impacto. No ano que termina, a guerra ressurgiu no próprio coração da Europa e com menor intensidade, mas talvez maior potencial explosivo, se instalou nas várias das ex-repúblicas soviéticas – uma das consequências mais dramáti-

cas da queda dos regimes comunistas –; o racismo e a discriminação religiosa, cultural e social se exacerbaram, fazendo renascer o medo do nazismo, e a guerra comercial ameaça substituir a Guerra Fria no novo cenário mundial.

No entanto, a complexa configuração do nosso mundo nesse fim de século – onde a unipolaridade substituiu o confronto entre os dois antigos blocos – faz com que os resultados da eleição norte-americana sejam tão importantes para o cidadão de Little Rock ou Massachusetts como para o de Moscou, Beijing (ex-Pequim), Luanda, Paris ou Buenos Aires.

No caso concreto da vitória de Bill Clinton há algumas lições que transcendem, de fato, as fronteiras dos Estados Unidos. Junto com a ex-primeira-ministra britânica Margareth Thatcher, Ronald Reagan e seu su-

ESTADOS UNIDOS

BUSH X CLINTON

cessor, George Bush, foram os grandes defensores do neoliberalismo *puro e duro*.

O paradigma econômico que só confia nas bondades do mercado – assim o define a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) – foi derrotado nas urnas dos Estados Unidos, abrindo novas perspectivas para os defensores, em todas as latitudes, de alternativas econômicas que resgatam o papel regulador do Estado na geração de equilíbrio econômico e social.

As nefastas consequências desse modelo, que levou a economia norte-americana à pior recessão desde a grande depressão de 1929, deixaram claro que as teses neoliberais eram incapazes de resolver os graves problemas associados à qualidade de vida dos norte-americanos.

E as limitações que mostrou frente à crescente competitividade de economias como a alemã e a japonesa – que realizam grandes investimentos no campo energético, de pesquisa tecnológica e bem-estar social – facilitaram o avanço do candidato democrata, inclusive em redutos republicanos tradicionais como Connecticut.

O fracasso republicano também propiciou uma ampla renovação no Congresso. Os democratas conquistaram a maioria em ambas as câmaras, nas quais aumentou o número de representantes dos setores mais marginalizados da sociedade. Pela primeira vez na história, um líder indígena e uma mulher negra chegam ao Senado.

Clinton é ainda uma incógnita em matéria de política externa e, por isso mesmo, talvez alguns governos do Terceiro Mundo tivessem preferido uma vitória de Bush, seguindo a lógica simples daquele refrão que diz “melhor um mal conhecido do que um bem ainda por conhecer”. Entre suas poucas referências ao tema houve uma crítica importante à atitude de Bush, ao qual acusou de não perceber que “na era do pós-Guerra Fria a segurança nacional é, antes de tudo, econômica”. Clinton está convencido de que os EUA não podem ser uma potência a menos que recuperem sua capacidade de crescimento e, para isso, propôs criar um Conselho de Segurança Econômica.

Intervencionismo estatal – Por mais ambíguo que tenha sido o presidente eleito em matéria diplomática ele foi claro e direto em relação aos programas de política interna. “Durante os últimos 11 anos e meio, enquanto a equipe Reagan-Bush-Quayle esteve à frente da política econômica, passamos do primeiro posto no mundo, em salários, ao décimo-terceiro. Tão ricos como somos, e estamos no 21º lugar na classificação mundial de mortalidade infantil... Nossas prioridades são claras: colocaremos o povo em primeiro lugar”, afirmou Clinton em um dos seus discursos.

O candidato democrata se mostrou empenhado em

gerar empregos para combater a crescente pobreza, afirmou sem rodeios que aumentaria os impostos em 2% para a população de maior poder aquisitivo, aquele setor com renda anual acima de 200 mil dólares, e prometeu menores impostos para a classe média, assim como incentivos fiscais àqueles que investirem em novas empresas.

Ao mesmo tempo, disse que se esforçará para evitar a evasão fiscal, além de comprometer-se a destinar 20 bilhões de dólares, a curto prazo, à construção de estradas e vias férreas, a cursos de capacitação e ao desenvolvimento de tecnologias ambientalmente saudáveis (condenando, inclusive, a expansão do uso da energia nuclear).

Uma mudança significativa em relação a Reagan e Bush. Não é de se estranhar que esse discurso tenha atraído o voto de 50% dos jovens e mais de 85% dos afro-americanos, assim como da maioria dos hispano-americanos. Esses setores sociais foram os mais prejudicados

pela política econômica dos governos republicanos que concentraram a riqueza a níveis nunca vistos no país desde os anos 20, deixou 11 trilhões de dólares de dívida interna, um déficit fiscal de 350 bilhões de dólares e um desemprego da ordem de 7,5%, levando um especialista como o professor Johan Galtung a afirmar que os Estados Unidos “estão na bancarrota”.

O candidato democrata também obteve apoio majoritário entre os ecologistas. Para isso contribuiu de forma decisiva seu vice, o senador Al Gore, o mais expressivo líder ambientalista do Congresso norte-americano. Clinton afirmou que Gore terá um papel chave ao se traçar a política de segurança nacional, que de-

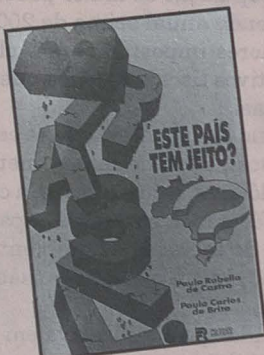
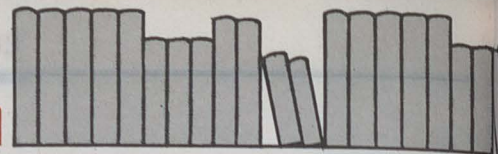
verá estar impregnada das teses mais avançadas do ideário ambientalista.

Se o presidente eleito elevar a ecologia ao nível estratégico do planejamento nacional pode ser que consiga apagar a imagem negativa que Bush deixou na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em junho. Assim, os Estados Unidos, enquanto superpotência econômica, dariam uma contribuição construtiva no terreno ambiental que, como mostrou essa reunião, será o eixo das relações internacionais no século XXI.

Em janeiro de 1993, Clinton e Gore, a geração do pós-guerra, chegarão à Casa Branca e começará a ficar mais clara sua proposta política. Mas um consenso já existe nos círculos diplomáticos: dificilmente sua gestão poderá ser mais nefasta para a convivência internacional que a de Reagan e Bush, cuja herança é um mundo unipolar viciado pelo abuso do uso da força para dirimir situações conflitivas, como demonstraram a invasão de Granada e Panamá e a trágica guerra do Golfo. ■

O modelo neoliberal seguido pelos governos republicanos se mostrou incapaz de resolver os graves problemas associados à qualidade de vida dos norte-americanos

POSTAL



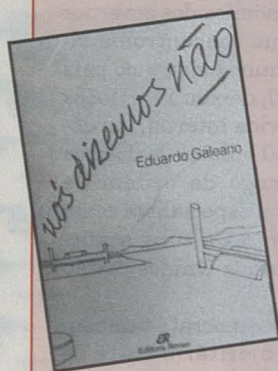
ESTE PAÍS TEM JEITO?
Paulo Rabello de Castro e Paulo Carlos de Brito

O livro propõe-se a informar sobre as verdadeiras causas da estagnação econômica brasileira, da instabilidade política e do nosso sofrimento no campo social. Os autores apontam soluções para o resgate da dívida social e para uma melhor redistribuição da renda. 120 p.
E-264 Cr\$ 105.000,00

A SAÚDE EM ESTADO DE CHOQUE

Alberto L. Najar, Célia Leitão Ramos, Clarice Melamed e outros

Pela sua abordagem simples, direta e crítica, este livro se destina, antes de tudo, aos setores da sociedade civil interessados em subsídios para o debate de sua qualidade de vida. 128 p.
E - 276 Cr\$ 89.000,00



PARA COMPREENDER A CIÊNCIA
Maria Amália Andery, Nilza Micheletto e outros

É um livro que introduz o estudante à Universidade e também ao 2º Grau, que encontra nele estímulo e ajuda para repensar a Ciência, explorando a relação entre aspectos sociais, políticos, econômicos de um dado momento histórico que o marcou. 446 p.
E-275 Cr\$ 160.000,00

NÓS DIZEMOS NÃO
Eduardo Galeano

A esquerda acabou? E a história, também? Ainda é possível falar em socialismo? Cuba merece nos dias de hoje, algum interesse, algum respeito? Pode existir dignidade na miséria? Estas são algumas questões queimantes que o autor de *Veias abertas da América Latina* procura desatar nesta obra. 88p.
E-226 Cr\$ 71.000,00

AS VEIAS ABERTAS DA AMÉRICA LATINA
Eduardo Galeano
(33ª edição)

Galeano, neste livro, quebra a cronologia linear de historiografia oficial para desvendar o saque ao continente que persiste desde o descobrimento. 307p.
E-247 Cr\$ 187.000,00

DICIONÁRIO DE FALSOS AMIGOS
Espanhol e português
Balbina Lorenzo F. Hoyos

Falsos amigos são as palavras que parecem fáceis de serem traduzidas, mas escondem verdadeiras armadilhas de sentido para o leitor ou tradutor. 129p.
E-265 Cr\$ 79.500,00

CALE A BOCA, JORNALISTA!
Fernando Jorge

Este é a primeira obra a ser publicada no Brasil sobre as violências e arbitrariedades sofridas pelos jornalistas brasileiros, desde a época do Império até hoje, com ênfase no período posterior a 1964. 264p. E-262 Cr\$ 210.000,00

O PILÃO DA MADRUGADA
Neiva Moreira

Os repórteres são os narradores do cotidiano e do futuro. Este livro é a reportagem com um desses repórteres. Aqui, na mais longa entrevista que já concedeu, Neiva dá o testemunho do que viu e participou. Ele narra episódios marcantes, e permite ao leitor conhecer e avaliar fatos não apenas desconhecidos mas, sobretudo, tergiversados na "história oficial". José Louzeiro
464 p. E-208 Cr\$ 85.000,00

O PORTUGUÊS NO BRASIL
Antonio Houaiss

Existe uma língua "brasileira"? Quais as características permanentes e transitórias da língua portuguesa falada no Brasil? Qual a evolução histórica dessa vertente do idioma vernáculo? Que possibilidades de evolução a esperam? Qual sua inserção no quadro atual, multinacional, de existência da língua portuguesa. São essas as questões básicas que procura responder Antonio Houaiss. 167 p.
E-273 Cr\$ 120.000,00

URSS - ASCENSÃO E QUEDA
Luiz Fernandes

O livro analisa as consequências econômicas, sociais e políticas da opção do Leste pela "economia de mercado", bem como os antecedentes e desdobramentos dos dramáticos acontecimentos que sacudiram a União Soviética recentemente. É leitura obrigatória para os que queiram se situar diante das profundas transformações em curso nos países do Leste e refletir criticamente sobre a viabilidade do socialismo. 270 p. E-256 Cr\$ 90.000,00

O LIVRO DOS ABRAÇOS
Eduardo Galeano

Tratar a memória como coisa viva: assim faz Galeano quando escreve. Sua memória pessoal é a nossa memória coletiva, da América. Este seu novo livro é o testemunho de pequenos episódios, que contam a história de nosso povo e revelam, com amor ou revolta, a dramática realidade de nosso continente.

217 p. E - 243 Cr\$ 170.000,00

COLL MEMORIES
Jean Baudrillard

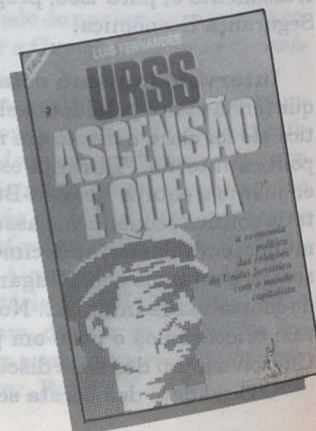
É um retrado-em-movimento. Com planos curtos, closes, tomadas gerais e surpreendentes planos-seqüência, o filósofo tenta se fazer visível ao leitor. O livro flui no ritmo das sinopses (muitas vezes geniais) do autor, passa pelos livros que leu, filmes a que assistiu, mulheres que amou.

195 p. E- 2770 Cr\$ 120.000,00

QUERIDA ILHA
Hélio Dutra — 2ª edição

O apaixonante testemunho de um brasileiro que acompanhou, por dentro, todo o processo da revolução cubana. Hélio Dutra conhece Cuba a fundo, vivendo lá desde o fim da II Guerra Mundial. Alguns tópicos do seu livro: A reforma agrária, As reformas urbanas, A alfabetização, A mulher cubana e a revolução, A saúde em Cuba, etc.

E-240 Cr\$ 130.000,00



ATENÇÃO: Se, por motivo de insuficiência de estoque, faltar algum livro de seu pedido, a entrega será feita parcialmente e completada posteriormente.

Dê um presente a você,
aos amigos e ao planeta.

Assine
ECOLOGIA
e
DESENVOLVIMENTO

Promoção de Natal

Fazendo 1 assinatura:
1 ano valerá 15 meses
2 anos valerão 30 meses
Fazendo 2 assinaturas:
1 ano valerá 17 meses
2 anos valerão 34 meses



**PREÇOS E FORMAS
DE PAGAMENTO**

TIPO DE ASSINATURA	À VISTA Espécie/Cheque Nominal/Cartões/Vale Postal/Reemb. Postal	PARCELADO Pagamento por Cheques Nominais
1 ano	A Cr\$ 348.000,00	B 1 cheque de Cr\$ 348.000,00 para 30 dias
2 anos	C Cr\$ 696.000,00	D 2 cheques de Cr\$ 348.000,00 para 30/60 dias

No pagamento a prazo, o(s) cheque(s)
só será(ão) depositado(s) em 30 ou 30/60 dias.
O reembolso postal acompanha o critério.

Enviar para Editora Terceiro Mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 - 1º andar • Glória • 20241-180 • Rio de Janeiro • RJ
Telex: 21 33054 CTMB BR

PEÇA TAMBÉM PELOS TELS (021) 252-7440/ 232-3372
OU PELO FAX (021) 252-8455

PEDIDO DE ASSINATURA

Nome:
Endereço:
Bairro:
Cidade: Estado:
CEP: Tel.:
Profissão:

Minha opção de assinatura é: (A) (B) (C) (D)

Estou Efetuando o Pagamento por:

- Cheque(s) nominal(ais) à Editora Terceiro Mundo Ltda.
 Reembolso Postal
 Vale Postal Ag. Lapa
 De acordo com a opção feita, autorizo o débito no cartão

de crédito: _____ que tem validade até ____/____/____
(nome do cartão)

Nome do titular do Cartão:

Nº do Cartão:

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO

DATA: ____/____/____

Comprador

CADERNOS Nº 156 • PREÇOS VÁLIDOS ATÉ 30/12/92



O muro invisível

Racismo, xenofobia e neonazismo marcam uma Europa obcecada pela preocupação de criar um "cordão de isolamento" que a proteja das levas de refugiados políticos e imigrantes econômicos

Claudia Guimarães

A cena parece familiar. Sábado à tarde, jovens estudantes de classe média se reúnem para conhecer as últimas novidades em videogames. Poderiam estar no Rio de Janeiro ou Nova Iorque. Mas a cena transcorre na cidade austríaca de Salzburgo e o jogo que provoca mais sensação atende pelo estranho nome de "Administrador de campo de concentração".

De que se trata? O videogame consiste em dirigir o campo de Treblinka (que realmente existiu na Polônia durante a II Guerra Mundial) e tratar de conseguir dinheiro — por exemplo, arrancando os dentes de ouro dos judeus mortos — para adquirir o gás necessário para aniquilar os "turcos".

Outro videogame muito procurado no momento pelos adolescentes austríacos chama-se "Prova ariana" e

pretende revelar ao jogador seu grau de pureza racial. De acordo com o grau "de impureza do sangue", o jogador só pode aspirar a um emprego de gari ou limpador de privadas. Aquele que fizer poucos pontos e, portanto, for considerado "meio ariano" pode se desferrar, segundo o jogo, "matando comunistas". Desnecessário dizer que o jogador judeu é automaticamente atirado na câmara de gás.

Quando a primeira geração destes jogos apareceu na vizinha Alemanha, em 1986, ninguém lhes deu muita atenção. Em primeiro lugar, porque o contexto sócio-político era outro; em segundo, porque eram muito rústicos. Hoje, porém, eles evoluíram em sofisticação e agressividade, "evolução" que também caracterizou os grupos racistas e neonazistas que marcaram seu aparecimento no cenário europeu em 1992.

Em maior ou menor grau, nenhum país da Europa ocidental ficou imune à expansão das manifestações de caráter xenófobo e ultranacionalista. A França assistiu ao crescimento do partido de extrema-direita Frente Nacional, dirigido por Jean-Marie Le Pen, aos ataques a imigrantes ou até franceses de origem africana, à violação de túmulos em cemitérios judeus e ataques a sinagogas. Tradicionais políticos conservadores, como o ex-presidente Valéry Giscard D'Estaing, passaram a defender publicamente que se altere o conceito de nacionalidade francesa.

Na Itália, paralelamente a uma tentativa de resgate da figura do ditador Mussolini por grupos ultranacionalistas, jovens começam a organizar ataques a imigrantes originários da África e cemitérios judeus são profanados. Na Grã-Bretanha, o alvo do racismo são os imigrantes da Jamaica e Paquistão, ex-colônias inglesas. Nem a pacata Suíça escapou da onda de xenofobia. Uma recente pesquisa mostra que a rejeição aos estrangeiros se acentuou nos últimos dois anos e está presente em todas as idades e categorias sócio-profissionais.

Já a Espanha registrou em 1992 diversos incidentes de caráter racista, principalmente contra os ciganos. Lá, os imigrantes originários do Magreb também ficaram a salvo: um grupo deles teve sua casa incendiada e pichada com os dizeres: "Negros, ao zoológico".

Preocupados com a disseminação dessas práticas em seu país, recentemente os espanhóis promoveram um seminário em Madri para tratar do problema. Na sua intervenção, Juan Salcedo, catedrático de Sociologia da Universidade Complutense de Madri, enfatizou que o fenômeno que a Europa está vivendo hoje tem raízes no início do século. "No continente europeu - lembrou - surgiram duas grandes correntes de 'opinião racista': a anglo-holandesa, que originou o apartheid na África do Sul, e a centro-européia. Esta última defendia a criação de guetos, a marginalização das minorias étnicas e chegou até à eliminação física dos seres julgados inferiores, em contraste com a anterior, que apenas estabeleceu sua dominação."

Para o sociólogo, o que identifica todos os racistas europeus, de antes e de agora, "é a consideração de que

a raça perfeita é a branca, de tipo anglo-saxônico, e a confissão religiosa, a protestante".

O caso alemão - Mas o país europeu onde a xenofobia adquiriu contornos mais dramáticos é a Alemanha. Em 1992, foram mais de 700 ataques contra imigrantes, dos quais resultaram oito mortos. Segundo fontes extra-oficiais, haveria no país 50 mil neonazistas organizados em 80 grupos e atuando principalmente na ex-Alemanha Oriental (RDA).

Para o chefe do serviço de inteligência interna alemão, Ernst Uhrlau, a escalada de terrorismo neonazista está apenas começando: "Vinte por cento dos jovens alemães simpatizam com os partidos de extrema-direita", reconheceu. Segundo um relatório desse órgão, "o número de participantes nos atos de violência cresce, e sua atuação conjunta está sendo planejada".

A mentalidade dos jovens europeus que participam de ataques contra imigrantes pode ser resumida na música do conjunto alemão de rock *Endsiege* ("Vitória Final"), cujo início começa assim: "Ponha os estrangeiros na prisão ou campo de concentração, ou mesmo no deserto, mas ponha-os para fora. Mate suas crianças, viole suas mulheres, acabe com sua raça."



Alemanha: milhares de manifestantes saem às ruas de Rostock em apoio aos imigrantes. Em menos de uma semana, os albergues para estrangeiros (foto acima) foram atacados três vezes por grupos de neonazistas



Simple retórica de um grupo de rock *skinhead*? Talvez não. Em setembro, uma pesquisa realizada pela televisão estatal ARD mostrou que 26% dos alemães apóiam a campanha contra os estrangeiros e 51% concordam com o lema da extrema-direita "Alemanha para os alemães".

As cicatrizes da guerra – Uma série de fatores tem servido de caldo de cultura para o surgimento destes grupos. Sem dúvida, no caso alemão o processo de ascensão e queda do nazi-fascismo nos anos 30 e 40 deixou feridas na sociedade ainda não cicatrizadas. Apesar de conhecerem pouco daquela época, muitos jovens pensam encontrar nessa ideologia um caminho em meio à falta de perspectivas que vivem.

Mas, concretamente, o que move a atual onda de ultranacionalismo e racismo é a questão econômica. Grande parte dos integrantes de grupos ou partidos de extrema-direita é recrutada entre a massa de jovens desempregados da ex-RDA, jovens cujo mundo literalmente ruiu após a queda do Muro de Berlim.

Da insatisfação com a situação econômica para a xenofobia e a adesão ou simpatia às idéias ultranacionalistas o passo não é grande. Nos dois lados da Alemanha, os estrangeiros – refugiados políticos ou imigrantes econômicos – têm sido apontados como os grandes culpados pelos problemas que atravessa a sociedade.

De fato, o desmoronamento dos regimes comunistas do Leste europeu levou uma enorme massa de pessoas a pedirem asilo na Alemanha. Os refugiados se beneficiam do liberal parágrafo 16 da Constituição alemã, que garante automaticamente asilo, com direito à moradia



Europa: controles rígidos nas fronteiras

e assistência social pagas pelo governo, a quem se declarar "perseguido político". Ao amparo dessa lei, só no ano passado, este país recebeu cerca de 250 mil pessoas nesta situação. Em 1992, a cifra deve chegar ao dobro.

Antes requisitados, hoje rejeitados – O que chama a atenção, porém, é que não apenas os refugiados desta nova leva estão sendo hostilizados, como também os imigrantes radicados há muitos anos nestes países e inclusive seus filhos, já nascidos ali.

Os europeus parecem ter esquecido que muitos destes imigrantes eram originários das suas colônias na África, Ásia e Caribe – cujos recursos materiais e humanos foram explorados ao máximo –, que buscavam na metrópole condições de vida menos aviltantes.

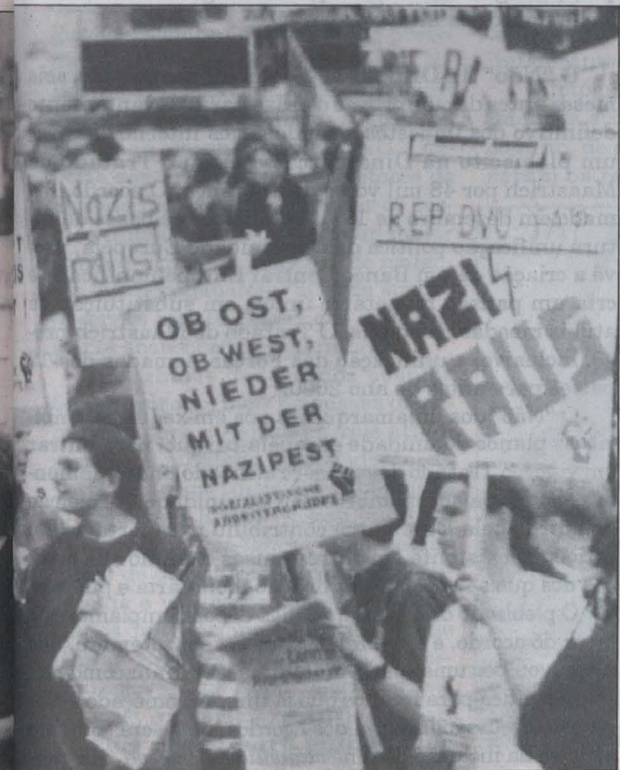
Também esquecem que foram eles mesmos que recrutaram no Terceiro Mundo, durante os anos 50 e 60, mais de 17 milhões de imigrantes, um batalhão de mão-de-obra barata e indispensável ao desenvolvimento de uma Europa arrasada pela guerra.

Hoje, através do endurecimento das leis migratórias e, nos casos dos grupos extremistas, da intimidação e violência, os europeus tentam reverter um processo do qual, direta ou indiretamente, são responsáveis.

Mas, enquanto as raízes dos conflitos militares e da pobreza no Terceiro Mundo não forem atacadas, levadas de estrangeiros continuarão batendo às portas da Europa.

É paradoxal que, depois de uma luta de décadas para destruir o Muro de Berlim – uma luta que não foi assumida só pelos alemães, mas pelos europeus ocidentais em geral –, o velho continente tente agora construir um novo muro, invisível, mas bastante palpável, que o proteja das invasões dos "novos bárbaros" do Sul. ■

¹Região norte da África que compreende os seguintes países: Argélia, Mauritânia, Marrocos, Tunísia e Líbia





Integração em xeque



Maastrich: questões chaves continuam pendentes

O fantasma da guerra civil na ex-Iugoslávia, a recessão e deterioração do nível de vida de amplos setores ameaçam o calendário da integração europeia

Marcelo Montenegro

Em 1992 ficou definitivamente claro que a herança do neoliberalismo não afetou só os países do Sul. Agora sabemos que os indicadores sociais no Primeiro Mundo, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, estão longe de ser excelentes. Durante a década de 80 – considerada por muitos uma década perdida para a América Latina – a pobreza aumentou em todo o mundo.

A deterioração do nível de vida de amplos setores das classes trabalhadora e média tem sido um dos resultados mais notórios do *thatcherismo*, *reaganomic*, ou como queira que se denomine o retorno à “lei da selva” como base da política econômica.

As principais vítimas são os marginalizados do processo econômico, que começam a mostrar sua cara em lugares tão inesperados como Londres, Paris e – quem diria – até em Estocolmo, Suécia, onde várias décadas

de reinado do “Estado de Bem-Estar” pareciam ter garantido sua erradicação definitiva.

Distribuição desigual – Um recente artigo de Evert Svensson, ex-presidente do Comitê de Assuntos Econômicos e de Desenvolvimento do Conselho de Europa, revela que nos 12 países que integram a Comunidade Europeia há atualmente 50 milhões de pessoas cujas condições de vida estão abaixo da linha de pobreza. Na década de 80, enquanto o crescimento médio do PNB na Comunidade Europeia foi de dois a três por cento ao ano, o percentual de pobres aumentava em 20%. Só na Grã-Bretanha, uma de cada quatro crianças nasce em famílias que vivem na pobreza, diz o artigo.

Como consequência desse processo de pauperização, por trás da opulência que mostra a Europa rica e – aparentemente – próspera, em 1992 começam a aparecer sinais alarmantes de convulsão social entre os que se sentem ameaçados pelas atuais regras do jogo do sistema econômico.

A princípio de novembro, os sindicatos espanhóis realizaram uma maciça manifestação de protesto, em Madri, contra o programa de reconversão da indústria metalúrgica que extinguirá 10 mil empregos no setor. Os mineiros ingleses, através de uma grande mobilização, conseguiram deter os planos do governo e adiar o fechamento das minas de carvão.

O “Não” da Dinamarca – Em junho passado, seis meses antes de cumprir-se o prazo para o levantamento definitivo dos impostos alfandegários internos na CE, um plebiscito na Dinamarca rejeitou o Tratado de Maastrich por 48 mil votos de diferença. O acordo, firmado em dezembro de 1991, estabelece as bases da futura unificação política da Comunidade Europeia, prevê a criação de um Banco Central Europeu unificado e cria um padrão monetário único, em substituição às atuais moedas nacionais. O Tratado de Maastrich prevê, inclusive, a unificação das Forças Armadas dos 12 países para antes do ano 2000.

O “Não” dos dinamarqueses pôs em xeque os ambiciosos planos de unidade europeia porque, para entrar em vigor, o Tratado deverá ser ratificado unanimemente pelos 12 países membros da Comunidade. A rejeição do acordo pela Dinamarca contribuiu para fortalecer o ceticismo existente em outros países e animou as críticas dos que se opõem à unificação monetária e política.

O plebiscito da Irlanda, 20 dias depois, amplamente a favor do acordo, e o referendo francês, em setembro, que o aprovou por uma margem mínima, serviram como resposta política para frear os que já tinham começado a exigir a rediscussão integral dos acordos. Mas será somente através da inclusão de uma *cláusula de reserva*, que per-



Mineiros ingleses: demandas atendidas em parte

mita deixar em suspenso a ratificação dos aspectos mais conflitivos do Tratado, que o impasse será superado.

A cláusula de reserva será utilizada pela Dinamarca, que realizará outro plebiscito no início de maio. Este país chegou a ser convidado oficialmente a deixar a Comunidade se não revisse sua posição.

O primeiro-ministro da Grã-Bretanha, por sua vez, utilizou um mecanismo parecido com este para conseguir a aprovação do acordo pelo Parlamento inglês: designou uma Comissão da Câmara dos Comuns, que deverá "continuar estudando o Tratado", deixando em suspenso um pronunciamento definitivo até depois do segundo plebiscito dinamarquês. Uma solução que, definitivamente, só adiará a crise para mais adiante.

A reação de Copenhague deixou claro que não é só a ultradireita que se opõe à unidade européia. Durante a campanha contra o "Sim" no plebiscito francês, surgiram outros opositores que assinalaram que o aumento dos poderes de Bruxelas (a sede principal dos organismos de governo da Comunidade) pode derivar na criação de uma "super Estado" centralizado e pouco democrático, acerca do qual o cidadão comum nada conhece.

Iugoslávia: "limpeza" étnica

No início de 1992, no centro da Europa, explodiu uma guerra civil que, por suas características de crueldade e suas derivações étnicas e religiosas, relembra o cenário que precedeu as guerras de 1914 e 1939. Na Bósnia-Herzegovina, uma República que se separou da antiga Iugoslávia mas não é reconhecida pela ONU, a minoria sérvia, com apoio de setores da minoria croata, tenta expulsar os bósnios muçulmanos que são em maior número. Em uma campanha de matanças que denominaram "limpeza étnica", os sérvios bósnios exigem que os muçulmanos abandonem seus territórios.

A barbárie dos sérvios bósnios tem provocado fugas em massa da população para a Eslovênia, que atualmente é um Estado independente, no norte da antiga Iugoslávia. O fotógrafo argentino Renzo Góstoli, que trabalha como *free-lancer* para vários meios de comunicação, esteve na Eslovênia e visitou os campos de refugiados que funcionam nos quartéis de Ilirska Bistrica e Aidoscina, na região eslovena de Koper. Góstoli disse, em uma conversa exclusiva com cadernos do terceiro mundo, que

atualmente há pelo menos 72 mil refugiados bósnios muçulmanos na Eslovênia, vivendo em quartéis do exército iugoslavo que foram construídos pelas tropas de Benito Mussolini durante a ocupação fascista.

O fotógrafo argentino contou que uma das ações mais sanguinárias do conflito, de acordo com o que lhe disseram os refugiados muçulmanos,

ocorreu na pequena cidade de Zvornik, onde em uma jornada de terror os sérvios bósnios degolaram 450 pessoas.

Góstoli destacou o contraste que produz viajar, em somente quatro horas de automóvel, de Milão, no norte da Itália, até Eslovênia, onde se pode entrar em contato com as primeiras vítimas do conflito. A Comunidade Européia, que não consegue encontrar uma solução pacífica para a guerra civil na Bósnia, presta assistência financeira aos refugiados, ao mesmo tempo em que se nega a recebê-los em seu território.



Refugiadas muçulmanas da Bósnia-Herzegovina: um drama que parece não ter fim



Democracias ameaçadas

Apesar dos avanços políticos, a falta de resposta dos governos às demandas sociais cria um profundo descontentamento que se refletiu este ano no apoio, velado ou não, à tentativa de golpe na Venezuela e ao autogolpe de Fujimori no Peru

Ana Valentina Flores

Sentados frente a frente, líderes da organização guerrilheira Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) e representantes do governo salvadorenho assinam os acordos de paz que colocam fim a 13 anos de guerra. Os flashes dos fotógrafos registram a cena, que corre o mundo.

Para os analistas políticos, esta imagem bem poderia resumir os avanços ocorridos na América Central em 1992. Gradualmente, a luta armada vai cedendo lugar à disputa política e o fim de regimes ditatoriais ou controlados nos bastidores

pelas Forças Armadas – como era o caso de El Salvador – permite uma maior participação da sociedade civil na discussão dos problemas nacionais.

Este processo de fortalecimento da cidadania não foi exclusivo da região centro-americana, e sim ficou claro em diferentes episódios que marcaram o ano de 1992 na América Latina: na mobilização popular pelo *impeachment* do presidente Collor no Brasil; nos protestos contra a política neoliberal seguida pelos governos da Venezuela e Equador; no boicote das lideranças indígenas de todo o continente às comemorações oficiais pelo quinto centenário da colonização; na proliferação de organizações não-governamentais.

Dentre estas, as ecológicas e indígenas ganharam particular expressão este ano devido à realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, e à comemoração do quinto centenário da chegada dos europeus à América.

Contrariando o espírito dos festejos na Europa, na



A miséria faz parte do cotidiano de milhões de famílias

América Latina a data foi marcada por protesto das comunidades indígenas que aproveitaram a ocasião para denunciar o genocídio a que foram submetidas. A intensa mobilização das lideranças indígenas, do Canadá à Patagônia argentina, impôs uma reflexão sobre os males causados pela colonização e ofuscou as comemorações organizadas na Europa.

Para as comunidades indígenas latino-americanas, o ano de 1992 traria ainda duas grandes vitórias. A primeira foi o reconhecimento do Vaticano – através de um pronunciamento público do papa João Paulo II feito em outubro – dos erros cometidos pela Igreja católica no processo de “evangelização” do continente.

A segunda, não menos importante veio de Oslo. Contrariando todas as expectativas, a líder indígena guatemalteca Rigoberta Menchú foi escolhida para re-

ceber o Prêmio Nobel da Paz de 1992. Com uma extraordinária trajetória de luta pelos direitos humanos em seu país, Rigoberta se tornou um símbolo para os povos indígenas de todo o continente.

Neoliberalismo questionado – Mas se, por um lado, o continente registrou avanços políticos este ano, em termos econômicos a América Latina continua em uma situação difícil.

Este descompasso entre os avanços registrados no campo político – onde as democracias substituíram as ditaduras militares dos anos 60 e 70 – e o retrocesso na área econômica e social nos anos 80 e 90 está abrindo espaço para um profundo descontentamento com o modelo político-institucional.

Embora não seja novo, esse fenômeno ficou particularmente evidente em 1992 no caso da Venezuela e do Peru. Quando, em abril, o presidente Alberto Fujimori fechou o Congresso e pôs os tanques na rua, sob o pretexto de acabar com a corrupção e o terrorismo, poucos peruanos saíram em defesa das instituições políticas.

Pelo contrário. Cansada de ser permanentemente excluída do sistema político e econômico, a maioria silenciosa – índios, mestiços ou negros – aplaudiu a iniciativa. A popularidade do presidente cresceu e, embora tenha caído depois, ganhou novo fôlego com a prisão do procurador líder do Sendero Luminoso, Abimael Guzmán.

Na Venezuela, o desgaste da classe dirigente também chegou a um nível perigoso. Isso ficou evidente em fevereiro, quando um grupo de oficiais tentou derrubar o governo de Carlos Andrés Pérez. Em questão de horas, a imagem que a Venezuela ostentava – de ser uma das democracias mais sólidas do continente – veio abaixo.

O que se viu foi uma população indiferente à sorte do seu presidente. Talvez cansada das permanentes denúncias de corrupção no governo mas, sobretudo, revoltada com a política neoliberal seguida por Andrés Pérez. Política que levou a uma queda no padrão de vida dos venezuelanos de classe média e baixa, evidenciada por indicadores sócio-econômicos como aumento do desemprego, mortalidade infantil, desnutrição, déficit de moradias, menor acesso à educação e saúde públicas, etc..

Também no Equador o receituário clássico fundomonetarista, seguido pelo novo presidente, Sixto Durán-Ballén, está encontrando oposição. No início de setembro, Ballén baixou um pacote de drásticas medidas econômicas. Temendo possíveis distúrbios, o mandatário pediu a intervenção das Forças Armadas e decretou um virtual estado de sítio.

Em maior ou menor grau, em vários países latino-americanos foi visível este ano a crescente insatisfação com a imposição de receitas neoliberais que implicam elevados custos sociais. Como bola de neve, este descontentamento tem crescido e até os organismos financeiros internacionais começam a reconhecer que ele representa uma ameaça às frágeis democracias latino-americanas.

Retrocessos – A América Latina fecha o ano com dois grandes fatos a lamentar: o recrudescimento do



Peru: o autogolpe de Fujimori teve claro apoio popular

bloqueio a Cuba e a incapacidade da comunidade internacional – e particularmente da Organização dos Estados Americanos (OEA) – de restabelecer o regime democrático no Haiti.

No caso de Cuba, a desintegração da ex-União Soviética, e o conseqüente fim da bipolaridade no cenário internacional, deixou os Estados Unidos com as mãos livres para endurecer o bloqueio àquele país, decretado há 30 anos.

Através da “Lei pela democracia em Cuba” – ou Lei Torricelli, nome do deputado democrata que a propôs –, os Estados Unidos pretendem impedir todas as empresas que tenham capital norte-americano de fazer negócios com Cuba, mesmo estando sediadas em terceiros países.

A medida, que levantou protestos da comunidade internacional, ignora as legislações nacionais, às quais estão sujeitas estas empresas, e as próprias leis do livre mercado, do qual os Estados Unidos são os principais defensores quando lhes convém.

Quanto ao Haiti, apesar dos esforços negociadores da OEA, a junta militar que derrubou o presidente Jean-Bertrand Aristide em setembro de 1991 se mantém inflexível. Os acordos assinados em fevereiro passado em Washington, que previam o regresso do presidente deposto e uma anistia aos militares golpistas, nunca saíram do papel. Tampouco tem sido eficaz o bloqueio econômico decretado pela OEA.

De fato, a situação deste país só mereceu atenção da mídia em 1992 devido à fuga em massa de haitianos para os Estados Unidos, em frágeis barcos. Ao contrário do que acontece com os cubanos que tentam fazer o mesmo caminho, os haitianos não só passaram a ter negado o direito a pedir asilo nos Estados Unidos, como começaram a ser interceptados em alto mar.



Argélia: fundamentalistas islâmicos rezam em uma mesquita após o golpe que impediu a vitória da FIS

Da crise à esperança

As mudanças no Leste europeu aceleraram o processo de desgaste dos sistemas de partido único dominantes no panorama político africano, enquanto o norte do continente assiste à expansão do fundamentalismo islâmico

Aldo Gamboa

Quando as telas da televisão mostraram cenas de exércitos de famintos vagando pelo deserto da Somália, os olhos do mundo se voltaram para a África como que descobrindo uma súbita desordem no – aparentemente limpo e feliz – mundo pós- Guerra Fria.

No entanto, apesar da catástrofe somaliana – gestada há pelo menos uma década –, os fatos mais importantes ocorridos na África durante 1992 não ocuparam maiores espaços na imprensa, talvez porque para os países ocidentais seja difícil entender o que lá ocorre.

Três grandes fatos marcaram o ano de 1992 na África: o fortalecimento do fundamentalismo islâmico como fenômeno político, a profunda crise do sistema do *apartheid* na África do Sul e o quase desaparecimento dos sistemas de partido único.

Uma prioridade – Em toda a África saariana e central, o ano que passou esteve marcado não só por secas, fome e guerras, como também pela definitiva consolidação do integrismo religioso como fenômeno de caráter político.

Este problema, que teve na Argélia seu exemplo mais evidente, se manifesta de forma dramática também no Egito, onde o governo de Hosni Mubarak se equilibra como pode entre os setores – cada vez mais numerosos – que o empurram para o fundamentalismo e os intelectuais que tratam de mantê-lo na defesa do Estado laico. No momento, os primeiros estão ganhando.

No caso argelino, o governo deu um golpe de estado para evitar que a Frente Islâmica de Salvação (FIS) ganhasse as eleições e convertesse o país em uma república islâmica, segundo o modelo iraniano. O mesmo fenômeno – embora com menor intensidade – foi vivido na Tunísia, Chade, Etiópia, Níger, norte da Nigéria, Mau-

ritânia, Marrocos e Mali. Em vários destes países, os governos se viram obrigados a recorrer à força para evitar a ascensão ao poder dos fundamentalistas. Curiosamente, esse uso da força não mereceu nenhuma crítica por parte dos países do Norte, preocupados com a possibilidade de ter governos islâmicos radicais na costa mediterrânea.

De qualquer modo, o avanço do fundamentalismo é um fato dificilmente reversível e suas causas não devem ser buscadas só na miséria e na ignorância. As populações famintas e desesperançadas desses países encontraram na interpretação mais radical do Corão – o livro sagrado dos muçulmanos, que é a base filosófica e ideológica do fundamentalismo islâmico – a possibilidade de recuperar sua auto-estima e sua identidade cultural e assim reconstruir-se como seres humanos e como cidadãos. Por isso, ao contrário do que pensam muitos dos dirigentes do norte da África, o fundamentalismo não pode ser contido pela via militar.

Um sistema em crise – O outro fenômeno que caracterizou o ano que passou na África foi a queda dos sistemas de partido único. Diferentemente do que aconteceu em outras partes do mundo, no caso da África, todos os países que optaram por esse tipo de organização política o fizeram porque foi com um único movimento de massas que puderam enfrentar o colonialismo. Uma vez conquistada a independência, países como Quênia, Angola, Moçambique ou Bênin encontraram na centralização político-militar em torno de um partido a forma mais eficaz de reconstituir uma nacionalidade e outorgá-la aos cidadãos.

Esse modelo foi relativamente eficaz durante os primeiros anos posteriores à independência, conquistada na maioria dos casos entre os anos 60 e 70. Passada a euforia inicial, todos esses governos enfrentaram grandes adversidades, originadas na falta de quadros, na precariedade da infra-estrutura, nos altos índices de analfabetismo e nas limitações do aparelho de estado para atender às demandas sociais.

Nos últimos anos, o quadro se agravou pela submissão dessas economias dependentes às políticas de ajuste ditadas pelo Banco Mundial e pelo FMI e pela queda dos preços internacionais das matérias-primas que a África exporta. Os setores populares viram seus níveis de vida seriamente afetados e a crise chegou à incipiente classe média e alta – surgidas no período posterior à independência – cujos padrões de consumo não diferem muito de suas similares européias.

Em vários países africanos, o ano foi marcado por manifestações pró-democracia (ao lado, protestos no Quênia)



Com a queda do socialismo real na Europa e a desintegração da URSS, a demanda de liberalização política ganhou força na sociedade africana e, ao longo de 1992, ocorreram mudanças significativas em todo o continente: ou se realizaram pela primeira vez eleições multipartidárias, ou se está a caminho disso.

Lamentavelmente, em muitos casos, o desaparecimento dos sistemas de partido único não respondia a um novo projeto nacional. E em geral se deu a tal velocidade que não permitiu o total desenvolvimento e a adequada organização das novas forças políticas, pondo em xeque os próprios Estados nacionais.

É comum na África as fronteiras serem em linhas retas, porque não escondem seu traçado na mesa de negociações dos colonialistas. Fronteiras traçadas sem respeitar povos nem culturas, às vezes fragmentados em dois ou até três diferentes países, como é o caso dos *makondes*, divididos entre o sul da Tanzânia e o norte de Moçambique.

Os países do continente se comprometeram na Carta que deu origem à Organização de Unidade Africana (OUA) a não mudar pela força as atuais fronteiras nacionais. Buscou-se, assim, evitar um banho de sangue em nome de reivindicações centenárias. Mas essa medida não pode por si só fazer desaparecer as divisões que existem dentro dos Estados nacionais, nem as tensões que impregnam muitas vezes as relações entre os diferentes Estados. Por isso, alguns estudiosos assinalam que os regimes de partido único permitiram manter durante décadas os Estados coesos, fortalecendo o conceito de nacionalidade, embora tivessem sido incapazes de tirar suas sociedades do subdesenvolvimento.

Em 1993 o processo de organização multipartidária terá que mostrar suas possibilidades reais de êxito em um continente sem tradição de exercício democrático do poder. E, sem dúvida, será um ano crucial para a África do Sul, onde os setores mais retrógrados da elite branca insistem em proibir os direitos políticos da maioria negra.



Um novo perfil

O reacomodamento de forças provocado pelo colapso da ex-URSS em nenhum lugar foi sentido com tanta intensidade como na Ásia

Mohamed Salem

Em doze minutos, o tempo que durou o seu discurso, o ex-presidente Mikhail Gorbachev renunciou ao seu cargo e mudou a história mundial. Quando, no próximo dia 25 de dezembro, completar um ano desse episódio, que foi acompanhado da simbólica troca de bandeiras – saía a da extinta URSS, após 74 anos tremulando no Kremlin, e subia a russa – talvez em nenhuma outra região do planeta suas consequências terão sido tão sentidas como no continente asiático. E o motivo é óbvio: embora o poder da superpotência que se extinguia tivesse reflexos em todo mundo, na Ásia sua influência era direta.

A brusca desintegração soviética teve na Ásia o efeito de um soco em um tabuleiro de xadrez: algumas peças saltaram, outras caíram, a lógica do jogo se alterou. Aliados históricos dos soviéticos, como a Índia, estão redefinindo sua inserção internacional, enquanto as próprias repúblicas que formavam a URSS – além de sofrer o impacto da reversão econômica em meio a uma severa crise internacional

– vêm ressurgir rivalidades étnicas e religiosas sufocadas mas não resolvidas durante o período socialista.

O fim da Guerra Fria acelerou um processo que já se insinuava de perda relativa de peso do poder militar frente ao poder econômico. A ascensão da Alemanha e Japão é o melhor exemplo. Na Ásia é onde são mais imediatos os reflexos do crescente peso mundial do moderno império japonês, convertido em potência tecnológica. Não é fácil para os povos da região superar as amargas recordações do saque e dos crimes praticados pelo exército imperial japonês há meio século. Mas 1992 mostrou que o pragmatismo está superando os ranços de rancor e que a diplomacia nipônica está rompendo as últimas resistências. Que melhor exemplo que a histórica visita do imperador Akhito à China: a primeira de uma alta autoridade japonesa em 50 anos e a primeira de um imperador em dois mil anos!

A Ásia reserva, além disso, algumas surpresas para



Kremlin: mudanças profundas

o futuro: sem o marketing internacional do Japão, a introvertida República Popular China tem assegurado o papel de potência mundial emergente, ao ser o país cuja economia mais cresce no mundo.

Por outra parte, por seu crescimento econômico nos anos 80 os dragões e tigres asiáticos disputarão em 1993 em condições privilegiadas com a ex-URSS e com os demais países do Terceiro Mundo a ajuda para o desenvolvimento e o investimento estrangeiro. Em 1992 a Ásia oriental cresceu três vezes mais rápido que o Grupo dos Sete (G-7), que reúne as potências industrializadas, e um dos seus segredos é o comércio inter-regional.

O complexo Oriente Médio – As consequências do colapso da União Soviética foram marcantes também para o Oriente Médio. A guerra do Golfo já havia sido uma antecipação das mudanças que já se avizinham, uma vez que em outras épocas teria sido impensável que a URSS não tivesse saído em defesa de um de seus aliados históricos, como era o Iraque.

Com esse antecedente, a saída de cena dos soviéticos paradoxalmente contribuiu para fortalecer as soluções negociadas de conflitos que se arrastavam na região, como é o caso do Líbano.

A vitória do Partido Trabalhista de Israel se enquadra nesse novo cenário. O primeiro-ministro Yitzhak Rabin assumiu o cargo com um discurso renovador. Teve coragem de afirmar que seus compatriotas deviam deixar de lado “os sonhos de um Grande Israel” e prometeu a devolução das colinas de Golán aos sírios, em troca da paz, e um novo diálogo com os palestinos. A prática dos primeiros meses de governo não esteve à altura das expectativas criadas, mas os estudiosos da temática regional estimam que somente em 1993 Rabin terá oportunidade de mostrar seus reais propósitos.

O panorama que menos mudou em 1992 foi o dramático pós-guerra do Iraque. Organismos de direitos humanos têm denunciado que a rigidez do bloqueio ocidental está tendo consequências desastrosas na população civil, em particular entre as crianças e as mulheres. Há discretas esperanças de que Bill Clinton mude a política para o Iraque, sobretudo depois da má vontade demonstrada pela família real que controla o Kuwait de implementar os compromissos democratizadores que assumiu diante do mundo.



UNITED NATIONS CONFERENCE ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT

Rio de Janeiro 3-14 June 1992



1) Janeiro, Argélia: Tanques ocupam a capital depois do golpe de estado dado pelo próprio governo, ante a iminente vitória eleitoral da Frente Islâmica de Salvação (FIS), uma organização fundamentalista

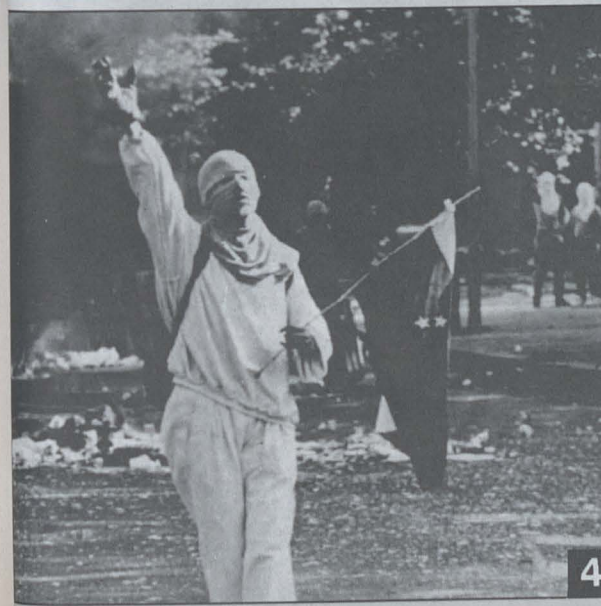
2) Fevereiro, El Salvador: Depois de treze anos de guerra, começa a demilitarização de El Salvador, fruto dos acordos de paz assinados pelo governo de Alfredo Cristiani e a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN)

3) Março, Mianmar, ex-Birmânia: Combatentes das guerrilhas separatistas Karen preparam um ataque ao quartel general do exército numa tentativa de derrubar o regime militar

4) Maio, Venezuela: Estudantes enfrentam a polícia com bombas molotov de fabricação caseira, juntando-se a outros setores populares em maciças manifestações de protesto contra a política econômica do governo

5) Junho, Brasil: A Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento analisa no Rio os desafios ambientais e suas possíveis soluções, adotando um plano de ação para o século XXI

6) Junho, Argentina: Os presidentes da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e seus convidados, os chefes de Estado do Chile e Bolívia, se reúnem na estação de esqui de Las Leñas para ratificar seu apoio ao Mercado Comum do Sul (Mercosul) e elaborar um cronograma de medidas para 93 e 94



1) Junho, Israel: O Partido Trabalhista vence as eleições e põe fim a oito anos de administração ultraconservadora do Likud. Yitzhak Rabin assume o cargo de primeiro-ministro comprometendo-se a acelerar as negociações de paz com os árabes

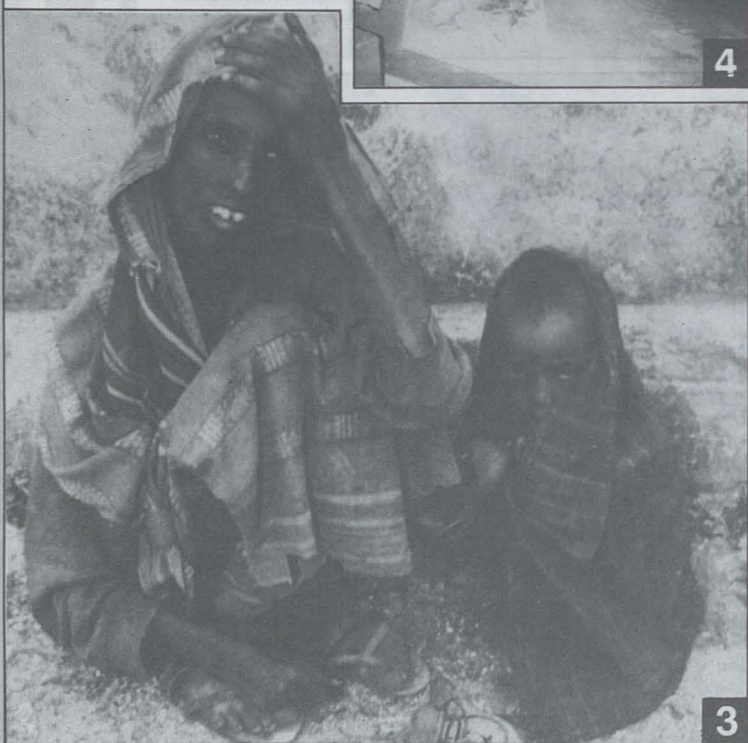
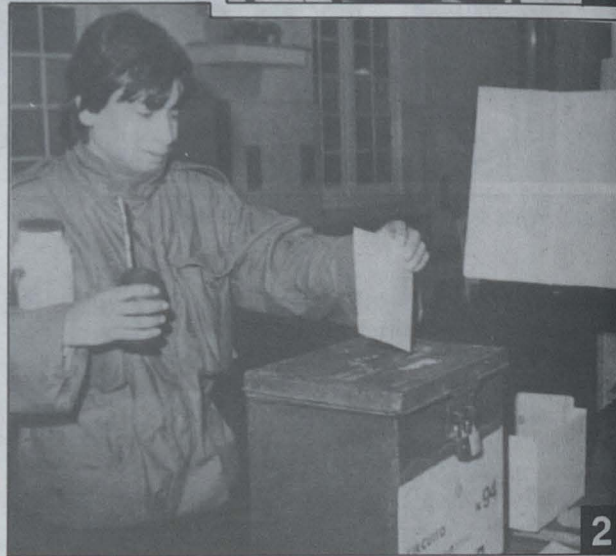
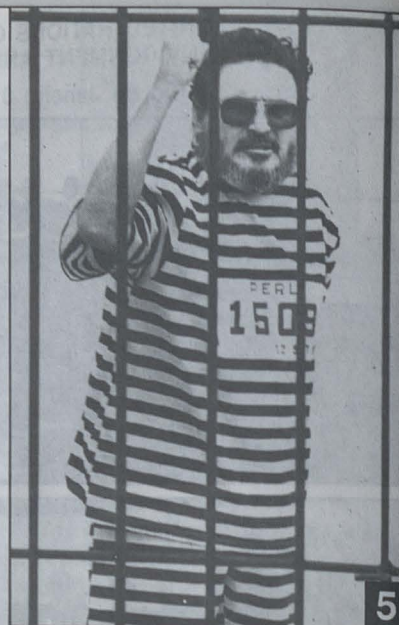
2) Julho, Uruguai: Os uruguaios votam pela realização de um referendo para ratificar ou derrubar a lei de privatizações, aprovada em 91. A consulta popular foi marcada para 13 de dezembro

3) Agosto, Somália - A comunidade internacional, que durante longo tempo havia dado pouca importância ao problema criado por longos períodos de seca e pela guerra civil, fica chocada com as imagens da fome e começa uma tardia mobilização

4) Agosto Alemanha: Um memorial judeu em homenagem às vítimas do Holocausto é destruído por uma bomba como consequência da onda de violência desencadeada pelos grupos neonazistas contra os imigrantes e os judeus

5) Setembro, Peru: O legendário líder do Sendero Luminoso Abimael Guzmán é apresentado à imprensa atrás das grades: importante vitória do presidente Fujimori, cuja popularidade estava em queda acelerada

6) Setembro, Equador: Centenas de trabalhadores ocupam as ruas de Quito para protestar contra as drásticas reformas econômicas do presidente Sixto Durán Ballén





4



3

1) Setembro, França: Um eleitor da Normandia vota no referendo sobre a adesão francesa ao Tratado de Maastrich que cria uma Europa unificada. O resultado foi uma apertada vitória do "Sim"

2) Outubro, Brasil: O presidente Collor confirma com grande classe a hora de sua histórica destituição. Culminava assim um longo processo de mobilizações e investigações no caso mais grave de corrupção na história do Brasil

3) Outubro, Panamá: Índios kunas participam de um protesto contra as comemorações oficiais dos 500 anos da Conquista da América. As manifestações de repúdio dos indígenas ocorreram em todo o continente

4) Outubro, Guatemala: A líder maia Rigoberta Menchú foi escolhida para o Prêmio Nobel da Paz de 1992. O fato foi interpretado como uma tardia condenação ao genocídio dos europeus na América

5) Outubro, EUA: Os presidentes do México e EUA e o primeiro-ministro do Canadá firmam em San Antonio, Texas, o Tratado de Livre Comércio da América do Norte

6) Outubro, Grã-Bretanha: Mineiros de carvão realizam uma manifestação em frente ao Parlamento britânico contra a proposta do governo conservador de fechar a metade das minas do país. Diante da pressão, o primeiro-ministro John Major teve que desistir da medida



5



2



1



6



O presidente Jorge Serrano entrega uma bandeira guatemalteca a Rigoberta Menchú: a esperança de paz ganha novo fôlego

Um diálogo difícil

A decisão do governo de Jorge Serrano de incorporar a líder indígena Rigoberta Menchú às negociações com a guerrilha pode fazer avançar o processo de paz

Micaela Ramada

Pouco depois que o Comitê de Oslo escolheu Rigoberta Menchú, líder maia de 33 anos, para agraciá-la com o Nobel da Paz de 1992, o presidente Jorge Serrano — que não apoiou sua candidatura — a convocou para uma conversa. O chefe de estado não desejava encontrar-se com ela formalmente, apesar de que isso lhe teria trazido dividendos perante a opinião pública mundial. Rigoberta foi convocada pelo presidente para desempenhar um importante papel: o de mediadora entre o Executivo e a guerrilha guatemalteca.

O gesto estava carregado de um grande simbolismo. Rigoberta, que ganhou notoriedade por sua incansável luta em favor dos direitos humanos de seus irmãos indígenas, havia sido acusada pelo governo de simpatizante e inclusive militante dos grupos guerrilheiros reunidos na União Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG).

Ela sempre negou as acusações, mas nem por isso deixou de justificar o uso da violência por parte

AMÉRICA LATINA

GUATEMALA

do povo para enfrentar a violência do sistema. Uma violência que ela sentiu na pele, pois seu pai, seus irmãos e sua mãe foram assassinados pelas forças militares que em nome do combate à guerrilha lançavam sobre os camponeses pobres sua sanha repressiva.

Rigoberta aceitou a proposta do presidente Serrano e com sua atitude abriu uma nova esperança de que o diálogo de paz iniciado entre a URNG e o governo em 1990, e interrompido dois anos depois, possa ser retomado sobre bases mais sólidas. Desde que El Salvador começou a implementar, com altos e baixos, mas de forma irreversível, os acordos firmados entre a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) e o governo de Alfredo Cristiani, a Guatemala passou a ser o único país centro-americano no qual o processo de pacificação interno não avançou de forma significativa. A jovem dirigente maia



Repressão, um elemento cotidiano

afirmou que participará no diálogo “ao lado da sociedade civil, ou seja, das vítimas da repressão”.

Simultaneamente, o Departamento Sindical e Popular da Coordenadoria de Setores Cívicos, entidade que agrupa 40 organizações de base, reivindicou a necessidade de participação popular nas negociações de paz. “Concebemos a paz unicamente como produto da solução integral da problemática nacional”, manifestou a Coordenadoria.

O documento foi divulgado durante as comemorações do 48º aniversário do movimento cívico-militar que em 1944 derrotou a ditadura de Jorge Ubico. A partir dessa rebelião, conhecida como a *Revolução de Outubro*, durante uma década se sucederam governos populares que promoveram a reforma agrária (expropriando terras da poderosa transnacional *United Fruit*) e a autonomia da Universidade, aprovaram um código de trabalho e criaram o sistema de previdência social.

O poder das seitas

Como bispo, monsenhor Gerardi se preocupa com o avanço das seitas protestantes em todo o continente. Ele reconhece que é um problema muito complexo, mas acredita que está vinculado diretamente à evolução da Igreja católica, à sua resposta diante da problemática atual. “Em 1968, quando Rockefeller visitou a América Latina, se mostrou preocupado com a Teologia da Libertação, e disse que a Igreja católica já não era um parceiro (parceiro) confiável para os Estados Unidos”, recorda.

O religioso cita como outro exemplo o Documento de Santa Fé¹ que alertava contra aqueles setores da Igreja que apoiavam a Teologia da Libertação, justamente porque era uma nova resposta à problemática do continente.

“Acho que as seitas protestantes abrem o caminho

para reproduzir ou imitar na América Latina o processo de desenvolvimento norte-americano, que foi o processo de desenvolvimento da cultura e da ética evangélicas. E, embora setores católicos não o aceitem ou não percebam, esse avanço está diluindo identidades. Está introjetando nos seguidores das seitas valores que permitem uma aceitação fácil dos postulados de uma economia neoliberal como a que nos estão impondo”.

Na opinião de monsenhor Gerardi, os evangélicos cultuam o individualismo. “E para impor este individualismo têm que destruir nossa base cultural que, sobretudo nas comunidades indígenas, têm sólidas raízes comunitárias. Se atingem seus objetivos é porque eles criam a ilusão de que estão abrindo pers-

pectivas para as pessoas. E, de fato, abrem. Logicamente, se uma pessoa deixa de beber, fumar, se trabalha duro como os evangélicos apregoam, acaba economizando. E assim chega a juntar alguma coisa. Mas a partir do indivíduo, nunca do esforço coletivo.”

Monsenhor Girardi assinala que na ética evangélica não se contempla a solidariedade com os demais. E, dessa forma, se justifica, por exemplo, a acumulação desmedida como fruto do trabalho individual. “O problema não existe só na América Latina. Repete-se nas comunidades de latino-americanos que vivem nos Estados Unidos. Com eles o trabalho das seitas é muito intenso. Trata-se, sem dúvida, de mudar a mentalidade, a essência religiosa católica, a lógica

do latino-americano, pela lógica saxônica dos Estados Unidos.”

O bispo guatemalteco reconhece que as seitas avançam muito nas áreas pobres das grandes cidades porque os católicos têm mais tradição de trabalho no campo. “A população do campo tem características que nós conhecemos. É mais fácil para nós trabalharmos com ela, enquanto a da cidade – que é a mais desarraigada e a que mais necessita de respostas – vai ficando marginalizada porque não a entendemos, nem sentimos a necessidade de entendê-la e de estudá-la.”

¹O Documento de Santa Fé, firmado em maio de 1980, definiu a estratégia da administração Reagan para a América Latina. Foi elaborado durante a campanha eleitoral por um grupo de especialistas conhecido como Comitê de Santa Fé, e entre seus membros figuram conhecidos aliados dos grupos anticomunistas de Miami e das organizações de extrema-direita da Guatemala.

Um autodidata

Exilado de fins de 1980 a maio de 1982 na Costa Rica, Juan José Gerardi Conedera foi nomeado bispo há 25 anos. Ordenado em 1946, foi sacerdote em diferentes paróquias do interior e na Cúria da Guatemala, foi pró-vigário geral e pároco do sacrário. É bispo auxiliar da Guatemala há oito anos.

Monsenhor Gerardi se define como "autodidata" e como "soldado raso", pois afirma que seus únicos estudos foram os que realizou no seminário há 45 anos. Mas reconhece que fugiria a sua responsabilidade de pastor se não estivesse "medianamente informado" sobre realidades que incidem em suas tarefas pastorais.

A experiência chegou ao fim quando uma força militar liderada pelo coronel Carlos Castillo Armas e apoiada pelos Estados Unidos invadiu o país e destituiu o presidente Jacobo Arbenz, em 1954. Desde então, a Guatemala viveu sob ditaduras militares até a eleição do presidente constitucional Vinicio Cerezo, em 1985, sucedido no poder por Jorge Serrano.

Embora, do ponto de vista formal, o governo desde então seja democrático, não pode ser considerado assim na sua essência, já que nem Cerezo nem Serrano tiveram força para conter os setores mais reacionários das Forças Armadas. Com seu poder inalterado e associados à elite latifundiária, os militares constituem um dos fatores que dificultam o avanço das negociações.

O papel da Igreja – A atuação de Rigoberta Menchú pode reforçar o papel mediador que a Igreja católica vinha realizando através dos bispos monsenhor Rodolfo Quesada e Juan José Gerardi Conedera. Eles são os representantes da Conferência Episcopal da Guatemala na Comissão de Reconciliação formada pelos Tratados Esquipulas II², que deram origem ao processo de diálogo entre os governos e as forças rebeldes na América Central. Da comissão faz parte também um observador das Nações Unidas, o francês Jean Arnault.

Em conversa com cadernos do terceiro mundo, monsenhor Gerardi afirmou que a Igreja católi-



Monsenhor Juan José Gerardi:
"Temos que aprender a negociar e também a ceder"

ca da Guatemala se caracterizou pela defesa e promoção dos indígenas, "que como disse o Documento de Puebla³, são os mais pobres entre os pobres". A experiência de mediador foi para ele, num primeiro momento, "um tanto frustrante" já que, na sua opinião, os acordos de Esquipulas tinham sido pensados em função da Nicarágua e os demais governos da região não se sentiam compreendidos "nem do ponto de vista do texto, nem do seu espírito".

Na Guatemala, por essa dificuldade inicial, a negociação entre o governo e a guerrilha foi posterior à realização de diálogos setoriais de religiosos, organizações políticas, grupos econômicos e movimentos populares com os rebeldes. "Todos estes setores fizeram reuniões com a guerrilha para preparar o caminho para seu encontro direto com o governo."

Esse encontro aconteceu em maio de 1990 em Oslo, capital da Noruega – curiosamente a mesma cidade na qual Rigoberta Menchú foi agraciada com o Prêmio Nobel da Paz. Na presença da Comissão de Reconciliação, foi assinado naquela oportunidade o documento base para as negociações. Nele se afirma que só por meios políticos será possível solucionar os graves problemas do país, pondo fim à concepção militarista que na prática tinham defendido ambas as partes.

Em agosto passado se realizou no México a mais recente rodada de negociações entre o governo e a guerrilha que conseguiu alguns avanços, porém pouco significativos.

Um problema de difícil solução – No México foi equacionado o problema das Patrulhas de Autodefesa Civil (PACs), agora chamadas Comitês Voluntários de Defesa Civil (CVDC). Segundo o acordo, "o governo não incentivará a formação de novos CVDC a não ser quando existam fatos que os motivem" e a URNG se compromete a "facilitar os propósitos do governo nesse sentido".

A incorporação da população às Patrulhas de Autodefesa Civil foi em muitos casos obrigatória,



Os comandantes guerrilheiros Rolando Morán (esq.) e Gaspar Liom

AMÉRICA LATINA

GUATEMALA

apesar do exército ter afirmado o contrário, e constituíam, na prática, uma militarização da sociedade. "O governo fazia a sociedade civil tomar parte de seus problemas e assumir tarefas que não lhe são próprias, como a defesa. Nós, os bispos, condenamos as PACs desde 1983", afirma monsenhor Gerardi.

As PACs surgiram nos anos 80 como uma estratégia para combater a guerrilha. Atuavam aliadas e, algumas vezes, na linha de frente do exército, o mais poderoso do istmo centro-americano, com 46 mil homens. "Em um dado momento as PACs chegaram a mobilizar mais de meio milhão de camponeses, em sua grande maioria indígenas, supostamente para resguardar as aldeias e pequenas cidades das incursões da guerrilha."

Como esses agricultores tinham que patrulhar pelo menos uma vez ao mês durante 24 horas, além de todos os problemas de outra natureza, se perdiam mensalmente 500 mil jornadas de trabalho, causando grande prejuízo à economia.

A guerrilha, que exigia a eliminação desses Comitês de Autodefesa Civil de forma imediata, flexibilizou suas posições e foi possível chegar no México a uma fórmula de acordo. No entanto, o diálogo voltou a ser interrompido, quando na mesa de negociações surgiram temas complexos como o dos direitos humanos e o cronograma de aplicação dos acordos.

As divergências entre a URNG e os militares não puderam ser contornadas no que se referia à instalação de uma comissão — semelhante à que atuou em El Salvador — encarregada de fazer um levantamento e esclarecer os casos de violação dos direitos humanos cometidos durante a guerra travada pelas forças repressivas.

Monsenhor Gerardi não desanima diante do aparente estancamento do diálogo. "Um processo de paz para solucionar um conflito de 30 anos não pode trazer resultados da noite para o dia", afirma. Para ele, um dos obstáculos é a falta do que chama uma "cultura de diálogo" na Guatemala. "Temos que aprender a negociar e também a ceder nas reivindicações."

O fracasso do diálogo coincidiu com a divulgação de uma resolução das Nações Unidas sobre direitos humanos, desfavorável ao governo guatemalteco. A ONU expressou "profunda preocupação diante da persistência das violações aos direitos humanos na Guatemala". O governo alega que está realizando esforços para combater os excessos, mas reconhece que a impunidade dificulta seus trabalhos. "Em relação à aplicação da Justiça, o governo não pode influir de forma alguma, devido à independência do Poder Judiciário", afirmou Arturo Alvarado, secretário de Relações Públicas da presidência.

Sem justiça não há democracia — Monsenhor Gerardi coincide com o governo em que um dos problemas mais graves da Guatemala é a impunidade. "Violações dos direitos humanos se dão, em maior ou menor número, com maior ou menor gravidade, em toda a sociedade. O que diferencia um caso de outro é a existência ou não de castigo aos culpados", assinala.

Outra dificuldade para implementar os acordos de paz é a diferença de concepções entre o governo e a guerrilha sobre o processo. "Dá a impressão de que o presidente Serrano quer começar com a desmobilização da guerrilha, para que ela participe no processo de mudança na sociedade, já transformada em partido político. Mas a guerrilha não aceita essa posição", afirma monsenhor Gerardi.

De fato, um dos fundadores da guerrilha guatemalteca, Jorge Soto, o *comandante* Pablo Monsanto, afirmou enquanto transcorriam as negociações no México que "o movimento armado revolucionário

Desde a destituição de Jacobo Arbenz (dir.), em 1954, a Guatemala vive sob ditaduras militares. Abaixo: camponeses protestam contra a violação dos direitos humanos



continuará existindo se não desaparecerem as causas do confronto".

"São diferentes as concepções do governo e da guerrilha sobre o ponto de partida e ponto de chegada", afirma o bispo. Mas, ainda assim, confia que a implementação da paz é um processo irreversível. "A democracia e a participação não significam o mesmo para ambos os lados. Mas, dentro do primeiro acordo, quando se tratou do tema da democratização, se estabeleceram referenciais aceitáveis para ambas as partes. Entre estes, estava o compromisso de lutar por uma democracia participativa e com justiça social. Isso é indispensável na Guatemala, já que desde o governo de Arbenz as injustiças aumentaram muito." ■

¹ As Nações Unidas calculam que em 32 anos de conflito na Guatemala morreram mais de 100 mil pessoas, 40 mil estão desaparecidas e 250 mil estão refugiadas no México e outros países centro-americanos. Segundo o organismo internacional, só na década de 80, 440 aldeias foram riscadas do mapa, deixando 250 mil órfãos e 50 mil viúvas.

² Em 7 de agosto de 1987 na localidade guatemalteca de Esquipulas foi aprovada uma proposta de paz para a América Central, com algumas ressalvas, pela Nicarágua, El Salvador, Guatemala e Honduras. Os acordos estabelecem o fim do apoio externo aos rebeldes, o diálogo dentro de cada país com mediação da igreja e anistia para os que depõem as armas.

³ Em 1978 o Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam) se reuniu na cidade mexicana de Puebla e aprovou um documento que ratifica a opção preferencial pelos pobres para a evangelização no continente.

⁴ Segundo um relatório das Nações Unidas de 1990, dos 9,5 milhões de habitantes da Guatemala, 53% são indígenas da raça maiá-quiriché e outros 42% são mestiços. O mesmo informe afirma que "a Guatemala apresenta a pior distribuição de renda e riqueza da América Central e 96% da população rural, em sua totalidade indígena ou mestiça, vivem na pobreza extrema".

Ministra atrai ira dos rabinos

Ministra israelense questiona a educação religiosa em seu país e tenta deter a grande interferência dos rabinos



Os rabinos têm uma enorme influência em todos os âmbitos da sociedade israelense

Ariel Cohen

Shulamita Alony aparenta ser uma avó como qualquer outra, mas na realidade trata-se de uma controversa ministra israelense, que causou alvoroço ao questionar a educação religiosa no seu país. Alony, de 63 anos – advogada e ex-professora do ensino secundário – é a atual ministra da Educação e Cultura israelense, qualificada como o “chicote” dos judeus religiosos e seus rabinos, os quais inclusive puseram de lado conflitos internos para lhe declarar uma “guerra total”.

“É um perigo, é um câncer”, declarou o membro do Knesset (Parlamento) Shaul Yahaalom, do Partido Religioso Nacional (PRN). “Ela está totalmente dedicada a erradicar a religião”, assegurou o rabino Eliezer Schach, dirigente dos judeus ultra-ortodoxos fundamentalistas. O jornal deste grupo, *Yated Neeman*, comparou-a inclusive com os nazistas.

Militante de esquerda – Durante 23 anos como parlamentar oposicionis-

ta de esquerda, Alony ganhou reputação como defensora dos direitos humanos e decidida antifundamentalista. Também foi chamada a “mãe da esquerda dividida”. Poucos a levaram a sério quando declarou há um ano atrás: “Nós chegaremos ao poder e deteremos a brutal interferência dos rabinos nas nossas vidas.”

Mas desde que Alony conseguiu unir os três partidos de esquerda às vésperas das eleições de junho e transformou o Meretz na terceira força política do país – com 12 dos 120 lugares do Knesset – tornou-se a mulher mais poderosa da política israelense. O Meretz é o principal aliado do novo governo do primeiro-ministro Yitzhak Rabin. Como sua líder, Alony foi designada ministra da Educação, nomeação que enfureceu os políticos religiosos.

Neste momento Alony lidera os ataques contra os grupos ultranacionalistas, que estiveram muito próximos do governo de direita de Shamir e exigem a imediata anexação de todos os territórios ocupados. Ao mesmo tempo, crítica fortemente as operações militares encobertas nos territórios ocupados da Cis-

ORIENTE MÉDIO

A ISRAEL

Yitzhak Rabin (em primeiro plano, à direita) assina o acordo de coalizão com os líderes do partido Meretz (à esquerda, sentada, se vê Shulamita Alony)



timos anos. Mas depois das eleições de junho a tendência inverteu-se, tendo Alony prometido suspender todos os extras.

No entanto, o que mais incomoda os rabinos é a nova ministra querer terminar com a influência que estes vêm exercendo nas escolas seculares. Durante a gestão de um ministro da Educação do PRN, os rabinos injetaram uma dose maciça de educação religiosa no ensino em geral — não se limitando apenas às escolas dirigidas por eles —, denominando as lições como “aulas de conscientização nacional”.

Oposição cerrada — A ministra Alony menciona repetidamente o caso do seu néto de sete anos, que frequenta uma dessas escolas seculares. “Algumas vezes pensamos que ele foi enviado para o lugar errado, pois passam o tempo falando de Deus e sobre os mandamentos religiosos. Talvez se trate de uma escola religiosa e não de uma secular”.

Apesar de membros do PRN, como o fundamentalista Yahdut Hatora, terem manifestado o desejo de se unir à coligação de governo, devem obedecer às ordens dos rabinos. “Ninguém deve se juntar a essa coligação enquanto esta mulher for ministra”, especificaram três dos mais influentes rabinos numa instância equivalente ao veredito de um tribunal. “Estou disposto a morrer — reclamou o rabino Eliezer Schach, abrindo a sua batina preta — só para que Shulamita Alony não continue ministra da Educação.”

Num período de tempo realmente curto, Alony também conseguiu afastar dois dos poderosos partidos religiosos das suas posições de poder. O terceiro, o Shas, o mais flexível e moderado partido religioso, juntou-se ao governo de Rabin. Os seus seis lugares no Knesset deram à coligação de Rabin um sólido apoio para que este reinicie as negociações de paz árabe-israelenses. ■

Família israelense comemora em Telavive o Ano Novo judeu, seguindo a tradição de rezar junto ao mar ou um rio



Privatizações questionadas

Amplos setores da sociedade tanzaniana não aceitam o desmantelamento do Estado que leva a cabo o atual governo

Paul Chintowa

Durante os 24 anos do regime socialista dirigido por Julius Nyerere – de 1961, ano da independência, até 1985 – a população deste país da África oriental teve educação gratuita e igualitária, cuidados médicos e outros serviços sociais sem custo algum.

No entanto, esta realidade não muito distante corre risco de ser profundamente modificada com o projeto de privatização de estatais a ser levado a cabo pelo governo tanzaniano.

O projeto tem sofrido críticas de grupos que temem que o processo de privatização ameace a paz política e social que imperou no país desde a sua independência.

As privatizações poderão ter várias consequências. Em primeiro lugar, é possível que muitas empresas passem para as mãos da minoria asiática radicada na Tanzânia. Em segundo, é provável que os investidores estrangeiros assumam o controle das mesmas.

Nos dois casos, a grande maioria nativa ou negra da Tanzânia ficaria excluída do processo, o que começaria a marginalizá-la e torná-la vítima da pobreza e da desigualdade institucionalizada.

Atualmente, a população de origem asiática – cerca de dois milhões de pessoas, de um total de 27 milhões –, tem quase o monopólio da maior parte do setor comercial e da indústria leve.

A concentração de recursos produtivos nas mãos da minoria asiática poderá gerar profundos ressentimentos sociais e



O governo pretende demitir 80 mil pessoas

econômicos na até agora pacífica convivência de raças que caracterizou a Tanzânia. “A questão da desnacionalização com suas nuances raciais pode ser explosiva”, admitiu o presidente da Câmara de Comércio, Indústria e Agricultura, Wilfrem Mwakitangwe.

Em busca de lucro – Durante a gestão de Nyerere, os setores chaves da economia foram nacionalizados, em 1967, e colocados sob a administração de funcionários nem sempre eficientes.

Posteriormente criaram-se novas empresas de propriedade estatal, o que

levou a uma grande expansão do setor público até um total de mais de 400 empresas.

Segundo um estudo do Banco Mundial, as empresas estatais geram um déficit de dois milhões de dólares ao mês e muitas operam com menos de 40% de sua capacidade produtiva.

A partir de 1986, o governo adotou uma série de reformas em virtude do Programa de Recuperação Econômica (1986-89), apoiado pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o que significou uma guinada total da estratégia seguida desde os anos 60.

“O país está agora em transição para uma economia de mercado e as relações de propriedade anteriores surgem como inimigas da propriedade privada e da riqueza individual, às custas da sociedade”, afirma o economista Joseph Ngowi.

Através do programa de desnacionalização, o governo planeja dissolver ou vender as organizações estatais ineficientes e despedir 80 mil funcionários públicos, com o objetivo de melhorar a produtividade e a qualidade.

O governo disse que gostaria de que os cidadãos da Tanzânia adquirissem ações das empresas públicas que serão oferecidas no mercado, mas poucos consideraram isso possível. “Em um país onde o salário mínimo – de cinco mil *shillings* (15 dólares) ao mês – é suficiente apenas para sustentar uma família durante três dias, como se poderá reunir o dinheiro necessário para comprar ações de uma empresa?”, pergunta um professor universitário que não quis se identificar.

Na sua opinião, possivelmente a privatização melhoraria a eficiência e a disciplina, aumentando as margens de lucro, mas os benefícios seriam repatriados, e não reinvestidos no país.

A privatização tem sido também criticada pelos que consideram que a paz interna e a unidade desfrutada pelos tanzanianos durante os últimos 30 anos foi resultado dos princípios igualitários, e não de acumulação privada, defendidos pelo governo.

“Não era necessário acumular. As necessidades das pessoas eram atendidas pelo Estado”, finaliza a professora universitária Jane Mwamakafa.

Estados Unidos: a face desconhecida

Alberto B. Mariani*

De uma maneira geral, a arrogância, a prevaricação, o abuso, o crime, são atitudes humanas consideradas juridicamente repreensíveis e altamente condenáveis. Mas, quando estes mesmos comportamentos são seguidos pelos Estados – particularmente pelos Estados fortes e militarmente poderosos – toda conduta condenável torna-se legal ou aceitável. E todo atentado ao direito ou toda falta grave à moral civil torna-se um hábito, ou pior, uma transgressão perdoável...

É o caso – entre outros – dos Estados Unidos da América: uma nação oficialmente nascida da revolta de uma comunidade de antigos colonos europeus contra a dura tirania política e econômica do reino da Grã-Bretanha de outrora.

Esta comunidade desejava viver em paz e em harmonia sobre um território específico (por sua vez usurpado dos seus legítimos proprietários, os “peles vermelhas”), colocando-se como um exemplo radiante e universal de liberdade, de independência e de autodeterminação para todos os povos do planeta... Com exceção, naturalmente, das 85 nações indígenas que viviam, na época, no oeste dos estados americanos.

O que foi feito dos *iroquês*, *moicanos*, *cherokees*, *creeks*, *fox*, *yanktnais*? Ou ainda os *apaches*, *cheyennes*, *crows*, *araphaos*, *comanches*, *mescarelos*, *kiowas*, *iowas*, etc., etc.?

A esta macabra enumeração de índios “desaparecidos”, poderíamos adicionar os *wichitas*, *lipans*, *chiricahuas*, *pawnees*, *biloxis*, *chitimachas*, *hopis*, *utes*, etc, etc.

Estes milhões de índios, ao longo destes dois últimos séculos, foram sistematicamente caçados, perseguidos implacavelmente, exterminados. E os raros sobreviventes foram encerrados no que continuamos vergonhosamente chamando, ainda hoje, de “reservas indígenas”. Na realidade, verdadeiros zoológicos humanos para “animais raros”... Museus vivos da vergonha, povoados ciclicamente pelos últimos descendentes das orgulhosas tribos indígenas de outrora.

Tudo isso para não falar da escravidão de milhões de negros utilizados nos campos de algodão, ainda no século passado. Da sua “libertação”,

da sua “emancipação”, da sua “integração”, de sua segregação racial efetiva até 1962, como do seu confinamento nos guetos das principais cidades do país. As recentes revoltas de Atlanta, de Denver, Las Vegas, Los Angeles, São Francisco, Nova Iorque, etc. – reprimidas violentamente por Washington – testemunham a condição nas quais vivem estas populações, ainda hoje! Aí está, então, um outro povo do planeta que não teve chance até agora de beber na fonte do ideal americano de 1774...

Mas ele não é o único. Não podemos esquecer o “tratamento especial” reservado aos mexicanos ou latino-americanos em geral, ao longo deste século.

É melhor então nem falar da verdadeira política colonial levada a cabo – desde os anos 30 – pelos Estados Unidos, no oceano Pacífico, nas Filipinas, no Su-



deste Asiático. Ou dos campos de concentração para os nipo-norte-americanos durante a II Guerra Mundial.

Não falemos tampouco dos crimes de Hiroshima e Nagasaki em 1945. De Ialta ou da cumplicidade deste país com Stálin. Não falemos do Vietnã, do Camboja, nem das bombas de *napalm* lançadas sobre estas pobres populações.

E o que dizer da política norte-americana no Oriente Médio, nestes últimos 50 anos? Do apoio incondicional a Israel e aos sionistas, em detrimento de todo o direito à independência e à autodeterminação do povo palestino.

É melhor então nem falar da guerra Irã-Iraque, nem da última Guerra do Golfo, particularmente sobre os assassinatos selvagens cometidos pela Força Aérea americana contra a população civil iraquiana desamparada (aproximadamente 200 mil mortos) ou os abomináveis massacres de regimentos inteiros de soldados de Bagdá que se retiravam do Kuwait, desintegrados pelas "bombas de fogo" norte-americanas ou enterrados vivos dentro das trincheiras pelos *bulldozer* do exército norte-americano...

Apesar deste "currículo" perverso e incansável, os Estados Unidos sempre tiveram a seu lado a opinião pública internacional. Isto não só por causa dos benefícios conhecidos do Plano Marshall do pós-guerra, mas graças, em particular, à arte de manipular as consciências das populações, pelo intermédio do quase monopólio da informação que o sistema norte-americano impôs ao mundo nestes últimos 47 anos.

Graças a este quase monopólio, os Estados Unidos – o que quer que façam – sempre representam o Bem. E os outros países ou regimes do mundo (particularmente aqueles que se opõem à sua dominação), o Império do Mal.

Quem poderia afirmar, em alto e bom som, sem correr o risco de ser linchado, que os Estados Unidos representam um sistema político e econômico essencialmente criminoso? Quem poderia impunemente acusar este país de crimes contra a Humanidade? Quem poderia acusá-lo de ser o principal envenenador do nosso meio ambiente?

Não é surpreendente, então que – sendo a força e o poder militar as principais fontes de direito das nações e o braço secular da lei internacional – que os Estados Unidos se comportem desta maneira.

O que é surpreendente, no entanto, é que nenhuma pessoa, seja quem for, possa achar condenável ou reprovável este tipo de comportamento. Por exemplo, o fato deles poderem impor sua "cultura" (como os *jeans*, *hamburguers*, *hot-dogs*) e o seu modo de vida ao conjunto das populações do planeta, através da aparentemente inofensiva difusão barata de seus filmes e novelas.

Eles podem reclamar a aplicação dos "direitos humanos" na maior parte dos países do planeta (com exceção da China, naturalmente, pois este país representa um mercado de aproximadamente um bilhão e meio de pessoas...), enquanto em seu próprio país ninguém se importa com cerca de 14 milhões de cidadãos sem-teto ou com os 34 milhões de norte-americanos que vivem abaixo do nível da pobreza.

Quem ousa protestar quando se constata que os EUA (protecionistas com sua própria economia e partidários do livre comércio em relação ao resto do mundo) realizam exportações subsidiadas, para liquidar competidores nos mercados internacionais, destruindo ou enfraquecendo as economias de outras nações, gabando-se de violar sistematicamente 99% das regras comerciais do Gatt e impedindo os outros países do mundo de fazer o mesmo?

Quem acha anormal que os Estados Unidos possam controlar ou determinar, direta ou indiretamente, o preço do petróleo e das principais matérias-primas do mundo? Quem grita, escandalizado, quando eles inundam o mundo de milhões de toneladas de papel moeda, para resolver seus problemas econômicos internos ou para influenciar as cotações do dólar no mundo e, por reflexo, as outras moedas do mundo?

Lex non cogita ad impossibilia ("a lei não obriga jamais a fazer coisas impossíveis"), diziam os romanos, para afirmar o sentido lógico do direito. Apesar disso, para os Estados Unidos,

mesmo o impossível parece ter se tornado possível!

Segundo William Barr, então ministro da Justiça deste país, "os poderes Executivo e Legislativo, agindo nos limites de sua autoridade respectiva, podem tomar decisões ou dirigir ações que se desviem do direito internacional". E ainda, segundo o julgamento da Corte Suprema dos Estados Unidos de 28 de fevereiro de 1990, as autoridades norte-americanas podem solicitar a seus órgãos de informação "a realização de buscas e sequestros em território estrangeiro, mesmo sem o consentimento dos governos dos países envolvidos".

A partir de 15 de junho de 1992, graças a outra sentença da Corte Suprema, os serviços secretos e as diferentes agências governamentais dos Estados Unidos podem tranquilamente substituir o próprio direito, estando autorizadas a violar legalmente os mais elementares princípios da lei internacional.

Sem esquecer aquele particular poder de ser – ao mesmo tempo – os acusadores, os juízes e os algozes de todas as pessoas, grupos ou nações que não estiverem de acordo com os *benefícios* de sua dominação.

Os EUA sempre tiveram a seu lado a opinião pública internacional, não só por causa dos benefícios conhecidos do Plano Marshall do pós-guerra, mas graças, em particular, à arte de manipular as consciências através do quase monopólio da informação

*Jornalista italiano, sediado na Suíça, especialista em temas do Terceiro Mundo

A integração ao alcance de todos



As oportunidades de exportação e importação, *joint ventures*, investimentos e acordos de produção. Todas as informações para compreender a implantação o funcionamento e a expansão do MERCOSUL. Revista do Mercosul. Uma revista mensal bilíngüe de integração latino-americana.

ASSINATURA ANUAL • ARGENTINA: \$ 48.00 • PARAGUAY: G 72.00 • URUGUAY: N\$ 76.800 • BRASIL: Cr\$ 360.000,00

PAGAMENTOS EM CHEQUE NOMINAL À REVISTA DO MERCOSUL
EM SUA MOEDA NACIONAL.

Correspondência para:

Rua da Glória, 122/105 • Rio de Janeiro (CEP 20241) • Brasil • Fax: (5521) 252-8455 • Tel: (5521) 242-1957 • 222-1370

BANCO CENTRAL DO BRASIL

A 0001023363 A

100000

CASA DA MOEDA DO BRASIL

BELIA FLOR

DEUS SEJA LOUVADO

MINISTRO DA ECONOMIA,
FAZENDA E PLANEJAMENTO

PRESIDENTE DO
BANCO CENTRAL DO BRASIL

100000

CEM MIL
CRUZEIROS

A 0001023363 A

50000

CINQUENTA
MIL
CRUZEIROS

A 2458099549 A

10000

DEZ MIL
CRUZEIROS

A 4382087437 A

5000

CINCO MIL
CRUZEIROS

A 2892009799 A

1000

MIL
CRUZEIROS

A 8197055236 A

Com a Conta Fácil Banerj, a sua aplicação financeira e o seu tempo vão poder render muito mais. Agora, a operação de resgate é automática e na medida exata do que você necessita, para débitos acima de um valor mínimo. Sem que você precise sequer telefonar ao banco. Ou seja, aquele dinheiro a mais que ia ser apenas um trocado parado na sua conta corrente continua rendendo. Transforme já sua Conta Verde de Aplicações Financeiras em Conta Fácil Banerj. E aplique tudo a que você tem direito. Inclusive aqueles quebrados.

**AGORA, O DINHEIRO QUEBRADO QUE IA VIRAR
UM TROCADO CONTINUA APLICADO.**

CONTA FÁCIL

O QUE ERA
BANERJ FAF FICOU
MAIS FÁCIL